



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO



Pós-Graduação em  
Geografia, Natureza  
e Dinâmica do Espaço



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS-CECEN  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA DO  
ESPAÇO – PP GEO

**RAIMUNDO NONATO RODRIGUES COSTA**

AS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS PROVOCADAS PELAS ATIVIDADES DO GRUPO  
OLHO D'ÁGUA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI

SÃO LUÍS - MA

2024

**RAIMUNDO NONATO RODRIGUES COSTA**

**AS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS PROVOCADAS PELAS ATIVIDADES DO  
GRUPO OLHO D'ÁGUA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro

**Linha de Pesquisa:** Dinâmica Socioterritorial, Modernização e Desigualdades

SÃO LUÍS - MA

2024

Costa, Raimundo Nonato Rodrigues

As implicações territoriais provocadas pelas atividades do grupo olho d'água no município de União-PI. / Raimundo Nonato Rodrigues Costa. – São Luis, MA, 2025.

105 f

Monografia (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica Do Espaço) - Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro.

1.Territorialidade. 2.Grupo Olho D'Água. 3.União. I.Titulo.

CDU: 304(812.2)

**RAIMUNDO NONATO RODRIGUES COSTA**

**AS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS PROVOCADAS PELAS ATIVIDADES DO  
GRUPO OLHO D'ÁGUA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI**

Relatório de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia.

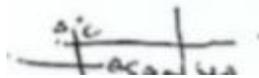
Aprovado 30 /08/24

**BANCA EXAMINADORA**



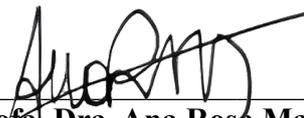
---

**Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro (UEMA)**  
(Orientador)



---

**Prof. Dr. Antônio Cardoso Façanha**  
Universidade Federal do Piauí (UFPI)  
(Examinador Externo)



---

**Prof. Dra. Ana Rosa Marques**  
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)  
(Examinador Interno)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a meu Deus, por ter me possibilitado esse desafio e me destinado coragem e empenho. Aos meus pais, Luiz Cardoso da Costa, que do céu sei que está torcendo por mim, e Maria Diomar Rodrigues Costa pelo apoio incondicional todos os dias.

Ao professor Cláudio Eduardo, por aceitar fazer parte dessa caminhada, pelas referências, correções, sugestões e conselhos. À secretária do PPGEIO, Nana Alves pelas informações e pela ajuda sempre oportuna nos momentos difíceis.

À minha namorada Vivian Kallen por ter me motivado e ajudado durante toda minha caminhada no mestrado. Aos meus irmãos, Neton Costa, Hilda Costa, Antônio Luiz Costa, Hilmar Costa e Hilza Costa por todos os momentos de carinho e apoio que me motivaram a continuar firme ao longo do curso. Às minhas pequenas, Maria Yasmim, Maria Isabelle, Daniele Costa e Maria Luiza. Ao meu primo e compadre Lucas Rodrigues, que infelizmente nos deixou neste ano de 2024.

Aos meus professores da educação básica, Rutiana Moura, Márcio Rafael e Hélio Rubens por me motivarem a escolher o curso de Geografia.

Aos meus amigos de PPGEIO, Alex, Henrique, Antônio, Milena, Daniel e Diego pelo apoio durante essa jornada.

Aos moradores do município de União, pois o trabalho só foi desenvolvido graças a contribuição deles, com as respostas das entrevistas e informações complementares.

Aos trabalhadores do corte de cana do Grupo Olho d'Água pelas informações coletadas mediante questionário. Aos órgãos, FETAG, CEPRO, EMATER, IBGE, ao STTR de União-PI e ao Grupo Olho d'Água pela significativa contribuição com informações sobre o funcionamento das atividades.

“O AÇÚCAR.

O branco açúcar que adoçará meu café nesta manhã de Ipanema não foi produzido por mim nem surgiu dentro do açucareiro por milagre. Vejo-o puro e afável ao paladar como beijo de moça, água na pele, flor que se dissolve na boca. Mas este açúcar não foi feito por mim.

Este açúcar veio da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira, dono da mercearia.

Este açúcar veio de uma usina de açúcar em Pernambuco ou no Estado do Rio e tampouco o fez o dono da usina.

Este açúcar era cana e veio dos canaviais extensos que não nascem por acaso no regaço do vale.

Em lugares distantes, onde não há hospital nem escola, homens que não sabem ler e morrem de fome aos 27 anos plantaram e colheram a cana que viraria açúcar.

Em usinas escuras, homens de vida amarga e dura produziram este açúcar branco e puro com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.”

– Ferreira Gullar

## RESUMO

Os territórios possuem complexidade e versatilidade, eles são construídos pela intersecção de diferentes processos históricos e variedades de identidades distribuídas no espaço, possuindo dessemelhantes capacidades de modificar e serem modificados pelos processos externos. Com base nisso, é crucial realizar análises críticas sobre as contradições presentes na territorialidade de União-PI, pois o município abriga desde 2002 o grupo sucroalcooleiro Olho D'Água, e assim, é mais um município possuindo em seu território a atuação da chamada agricultura moderna e suas práticas econômicas endêmicas. Daí surge o objetivo geral da pesquisa, que é analisar qual é a dimensão da atuação desse grupo na construção da territorialidade do município. Com relação aos aspectos sociais e econômicos, foi preciso primeiro identificar quais foram as reais alterações socioespaciais no município; interpretar a historiografia do espaço do município antes da instalação do grupo e comparar com o contexto atual; fazer um panorama das relações de poder entre a usina e os poderes locais: prefeitura, empresários, câmara, mão de obra/morador; e assim verificar a importância econômica, social e simbólica da empresa na cidade. Nesta pesquisa trabalha-se uma proposta metodológica dialético-crítica. Dessa forma, buscou-se realizar uma análise crítica utilizando abordagens qualitativas e quantitativas. Foram ouvidos os agentes envolvidos para determinar se esse processo está trazendo benefícios ou malefícios e como ele pode ser aprimorado. A fundamentação teórica, a análise de documentos bibliográficos, entrevistas e questionários, bem como a reflexão crítica sobre o cenário social e econômico, são elementos essenciais para orientar os desafios da construção e reconstrução do espaço. Percebe-se que essa abordagem é de extrema relevância para a Geografia, pois os territórios em que se verifica essa situação passam por uma desterritorialização das suas técnicas e, a posteriori, se reterritorializam.

Palavras-chave: Territorialidade; Grupo Olho D'Água; União.

## ABSTRACT

Territories have complexity and versatility; they are constructed through the intersection of different historical processes and a range of identities distributed across space, with an unlike capacity to modify and be modified by external processes. Based on this, it is crucial to conduct critical analyses of the contradictions present in the territoriality of União-PI, as the city has housed the company from the sugar cane sector Olho D'Água group since 2002, consequently, it is yet another municipality with modern agriculture and its endemic economic practices. This brings the general objective of the research, which is to analyze the extension of this group's influence on the construction of the city's territoriality. Regarding social and economic aspects, first, it was necessary to identify the actual socio-spatial changes in this city; interpret the historiography of the city's space before the group's establishment and compare it with the current context; provide an overview of the power relations between the factory and local authorities: the mayor's office, businesspeople, the city council, labor/residents; and thus verify the economic, social, and symbolic importance of the company in the city. This research employs a dialectical-critical methodological proposal. In this way, a critical analysis using both qualitative and quantitative approaches was sought. The involved agents were heard to determine whether this process is bringing benefits or harms and how it can be improved. The theoretical foundation, the analysis of bibliographic documents, interviews, and questionnaires, as well as critical reflection on the social and economic scenario, are essential elements to guide the challenges of the construction and reconstruction of space. It is noted that this approach is of extreme relevance to geography, as territories experiencing this situation undergo a deterritorialization of their techniques and subsequently reterritorialize.

Keywords: Territoriality; Olho D'Água group; União.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01:</b> Lavouras de cana-de-açúcar em municípios piauienses .....	48
<b>Figura 02:</b> Mosaíco com fotos da empresa.....	49
<b>Figura 03:</b> Mapa do território dos cultivos de cana-de-açúcar na região em 2002 .....	51
<b>Figura 04:</b> Mapa do território dos cultivos de cana-de-açúcar na região em 2022 .....	52
<b>Figura 05:</b> Mapa do território de desenvolvimento de Entre Rios .....	53
<b>Figura 06:</b> Animais soltos.....	59
<b>Figura 07:</b> Animais nos canaviais.....	59
<b>Figura 08:</b> Igreja Matriz de União-PI .....	61
<b>Figura 09:</b> Mapa da zona urbana e dos povoados em 2002.....	62
<b>Figura 10:</b> Mapa da zona urbana e dos povoados em 2007.....	63
<b>Figura 11:</b> Mapa da zona urbana e dos povoados em 2012.....	63
<b>Figura 12:</b> Mapa da zona urbana e dos povoados em 2017.....	64
<b>Figura 13:</b> Mapa da zona urbana e dos povoados.....	64
<b>Figura 14:</b> Assinatura do acordo coletivo.....	67
<b>Figura 15:</b> Visita do STTRU ao campo .....	67
<b>Figura 16:</b> Homem cortando cana na COMVAP. ....	68
<b>Figura 17:</b> Mosaíco com fotos referentes das feiras da agricultura familiar de União.....	73
<b>Figura 18:</b> Mapa da área de aplicação da Lei nº 11.428, de 2006 .....	75
<b>Figura 19:</b> Usina da COMVAP.....	83

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01:</b> Período de mais vendas .....	77
<b>Gráfico 02:</b> Faixa etária .....	79
<b>Gráfico 03:</b> Escolaridade .....	80
<b>Gráfico 04:</b> Renda mensal .....	82
<b>Gráfico 05:</b> Tempo de moradia no município .....	83
<b>Gráfico 06:</b> Influência do Grupo Olho d'Água em suas vidas .....	84
<b>Gráfico 07:</b> Mudanças na cidade .....	85
<b>Gráfico 08:</b> Ocupação anterior .....	86
<b>Gráfico 09:</b> Em que trabalham quando termina a safra .....	87

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01:</b> Mortes em União em 2020.....	55
<b>Tabela 02:</b> Produção de lavouras temporárias em União.....	57
<b>Tabela 03:</b> Relação de Assentamentos de União - PI.....	71
<b>Tabela 04:</b> Sexo dos trabalhadores.....	78

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01:</b> Descrição das áreas de cultivo de cana-de-açúcar .....	51
<b>Quadro 02:</b> Descrição das áreas de cultivo de cana-de-açúcar .....	52

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BCG	Bacilo de Calmette e Guérin
CEPRO	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas
COMVAP	Companhia Vale do Parnaíba
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura e Pecuária
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
GERCOSA	Gervásio Costa S/A
HA	Hectares
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
KM	Quilômetro
MA	Maranhão
UDOP	União dos Produtores de Bioenergia
Planalsucar	Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar
PI	Piauí
POJ	PlantOmics Java
Proálcool	Programa Nacional do Alcool
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
T	Toneladas
UNICA	União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO DO TERRITÓRIO.....</b>	<b>19</b>
2.1	AS DIFERENTES FORMAS DE TERRITORIALIDADES E SUAS IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA POLÍTICA DOS LUGARES .....	20
2.2	A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO PARA O PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	22
2.3	DEBATENDO O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO..	27
2.4	IMPACTOS DE AGROINDÚSTRIAS NOS TERRITÓRIOS .....	30
2.5	O TERRITÓRIO COMO PALCO DAS DISPUTAS SOCIOECONÔMICAS.....	34
<b>3</b>	<b>MUDANÇAS TERRITORIAIS A PARTIR DO CULTIVO DA CANA-DE- AÇÚCAR.....</b>	<b>37</b>
3.1	FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE .....	37
3.2	HISTÓRICO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL .....	40
<b>3.2.1</b>	<b>Canaviais nordestinos.....</b>	<b>44</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Cultura da cana-de-açúcar no Piauí .....</b>	<b>48</b>
<b>4</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA do MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI .....</b>	<b>53</b>
4.1	FORMAÇÃO TERRITORIAL DE UNIÃO.....	60
<b>5</b>	<b>DIMENSÃO SUCROALCOOLEIRA NA CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE UNIONENSE .....</b>	<b>65</b>
5.1	ALTERAÇÃO TERRITORIAL DO TRABALHO .....	66
5.2	O ESTADO COMO AGENTE REGULADOR DO TERRITÓRIO .....	74
5.3	CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS TRAZIDAS PELO GRUPO.....	77
5.4	MUDANÇAS SOCIAIS NA VIDA DOS UNIONENSES.....	78
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>
	<b>APÊNDICES E ANEXOS .....</b>	<b>97</b>

## APRESENTAÇÃO

Sou graduado em licenciatura plena em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus Torquato Neto, nessa instituição participei de 2013 à 2015 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Na UESPI, me identifiquei bastante com a Geografia Agrária e fiz dois artigos relacionados ao tema, um com o título “As problemáticas geradas pela não legalização das terras do acampamento Gaspar, localizado no povoado Santa Teresa, zona rural de Teresina”, e outro “A permanência de atividades rurais em ambientes urbanos, um estudo das hortas comunitárias da região do Dirceu Arcoverde”. O primeiro trabalho foi apresentado no Simpósio de Geografia do campus Torquato Neto e o segundo no EPEGEO do campus Clóvis Moura, ambos campus da UESPI.

Gosto da categoria território, o geógrafo que tenho maior afinidade é o professor Marcos Aurélio Saquet, devido ao seu viés decolonial e subversivo na Geografia. Também me identifico muito com os trabalhos dos professores Rogério Haesbaert e Marcelo Lopes de Souza em contraponto à Marcos Saquet. Outro fator que me atrai (esse preponderante) é a minha ligação afetiva com a Geografia Agrária, que possui duas possíveis explicações, a primeira porque cresci na zona rural de União-PI, cidade localizada a 56 km de Teresina, e com isso, desenvolvi uma relação de identidade e pertencimento com ambientes agrários.

Construídos pela apropriação simbólica e prática do espaço geográfico, imbuído de disputas e conflitos sociais, os territórios devem ser pensados para além das características de políticas públicas, ainda que sejam frutos da intervenção do Estado. Penso que a relação que tenho com ambientes agrários e suas idiossincrasias ocorrem por efetivo processo de territorialização, que produz territorialidades materiais e imateriais, expressas no tempo e espaço, assim, a cada dia que visito minha mãe, percebo coisas que antes era incapazes de serem percebidas, muitas oriundas do processo de criar e recriar o espaço, outras apenas por antes ter sido incapaz de percebê-las. E sobre esse “[...] tecido invisível” (Assis, 1994, p. 52), que é o tempo, são bordadas histórias de luta, resistência, vivência e sobrevivência, que refletem na construção identitária, social e territorial.

Segundo Haersbaert (2003), território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”, ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

Souza (2009) chama atenção para a produção do espaço que deve ser entendida não apenas nos objetos materiais, mas também nas ações imateriais. Com efeito, todo o conjunto de práticas espaciais empreendidas pelos seus agentes transformadores. Os domínios do poder e

do simbólico, respectivamente representados, em termos de conceitos espaciais, pelas ideias de território e lugar, devem, portanto, ser tão endossadas quanto à produção material do espaço. Sendo assim, é necessário buscar entender como os agentes modeladores do espaço criam imagens espaciais, fenômeno cuja ocorrência se dá frequentemente durante ou após o processo de territorialização.

Nesse tênue cabo de guerra, uma frase de um professor da época de universidade me marcou muito, foi proferida pelo professor Carlos Rerrison<sup>1</sup>, durante um minicurso de Geografia Agrária, ele afirmou que a Geografia Agrária era vista como “a chata do ônibus”, pois ela era a mais incomodada das áreas da Geografia e a que mais usava o modelo dialético nas suas pesquisas, também a literatura marxista, talvez esteja aí o segundo motivo que muito me atrai nessa área.

Minha carreira profissional começou já na rede pública de ensino, através de seletivo público para rede estadual do Piauí em 2015. No entanto, eu nunca trabalhava apenas com Geografia e nas turmas que lecionava, eram sempre com horários atropelados, sempre ficava a sensação de dever malfeito.

Mediante concurso público, ingressei na sede municipal de educação de Paulistana-PI, mas a distância e o fato de ter sido aprovado no mesmo ano na rede estadual do Maranhão, me impediu de continuar nessa cidade. Na rede maranhense de ensino, trabalhei nas cidades de Carutapera e Zé Doca, por concurso público trabalhei de 2017 à 2018 na rede municipal de União, em que pedi exoneração devido à incompatibilidade de horários com a SEDUC-MA. No entanto, a falta de planejamento e estrutura, presente de modo geral em toda educação brasileira, mas específica nos lugares que trabalhei sempre me implicaram uma sensação de não realização profissional e o medo de entrar em comodismo, e ficar apenas na Geografia dos professores, como alertava Lacoste (1988).

O que mais me impacta negativamente é a superficialidade com que os temas geográficos são discutidos, nas mídias e por consequência, nas escolas também, já que essas se preocupam mais em reproduzir o mundo “pronto e acabado” dos “estados maiores”, do que fazer papel de agente transformador do mundo.

Dos problemas e questões centrais que faz desfilar através da leitura de Lacoste (1988), me incomodam o distanciamento da universidade das escolas, a vulgarização de temas geográficos e a “elitização” de temas populares, como acesso à moradia, doenças causadas pela poluição do ar ou mortes por uso de agrotóxicos, falta de empregabilidade para os jovens do

---

<sup>1</sup> Licenciatura plena em Geografia no ano de 2013 na Universidade Estadual do Piauí, campus Clóvis Moura.

campesinato, tudo isso me motiva a voltar ao ambiente acadêmico, para me preparar mais e poder ser um agente, entre outros, que tenta colocar a geografia no seu lugar de agente da elucidação dos problemas sociais, que seja compreendida por quem mais precisa dela.

Quando entrei no Instituto de Educação e Pesquisa do Maranhão (IEMA), no ano de 2021, vislumbrei uma alternativa para poder ficar próximo de casa, além de ter mais estrutura e planejamento, prestar um ensino da Geografia menos descritivo e mais significativo, provocativo e questionador, que possa fazer com que os alunos compreendam seus espaços e desenvolvam laços, mas também percebam suas contradições, muitas vezes, resultantes do comodismo dos grupos sociais excluídos e da tentativa constante dos grupos dos poderes de mascarar essas nuances.

A Geografia Humanista, conforme Tuan (1982), procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar. Sob esse aspecto, acredito que o mestrado é de grande valia para minha evolução enquanto profissional, que trabalha os conceitos geográficos, e educador que trabalha o desenvolvimento intelectual dos alunos e o aprimoramento do seu senso crítico. Tentarei ser um elo entre a academia e a escola, a Geografia dos estados maiores e a dos professores.

Como premissa, cada indivíduo possui uma percepção do mundo e ela se expressa diretamente por meio de valores e atitudes para com seu espaço, o que mais me atrai na Geografia Humana é essa busca de compreensão do contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e o seu mundo, e nele se relaciona, sem a pretensão de ser “deusa do monte olimpo” que não se imiscui nesse processo. Pois ela sabe que faz parte dele, e não existe neutralidade em campo algum, uma vez que ser neutro dentro da ciência é tão possível quanto livrar-se de uma areia movediça puxando-se pelos cabelos.

## 1 INTRODUÇÃO

A produção canavieira predominou nos primórdios da colonização brasileira, caracterizada pelos grandiosos latifúndios de produção homogênea (de uma única cultura). As relações de trabalho eram genuinamente escravistas, e o seu caráter monopolista consistia num modelo agroexportador sem flexibilidade.

O Nordeste brasileiro, no geral, durante os principais eventos do processo de industrialização do Brasil, caracterizou-se pela exportação de mão de obra barata, isso é comprovado no período de industrialização e urbanização de São Paulo, na construção de Brasília, na tentativa de descentralização econômica, e a partir da construção do Polo empresarial de Manaus (Vale, Lima, Bonfim, 2004). Enfim, os nordestinos sempre precisaram migrar para outras regiões, para levar uma vida mais desenvolvida economicamente, de certa forma rompendo a barreira do atraso social e econômico imposta à região, que ao longo dos anos estabeleceu o seu isolamento socioeconômico.

Os principais fatores que contribuíram para a migração da população nordestina foram a falta de infraestrutura, o alto número de desemprego e o caráter predominantemente agrário da região (Oliveira e Jannucci, 2005). Algumas políticas foram feitas para reverter esse quadro, como a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Polo Nordeste de Desenvolvimento, e o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), que mesmo não sendo uma política específica para o Nordeste contribuiu para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro nas décadas de 1980 e 1990, com isso a região, mesmo a passos lentos, caminhou para sua modernização. Contudo, esses programas ainda não conseguiram modificar por inteiro uma estrutura que se estabilizou ao longo de décadas.

A partir disso, torna-se relevante tecer reflexões críticas sobre as contradições que circundam os novos moldes do contexto socioeconômico e territorial de União-Pi, envolvendo assim, a visão do empresariado da cidade, da população menos abastada e dos poderes públicos, com o intuito de ter uma visão holística, pois o empresariado transmite a contribuição econômica e o impacto nas vendas nos dias de pagamento dos funcionários da empresa. Além disso, as consequências sociais e as implicações são sentidas pela população menos abastada, como as mudanças na forma como eles praticavam as agriculturas de subsistência, e nas práticas de pecuárias extensivas, como as alterações ambientais afetam suas vidas, e por último, como se dá a relação dos poderes públicos com o grupo. Nesse sentido, ao estudar o cerne da dinâmica social e relacionar suas implicações na paisagem unionense, estou dialogando com a linha de pesquisa “dinâmica socioterritorial, modernização e desigualdades”.

Com isso, as principais indagações do trabalho são: quais as mudanças provocadas pelo cultivo da cana-de-açúcar no espaço do município de União- PI? Como essas mudanças afetam o arranjo socioeconômico e territorial e quais podem ser as conjecturas para o futuro?

Os procedimentos metodológicos abrangem, por um lado, a pesquisa documental e bibliográfica (acervos de artigos em revistas, leis e programas de desenvolvimento econômico, bancos de dados e informações dos órgãos atuantes como o Centro de Pesquisas Econômicas (CEPRO), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e organizações sindicais, além da prefeitura e do próprio Grupo Olho D'Água). E de outro, por meio de aplicação de questionários e entrevistas com funcionários do grupo e dos órgãos.

Por se tratar de uma pesquisa com uma agroindústria, que possui um carácter espoliador aos trabalhadores e ao meio ambiente local, as entrevistas foram de modelo aberto, visando ter um bom diálogo com o grupo, para reduzir o risco dos seus representantes negarem as informações centrais da pesquisa. Por isso, foram feitas perguntas à empresa, como forma de introduzir um diálogo a respeito de temas delicados e prejudiciais à população unionense (Quaresma, 2005).

O intuito do levantamento é investigar os novos moldes da dinâmica socioeconômica da cidade e correlacionar ao modelo de produção do espaço do grupo. A entrevista introdutória com os representantes da empresa terá perguntas gerais sobre a atuação da empresa, o seu surgimento, os motivos para a vinda ao Piauí, suas metas de produção, sua relação com os poderes locais e com a população, a quantidade de empregos gerados, como eles acontecem, suas médias salariais e a origem dos trabalhadores.

De posse das informações gerais sobre os funcionários da empresa, foi adotada a estratégia de aplicação de questionários direcionados aos colaboradores, seguindo a proporção aproximada de trabalhadores do corte de cana, da usina e operadores de máquinas. O questionário com os comerciantes foi feito nos dias de pagamento da empresa, para medir o real impacto econômico da economia do município (Melo e Bianchi, 2015). Os demais agentes envolvidos no processo de produção da territorialidade unionense também serão ouvidos, como a prefeitura e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de União (STTRU) (Quaresma, 2005).

O escopo dos questionários e entrevistas visou possibilitar alcançar o objetivo geral da pesquisa que é analisar a dimensão sucroalcooleira na construção da territorialidade unionense,

ocorrida através da compra da Companhia Vale do Parnaíba pelo Grupo Olho d'Água<sup>2</sup>, e a expansão da atividade sucroalcooleira na região. Para isso, foi preciso primeiro identificar quais foram as reais alterações socioespaciais no município, no que diz respeito aos aspectos sociais e econômicos; interpretar a historiografia do espaço do município antes da instalação do grupo e comparar com o contexto atual; fazer um panorama das relações de poder entre a usina e os poderes locais: prefeitura, empresários, câmara, mão de obra/morador; e assim verificar a importância econômica, social e simbólica da empresa na cidade.

Nesta pesquisa se trabalha uma proposta metodológica dialético-crítica, associada ao debate, elaboração e utilização de arcabouço teórico crítico e linguagens que sejam capazes de tornar atrativa, decodificável e inteligível a compreensão das contribuições sociais e econômicas que o grupo canavieiro Olho D'Água trouxe para o município.

Os autores usados com mais frequência foram Andrade (1979 e 2001), com suas pesquisas sobre as alterações no espaço nordestino provocado pelo cultivo da cana-de-açúcar, e mesmo a formação territorial do Nordeste que teve ligação direta com a cultura da cana-de-açúcar; Saquet (2017) em seu livro “Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial”, em que esse autor trabalha o conceito de lugar como resistência das territorialidades locais e aponta essas resistências como uma saída para o desenvolvimento sustentável e em seu artigo no livro “Geografias fora do eixo” em que ele aponta para a importância de uma abordagem decolonial, partindo do local para o global.

A leitura de outros dois foi de suma importância para facilitar a compreensão das mudanças no município, Corrêa (2005) trouxe a contribuição sobre o entendimento da construção e reconstrução do espaço (O Espaço Urbano), enquanto Fernandes (2004) foi fundamental para compreender as alterações no espaço, causadas pela atuação do agronegócio e de agroindústrias no campo, além expor outras conflitualidades no campo brasileiro (Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial). Além disso, esse autor aborda em seu texto a tipologia dos territórios, que contribuiu muito para a fundamentação da categoria território (2008) e em um artigo no já referido livro “Geografias fora do eixo” (2022), em que o autor debate o conceito de movimentos socioterritoriais. O texto de Castro e Sodrê (2022),

---

<sup>2</sup> O Grupo Olho d'Água tem origem em 1920, quando os empresários Artur Tavares de Melo, Samuel Hardman e José Hardman assumiram o Engenho Olho d'Água, em Pernambuco. Em 1928, o engenho deu origem à Usina Central Olho d'Água. A partir daí, começou um amplo processo de expansão, tanto no setor sucroalcooleiro como na diversificação para outras atividades industriais. O Grupo Olho d'Água adquire a Destilaria COMVAP, no Piauí. Sob novo comando e com significativos investimentos, a unidade ampliou sua atuação e capacidade de produção. Atualmente produz etanol, açúcar, aguardente e energia.

também do livro “Geografias fora do eixo” trouxe uma elementar importância para a pesquisa ao ampliar a contribuição das identidades locais para as resistências e modelações territoriais.

É importante destacar que o Grupo Olho D’Água, com seu modo de produção de espaço e com suas relações trabalhistas, difere significativamente do grupo que anteriormente administrava a Companhia Vale do Parnaíba (COMVAP). Eles introduziram um modelo de agricultura moderna, expandiram enormemente a área de cultivo e modernizaram as estruturas da usina. Além disso, reduziram as terras destinadas à agricultura de subsistência e criaram muitos campos de trabalho, sendo a maioria desses trabalhos bastante desgastantes.

Portanto, procurou-se neste estudo investigativo fazer uma análise crítica, pautada em uma abordagem qualitativa e quantitativa, ouvindo os agentes envolvidos, para descobrir se esse processo está trazendo benefícios ou malefícios e em que ele pode melhorar. A fundamentação teórica, a análise dos documentos bibliográficos, das entrevistas ou questionários, a reflexão crítica sobre o quadro social e econômico, bem como o diálogo com os promotores do espaço, certamente constituirão elementos imprescindíveis para a elaboração dos pressupostos que orientam os desafios do fazer e do refazer espacial. Por fim, serão sistematizados os resultados e as conclusões da pesquisa. O método utilizado foi o dialético e a teoria do materialismo histórico, por isso Andrade (1976 e 2001) foi essencial para o processo de construção territorial do Nordeste e as implicações históricas nos espaços.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, o capítulo um aborda a categoria território e desenvolvimento territorial, o capítulo dois trouxe o debate sobre as mudanças territoriais a partir do cultivo da cana-de-açúcar, já o capítulo três trata-se da caracterização geográfica do locus de pesquisa (União-PI), enquanto o quatro refere-se a análise e discussão sobre os dados coletados nas pesquisas de campo.

## **2 CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO DO TERRITÓRIO**

A fluidez do conceito território está diretamente ligada às movimentações dos grupos sociais, quanto mais acelerada for a dinâmica social, mais fluidas serão as alterações socioterritoriais. Por consequência, maior será a complexidade do seu estudo, exigindo uma riqueza conceitual do sujeito da pesquisa, bem como uma vivência do seu funcionamento.

Segundo Balsan (2006), nas últimas décadas, notou-se um reordenamento do espaço, podendo-se dizer que, do ponto de vista da organização das atividades econômicas, as cidades não podem mais ser classificadas apenas com a atividade industrial nem os campos com as atividades do setor primário.

Neste capítulo será discutida a complexidade da categoria território, a necessidade do seu entendimento para a realização de políticas públicas e como o território é impactado e ao mesmo tempo impacta conflitualidade sociais.

## 2.1 AS DIFERENTES FORMAS DE TERRITORIALIDADES E SUAS IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA POLÍTICA DOS LUGARES

O território é uma das categorias de análise da Geografia e ultimamente tem ganhado muita relevância nos estudos espaciais. No entanto, essa maior inclinação à análise do território gerou compreensões e significações imbuídas de maiores intencionalidades dos sujeitos. É sempre importante ressaltar que não se está aqui advogando em nome de uma neutralidade científica, essa afirmação visa unicamente ressaltar a natureza polissêmica do território.

Fernandes (2008) salienta que a importância que o território tem recebido levanta questões sobre o conceito ter se tornado moda ou se seria uma espécie de *fashionconcept*<sup>3</sup>, além de afirmar que em grande parte dos trabalhos, o território é utilizado apenas na sua superfície, base ou palco das relações sociais. Santos (2002) é outro autor que coaduna com esse pensamento, ao dizer que a Ciência Geográfica alcança no início do século XXI a sua era de ouro, pois a geograficidade se releva como um fator histórico, na medida em que, nada é considerado essencial. Hoje revela-se o mundo a partir do conhecimento do que é Território, pois conforme Santos (2002):

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação e do lugar (Santos, 2002, p. 9).

Assim, Santos (2002) explicita a heterogeneidade do território, repleto de multidimensionalidade e significações, resultantes de diversos processos históricos que modelam os grupos sociais que vivem num determinado espaço, e ao mesmo tempo, de verticalidades do presente que chegam dos mais diversos espaços e nos variados tempos, escalas e intensidades.

Fernandes (2008) usa o termo transterritórios como um conjunto de territórios nacionais, entendidos como espaços de governança (onde se concentram o capital e maior poder político)

---

<sup>3</sup> Conceitos que estão na moda, que muitos utilizam de forma involuntária, na maioria das vezes sem a devida reflexão.

em diversas escalas. Nos transterritórios, além dos espaços de governança, também existem outros tipos de territórios, exemplo das propriedades privadas comunitárias ou capitalistas que criam conflitualidades pela disputa dos projetos de desenvolvimento e de sociedade. Saquet (2017) também contribui com essa formulação, ao afirmar que:

A globalização gera a organização da produção em diferentes níveis escalares e vice-versa: internacional, global, regional e local, justamente em razão da facilitação das trocas das mercadorias, dos conhecimentos e das atividades de serviços, anulando barreiras espaciotemporais e integrando lugares e sujeitos por meios das redes de comunicação e transportes avançadas. Há diferentes escalas e múltiplas conexões/interações (Saquet, 2017, p.117).

Assim, nota-se que os territórios possuem complexidade e versatilidade, o que exige políticas públicas que estejam à altura da sua riqueza epistêmica e, ao mesmo tempo, funcionem como verdadeiras resistências aos planos econômicos espoliadores, ao passo que se ressignificam e continuam presentes, mesmo que haja interferências externas mais latentes.

Para compreender a dinâmica atual de União-PI, e como o Grupo Olho d'Água tem alterado o modo de vida das pessoas, é imprescindível fazermos uma discussão sobre as relações de poder da cidade, antes e depois da instalação do grupo no município, as múltiplas utilizações do espaço da cidade e as implicações nas relações sociais presentes. Por isso que se utilizou a categoria território, e referências comprometidas com a fiel complexidade do seu conceito.

A definição de território, feita por acadêmicos, muitas vezes sem a vivência dos variados grupos sociais, acabam por ser, em maioria, um recorte pequeno, elitizado e pobre de vivências.

Castro e Sodré (2022) entendem território por uma noção totalizante, nos quais a natureza assume uma função essencial, tratamos território, sem desconsiderar, obviamente, outros constituintes que são menos definidores dessa relação, todavia que se imbricam neste e cujas dimensões se deve, inevitavelmente, tratar. Os territórios estão compostos de significados, capazes de gerar administração e territorialidade, quer dizer, identidade para desenvolver distintas estratégias sobre o espaço. O território e a territorialidade são entendidos como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade.

Parece-nos que, atualmente, sua proposta teórica ainda não ultrapassa o nível de uma narrativa generalizante, numa geografia feita sobre aspectos da realidade, em que a interpretação contém “verdades” produzidas em gabinete. Assim, os sujeitos são “representados/expressados” pelo/a intelectual e por seu “discurso heliocêntrico”, no qual o “sol da teoria” ilumina e preenche o “espaço vazio” (Spivak, *apud* Saquet, 2022, p. 18).

A realidade dos povos não precisa ser criada, pesquisas em tempos e espaços diferentes são importantes como efeito de comparação, mas essas não podem explicar fenômenos locais, com causas, sentidos e consequências próprias. A realidade de cada espaço precisa ser pesquisada e debatida levando em consideração os agentes locais, se possível, por esses próprios agentes.

Segundo Saquet (2022), muitos estudos territoriais explicam a realidade de “cima” para “baixo”, do geral para o singular, do global para o local, este último — e o singular — praticamente sucumbido diante das forças globais. O lugar onde vivemos “fala”, ou seja, está muito presente na concepção com a qual “lemos” o mundo. O jeito como vivemos talvez “fale” muito mais, revelando quem somos socialmente, cada indivíduo tem a sua geografia.

## 2.2 A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO PARA O PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Fernandes (2008), entre os inúmeros argumentos que se pode usar para afirmar que o território ganhou status nas diversas áreas do conhecimento, existe um que se destaca: o território é usado como conceito central na criação de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas empresas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais.

Toda política privada ou estatal que almeja obter um alcance socioespacial de relevância, necessita respeitar o carácter polissêmico do território. A origem da população, as relações de trabalho, a sua cultura, as práticas agrícolas, os fluxos de imigração e emigração, as condições ambientais, as faixas etárias da população, as influências das verticalidades, a articulação dos pequenos circuitos econômicos, portanto, tudo que possa dificultar ou facilitar a circulação e aceitação daquela política.

De acordo com Fernandes (2022), os movimentos socioterritoriais têm múltiplas conflitualidades, mas têm como objetivo central a apropriação do espaço para garantir sua existência e defesa de seu projeto político. O território é fundamental para expor suas ideias e práticas em busca de desenvolver seu projeto de existência e, assim, fortalecer suas identidades.

Quando uma política econômica é colocada em prática com evidentes interesses dos grandes capitais, devido à característica espoliadora e degradante, há, certamente, um movimento de contestação surgindo formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades (Fernandes, 2008).

É sobre essa égide que tanto o conceito de território, quanto os territórios passam a ser disputados. Temos, então, disputas territoriais nos planos material e imaterial. As cidades, os municípios e as regiões são transformados em territórios interconectados, de comando ou comandados, na divisão internacional do trabalho. Tais disputas territoriais:

São, portanto, de significação, das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais. O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais. Temos, portanto, duas compreensões distintas: a do território compreendido apenas como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar (Fernandes, 2008, p. 04).

Assim, o estabelecimento do sistema capitalista é, por consequência, a instauração e consolidação do território capitalista. Contudo, como esses espaços que têm seus territórios “invadidos” reagem a essas invasões, pode-se dizer que a instauração e consolidação do território capitalista e suas relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas e, por consequência, produzem territórios não capitalistas.

Ainda com base no pensamento de Fernandes (2008), esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, e a partir disso surgem disputas territoriais permanentes. As disputas territoriais não se restringem à dimensão econômica, pois, sabe-se que o território é uma totalidade, e multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, assim, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais.

Os debates feitos na academia, as pesquisas de campo em que os pesquisadores têm a pretensão de conseguir em poucas horas, intercaladas, decifrar toda uma gama de fenômenos sociais e explicá-los utilizando teorias importadas, acabam por vulgarizar temas sérios de real impactos nas vidas das pessoas.

Quando, de fato, não separamos o tempo do espaço — nos processos de espacialização, desespacialização e reespacialização (EDR) —, as temporalidades e as territorialidades, processos que estão em unidade e são, portanto, simultâneos, notamos com facilidade que há uma heterogeneidade extraordinária de ritmos, relações e condições cotidianas dos operários empregados, dos trabalhadores sem trabalho, dos pescadores, quilombolas, camponeses, indígenas, capitalistas urbanos e/ou rurais etc. Muitos sequer ouviram falar do fordismo ou do pós-fordismo e da acumulação flexível que, obviamente, também não experimenta(ra)m, embora, muitas vezes, estejam em movimento no espaço, vivendo, em algumas situações específicas, a aceleração do tempo (Saquet, 2022, p. 21).

Espaço e tempo são categorias indissociáveis, muitas vezes o isolamento nos laboratórios e grupos de estudos, sem a experimentação da vida nos agentes dos nossos objetos de estudos, seja um bairro e/ou uma comunidade rural, e/ou um quilombo e/ou uma sociedade indígena etc., coexistindo e cooperando com as classes populares: nós nos integramos, no tempo e no espaço, enfim, nos territórios de vida cotidiana (Santos, 1996).

É necessário, não só falar das multiterritorialidades, das multiescalaridades, é preciso também debater em que condições esses sujeitos estão, o que ocasiona essa realidade e apontar responsáveis, para isso, só ouvindo os agentes e experienciando situações, pois “em suma: olhamos para além da modernidade, mas ainda com um dos pés fincados no mundo moderno. E, nessa dialética, caminhamos” (Fuini, 2020, p. 236).

Para Saquet (2022), a “multiterritorialidade” da “compressão espaço-tempo” e do “desencaixe-reencaixe” é fato para uma pequena parcela que consegue se reproduzir acessando as distintas redes da globalização e outras mercadorias, e não para a ampla maioria que vivem em condições paupérrimas: para estes últimos, não há “compressão espaço tempo”, nem “reencaixe” minimamente qualificado, há carências, vulnerabilidade, fragilidade, subordinação, colonização, exploração, territorialidades plurais sob a práxis de dominação, e não de libertação.

Todo e qualquer estudo territorial que não leva em consideração a realidade vivenciada dessa, é importante sempre ressaltar, ampla maioria, é feito sem base na realidade factual.

Desse modo, para uma pequeníssima parte privilegiada da população brasileira, obviamente, a desterritorialização é um mito, porque essa parcela de gente experimenta efetivamente o “desencaixe” e a “compressão espaço-tempo” (Saquet, 2022, p. 23).

Continuando com Saquet (2022), as ciências sociais e humanas criam paradigmas, influenciam percepções e interpretações, favorecem determinados aspectos em detrimento de outros, fixam “critérios de valor” sobre as pessoas: negam-se, muitas vezes, outras perspectivas, sobretudo da cotidianidade, assim “[...] Se queremos saber do homem, da humanidade, da sociedade, deveremos nos instalar mais nela e morar menos em nossos aquecidos e confortáveis escritórios” (Borsani *apud* Walsh, 2015, p. 116).

Toda pesquisa científica nunca é neutra, pois o sujeito da pesquisa possui suas concepções ideológicas e suas territorialidades, é claro que a qualificação e honestidade intelectual do pesquisador sempre deve ser levada em consideração, mas numa “abordagem territorial exótica” o nível de distorção tende a ser proporcional ao distanciamento e, por

consequência, falta de vivência no local de objeto de estudo. Mesmo que um pesquisador seja extremamente dedicado, um burguês do sudeste não possui a mesma profundidade de informações que um camponês do nordeste teria em um estudo sobre questões agrárias de sua região.

Portanto, a abrangência da categoria território leva à interpretação que as políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de territórios para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados. A imposição da geograficidade deve-se também à ascensão do conceito de território, porque a disputa pelo poder de interpretá-lo e de conceituá-lo se intensificou. O valor semântico da disputa está na ontologia do conceito de território, que têm como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade (Fernandes, 2008).

Com isso, o receio de Fernandes (2008) que o termo território seja vulgarizado é pertinente, assim como é nítido o dever de toda e qualquer política econômica considerarem suas idiossincrasias.

As tentativas de formulações abstratas acerca dos fenômenos sociais e do processo de desenvolvimento territorial são todas frustradas. Pois é preciso mergulhar no concreto (espacial) e no histórico (temporal), já que a própria economia capitalista é polimorfa, segue diferentes trajetórias e vias, e há constante polarização em suas estruturas e combates reiterados de “estilos de desenvolvimento” distintos (Brandão, 2009).

A concepção de lugar está ligada à identidade e pertencimento, e por ser uma categoria mais atrelada aos estudos culturais, ela, diferente de território, região e paisagem, por exemplo, é menos fluída. Embora os movimentos socioterritoriais também sejam moldados por um sentido relacional de lugar, a identidade é principalmente transformada por meio da construção do território, na medida em que frequentemente optam por se identificar explicitamente em relação a um território apropriado.

A materialidade do espaço apropriado fornece um território demarcado para a geração de novos encontros, que também podem gerar locais de ativismos altamente afetivos e performativos. A socialização política produzida na apropriação do território também pode ser geradora de novos valores políticos (por exemplo, solidariedade, cooperação, liderança insurgente) que fornecem resultados materiais e imateriais importantes para os movimentos socioterritoriais (Fernandes, 2022, p. 141).

Os movimentos sociais, extensões elementares da vida do homem, são construtores de territórios e são alterados pelas dinâmicas territoriais, um acontecer condensado de significados

e significantes, e sem eles, todo e qualquer estudo é vazio de dados e informações dignas de serem publicadas e compartilhadas.

Quando se fala em território, duas coisas são importantes serem ressaltadas, a sua implicação e muitas vezes determinação das políticas econômicas e a outra, não menos importante, que o erro abissal de, ao se fazer um estudo de determinado território, não se levar em consideração os atores menos abastados e suas diversas formas de territorialidades. Castro e Sodré (2022) afirma que:

O território é composto por um conjunto de poderes, territorialidades, relações sociais cotidianas, intencionalidades e dimensões que se realizam na multiescalaridade espacial. O lugar-comunidade é constituído dos múltiplos territórios que possuem esses aspectos definidores, ele é espaço de reprodução de modos de vida que contrariam abordagens que consideram preponderante a lógica de acumulação de capital vigente (Castro e Sodré, 2022, p.51).

Os pobres precisam ser compreendidos como agentes centrais dos processos de desenvolvimento, não apenas como consumidores de produtos ou como fornecedores de mão de obra, mas também com os seus saberes históricos, suas engenhosidades, suas identidades e suas lutas. Toda desterritorialização não é uma forma de colonização plena, de uma incrementação de territorialidades verticais, mas sim um novo envolvimento sincrético de conhecimentos, valores, habilidades e práticas de quem chega e quem já está.

A sociedade “moderna seria mais territorializada”, com fronteiras “mais definidas” e, na sociedade “pós-moderna”, há “múltiplos territórios” ou “multiterritorialidades” em rede, portanto, “alongadas” (Haesbaert, 2004 *apud* Saquet, 2022).

Saquet (2022) entende que, se existe “modernidade” e “pós-modernidade”, suas variadas características estão contidas uma na outra, ou seja, a “multiplicidade do moderno” está contida na “pós-modernidade” com seus atributos coloniais manifestados em distintas formas de opressão, controle, invisibilização e hegemonia, atributos normalmente escondidos por trás de abstratas narrativas que pretendem contribuir para resgatar a subjetividade e a liberdade.

Elias (2021), afirma que nos últimos anos, passamos por desmonte das políticas públicas compensatórias que, de alguma maneira, protegiam setores e categorias sociais mais vulneráveis.

Haesbaert (2004) destaca uma discussão muito relevante hoje em dia, a desterritorialização, e a considera um mito, fundamentado em premissas bastante sólidas, como a continuidade das práticas culturais que os gaúchos emigrantes mantinham em seus locais

fixados, porém, Saquet (2022) problematiza essa afirmação, colocando os grupos sociais excluídos nessa abordagem. Será que não há, ao mesmo tempo, o “mito da multiterritorialidade” escondido por trás do “mito da desterritorialização”? Para quem a “desterritorialização é um mito”? É mito para os milhões de brasileiros que vivem na pobreza ou miséria?

Portanto, acreditamos que os estudos territoriais demandam uma abordagem que coloque o homem como epicentro. As premissas e problemáticas desses estudos devem ser nativas desses territórios, e os agentes sociais que moldam esses territórios não devem ser apenas respondentes de pesquisas e fornecedores de informações para o pesquisador externo.

Os movimentos sociais, produzidos por esses agentes, precisam ser compreendidos como centrais dos processos de desenvolvimento, não apenas como consumidores de produtos ou como fornecedores de mão de obra, mas também com os seus saberes históricos, suas engenhosidades, suas identidades e suas lutas.

Toda desterritorialização não é uma forma de colonização plena, de uma incrementação de territorialidades verticais, mas sim um novo envolvimento sincrético de conhecimentos, valores, habilidades e práticas de quem chega e quem já está. Por isso, é preciso que os estudos não façam caricaturas do território, ou então, reforcem concepções colonizadoras, excludentes e redutivas de cada complexidade espacial.

### 2.3 DEBATENDO O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Para compreender os processos que influenciam no desenvolvimento econômico e social de uma região, devemos primeiro trabalhar o conceito de desenvolvimento socioeconômico de forma mais holística. Quando se fala em desenvolvimento socioeconômico, não se deve resumir apenas na análise dos dados quantitativos, mas incluir a materialização das mudanças qualitativas, de cunho estrutural e histórico.

O exemplo disso com o local de pesquisa é que o Grupo Olho D'Água, e em muitos casos os próprios poderes políticos, estaduais e municipais, divulgam os dados de geração de emprego e aumento de alguns indicadores socioeconômicos, como PIB e Renda per capita. Mas se vamos fazer uma análise geográfica, precisamos colocar em debate a qualidade do emprego, a expectativa de vida dos trabalhadores do corte de cana, os impactos nos lençóis freáticos e por consequência na vida das pessoas do uso desenfreado de agrotóxicos, a diminuição de terras agricultáveis para os camponeses e como o transporte das canas gera incômodos para o trânsito e as fiações elétricas do município. Tudo isso é importante e faz parte do pacote de implicações socioterritoriais trazidas pelo grupo.

É preciso atribuir na análise as condições adversas de trabalho, pois isso afeta a qualidade e a perspectiva de vida dos trabalhadores, que são expostos a altas temperaturas por uma longa jornada de trabalho, riscos de acidentes com o facão. A utilização de agrotóxicos nas lavouras, ao longo do tempo, contamina os lençóis freáticos, e, por consequência, afeta a qualidade da água consumida pelos moradores que dependem dessas fontes. É também importante ressaltar, que o contato por um longo período com produtos químicos, ocasiona problemas à saúde, inclusive para as crianças em gestação.

O avanço territorial das agroindústrias proporciona diminuição das terras da agricultura familiar, isso implica em êxodo rural dos camponeses, aumento da pobreza e insegurança alimentar. Já o transporte das canas, com cargas superiores às regras de trânsito pode interromper as viações elétricas e tem potencial de gerar prejuízos financeiros à população. É nítida a necessidade de uma regulamentação, fiscalização e implementações de práticas suavizadoras dessas problemáticas.

De acordo com Souza (1999), o desenvolvimento é determinado pela existência de crescimento em um ritmo acelerado, superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhorias de indicadores econômicos e sociais. É um processo de estruturação e maturação de determinada região, podendo abranger escalas municipais, estaduais, nacionais e até mesmo continentais alterando toda a organização espacial da área.

O desenvolvimento de uma área hoje está diretamente condicionado pelas amenidades físicas e sociais que ela possui, nesse aspecto, alguns fatores se sobressaem, como as infraestruturas, a qualificação da mão de obra, as matérias-primas, além das ciências e tecnologias, podendo estar incluídas em suas diferentes dimensões.

O Estado, ao contrário do que projetavam alguns ensaístas sobre o futuro das economias neoliberais, ainda assume um importante papel. Atuando como agente regulador, pode dar ênfase para algumas áreas, melhorando suas infraestruturas, atraindo novas empresas, e, ao mesmo tempo, pode discriminar outras, deixando-as fora das condições de desenvolvimento, condicionando-as ao atraso nas reformas necessárias para concorrer no mercado competitivo.

O Estado não é neutro e os agentes sociais, infelizmente, não têm a mesma força política e econômica, e a força que uma agroindústria da magnitude do Olho D'Água tem na política regional também deve ser levada em consideração na nossa análise territorial.

Essa ampla e diversificada gama de ações possíveis do Estado não ocorre aleatoriamente. Elas também não são realizadas de maneira socialmente neutra, como se o Estado fosse uma instituição baseada em princípios de equilíbrio social, pairando acima das classes sociais e seus conflitos. Em vez disso, tende a favorecer os interesses daquele segmento

ou segmentos da classe dominante que estão no poder em determinado momento (Corrêa, 2005).

Devido à grande influência que as empresas exercem na dinâmica das áreas em que se instalam, trazendo várias mudanças de caráter positivo, no que dizem respeito à representatividade econômica, principalmente em números de crescimento econômico, as empresas são vistas, pelos governantes, principalmente das pequenas cidades, como “salvadoras” dos seus problemas, assim eles estabelecem inserções fiscais exorbitantes e reformas estruturais, para atraí-las para o seu território.

Nesse sentido, merece ressalva a mecanização do campo, que vem ganhando força desde a década de 1970, devido a disponibilidade de terras e mão de obra barata muitos municípios vem se urbanizando impulsionados pelas empresas do agronegócio.

O conceito de desenvolvimento socioeconômico estar, na maioria das vezes, erroneamente limitado apenas a avanço econômico, para algumas pessoas, uma cidade “desenvolve-se” ao crescer, ao se expandir, ao conhecer uma modernização do seu espaço e dos transportes, ao ter algumas áreas embelezadas e remodeladas (Souza, 2005, p. 95).

Contudo, deve-se fazer uma análise cuidadosa antes de afirmar que essas regiões estão se desenvolvendo socioeconomicamente, o conceito de desenvolvimento socioeconômico abarca outras variáveis, como as questões ambientais, de segurança e impactos no modo de vida da população local, tudo isso embutido no processo de instalação de grandes empresas.

Na sua essência, o desenvolvimento econômico é a junção de dois elementos: a expansão econômica e a atualização tecnológica. Esses fatores influenciam na maneira como as empresas reestruturam o espaço, refletindo nos locais que escolhem para se estabelecer (Souza, 2005).

Dessa forma, o agronegócio com suas inovações mecânicas para a lavoura ocasiona várias alterações nas áreas em que se instalam, como a redução do tempo de realização de determinadas tarefas, aumento da produtividade, a qualificação dos operadores das máquinas, comércio de venda de tratores, colheitadeiras, insumos e outros.

Contudo, a mecanização do campo similarmente gera a compactação dos solos e traz consigo desemprego, pois as máquinas fazem o trabalho de uma grande quantidade de homens, ao empregar trabalhadores com maior nível de qualificação (tratoristas, motoristas e operadores de máquinas agrícolas), isso reduz significativamente a demanda por mão de obra. Estima-se atualmente que uma destas máquinas substitua cerca de 100 pessoas no campo (Vian; Gonçalves, 2007).

Em uma sociedade capitalista, muito principalmente em um país periférico ou semiperiférico, a riqueza material e cultural gerada é apropriada muito seletivamente, os impactos ambientais são de difícil domesticação e resultado de uma necessidade de produzir cada vez mais e a diversidade cultural e socioespacial é, com frequência, vista antes, como um estorvo pelas elites econômicas do que como um bem a preservar (Souza, 2005, p. 94).

Assim o anseio de “crescer” cada vez mais, faz com que muitos locais percam suas identidades com o slogan de desenvolvimento. As empresas fazem uso de suas capacidades de transformar o espaço, sem um planejamento que preserve essas identidades, sacrificando as formas dos processos passados, e até mesmo a herança teórica fica comprometida em face desse discurso de mudança, além dos problemas ambientais causados pela atuação sem o planejamento eficiente das empresas.

Por isso, segundo Souza (2005), é equivocado comparar esse atual contexto em que passam as cidades de países periféricos e semiperiféricos com os “estágios” em que passaram as cidades dos países desenvolvidos do Norte, já que tais países já vivenciaram esse “outro lado” em tempos e situações diferentes.

Isso reflete nos problemas enfrentados pelas grandes e médias cidades, como desemprego, favelização, aumento de preço dos alimentos, congestionamento de veículos nas vias, violência e desigualdade socioespacial, fruto da falta de preparo dessas cidades para o aumento contingencial de população.

Como foi dito na introdução do tópico, é cômodo para o poder governante ter uma grande empresa instalada no seu território, isso reforça a importância das identidades, das cooperativas, do conhecimento popular, de uma história local, de uma geografia local, das territorialidades locais entranhadas nos camponeses, nos moradores das cidades, conhecimentos que passam de geração para geração, e que não se elimina tão facilmente. Mesmo não tendo a mesma força política e econômica, a força do conhecimento da população menos abastada do município de União está presente nas mais diversas territorialidades que compõem o território municipal.

## 2.4 IMPACTOS DE AGROINDÚSTRIAS NOS TERRITÓRIOS

Atualmente, está se tornando cada vez mais complexo distinguir os espaços como urbanos ou rurais. Isso é consequência de um novo modelo de produção agrícola que reformula a estrutura do espaço rural. Ao mesmo tempo, esse modelo “desloca” os camponeses para as áreas urbanas. Por sua vez, esses camponeses introduzem suas próprias formas de produção de espaço nos limites das cidades.

Elias (2021) afirma que o agronegócio é cercado de mitos que fabricam um imaginário social favorável a ele. Entre os muitos mitos criados e mais difundidos associados ao agronegócio, há o de que sem ele o Brasil não se desenvolve, tocado pelo discurso do “o agro é tudo” e promove a segurança alimentar e soberania nacional, o mito de que é independente do Estado, de que os agrotóxicos não prejudicam a saúde do homem ou do meio ambiente, o de que o modelo do agronegócio é o único possível no Brasil e o de que as empresas do agronegócio estão entre as mais sustentáveis do país, entre tantos outros.

De acordo com Fernandes (2004), o processo de construção da imagem do agronegócio esconde seu caráter concentrador, expropriatório e excludente, para dar ênfase somente aos aspectos produtivistas, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Contudo, a questão estrutural permanece do trabalho escravo à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se recrudescer e afeta de maneira negativa o campesinato.

Os camponeses que são autossustentáveis, quando se deparam com a nova dinâmica imposta pelo capital, não conseguem acompanhar o novo ritmo competitivo, resultado disso é o êxodo rural e a favelização das cidades. O principal causador dessa problemática é a falta de uma reforma agrária ampla e bem elaborada, para que o país desenvolva-se por inteiro, e não cresça de maneira hierárquica, tendo como bandeira a concentração de renda, e a manutenção das políticas elitistas, que perdurou durante o Brasil colonial, com as agroindústrias canavieiras; com a República do café com leite, através da pecuária e dos cafeicultores; e ganhou uma nova roupagem durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (Fernandes, 2004.).

Desde 1996, com a implantação do programa Reforma Agrária Solidária no Ceará e, depois, com o debate inaugurado com a criação do Programa Piloto de Reforma Agrária Cédula da Terra, lançado em dezembro de 1997, indicava a criação de um novo espaço na realização de políticas de reforma agrária. A mudança do eixo da questão agrária objetiva transferir a reforma agrária do campo da política para o mercado. Com a criação desse novo espaço nascia uma nova conflitualidade. Para compreendê-la é necessário atentar para os efeitos da globalização marcados pelas políticas neoliberais (Fernandes, 2004, p. 35).

Assim, surge um novo conflito. Agora, não é mais o camponês contra o fazendeiro, mas sim o camponês contra o capitalista. O novo adversário do camponês vem disfarçado de um ideal de progresso para o campo. No entanto, apesar desse disfarce, as agroindústrias não conseguem ocultar o que está em sua essência, em sua lógica, que é a concentração e a exploração da força de trabalho do camponês.

De acordo com Fernandes (2004), a apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando esconder sua conflitualidade, que é fruto de uma longa história de descaso com o camponês.

Elias (2021) chama a atenção para a criminalização dos movimentos sociais, que segundo a autora é outro nó que ficou mais apertado desde o controverso *impeachment* da Dilma em 2016. O acirramento da conservadora extrema direita, empenhadas em criminalizar e intimidar todos aqueles que lutam por um Brasil justo e soberano. Ato de violência e ódio vêm sendo propagados e incentivados nas redes sociais e reverberam fortemente em várias instâncias. É mais uma demonstração da violência dos setores da elite econômica e política brasileira dispostos a promover uma onda de abuso e ódio à população mais pobre.

O agronegócio não passa de um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

Segundo Gomes (2019), o agronegócio possui papel de fundamental importância para a economia brasileira, mas se precisamos fazer uma análise social do país, não se deve cometer o erro de observar apenas a superficialidade, pois, seu crescimento econômico é acompanhado por crescentes preocupações com os impactos ambientais provocados pela agricultura e pecuária nos recursos naturais, que repercutem na biodiversidade, na disponibilidade hídrica, na qualidade do ar e do solo, enfim, na vida humana.

É necessário, como já foi ressaltado, colocar todos os agentes produtores e consumidores do espaço, aqueles que têm suas práticas agrícolas cerceadas, os pequenos agricultores, os pecuaristas, as vítimas de acidentes de trânsito envolvendo os veículos de transportes de cana-de-açúcar, por exemplo. É necessário colocar o aumento de casos de câncer entre os trabalhadores que têm contato direto com os agrotóxicos, deve-se também colocar em prática a qualidade do emprego, pois muitas vezes não é ofertada água potável, alimento, local de descanso e etc. (Alves, 2006).

Ainda segundo Alves (2006), um trabalhador que corta 12 toneladas de cana, em média, por dia de trabalho e ainda realiza atividades cotidianas e outras relacionadas ao trabalho, caminha 8.800m, despense 133.332 golpes de podão (nome dado ao facão usado para o corte), carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg, em média; faz 800 trajetos e 800 flexões, levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros, faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicas para golpear a cana, perde, em média, 8 litros de água por dia. Por realizar toda esta atividade sob forte sol, com os efeitos da poeira, da fuligem expelida pela

cana queimada, está mais vulnerável a prováveis problemas de saúde devido ao desgaste de energia.

Portanto, antes ou depois, de afirmarmos que agronegócio possui relevância para o PIB brasileiro ao gerar emprego e renda e destacar o país no comércio internacional, é obrigatório colocar também os principais pontos causadores e influenciados por esses números.

Gomes (2019) chama atenção para esse protagonismo do Brasil no cenário internacional, pois é considerado um dos principais países produtores de agrocombustíveis, como a cana-de-açúcar, a mamona, a própria soja, o óleo de palmas, entre outros, que servem como matéria-prima para a produção do etanol e do biodiesel.

Assim, como consequência, essa aposta no agronegócio, como principal responsável na balança comercial brasileira, cobra seus custos socioambientais. Nisso, é nítido o compromisso que o Brasil tem (ou deveria ter) em se debruçar nas discussões de como o agronegócio vem atuando no Brasil ao longo do tempo, avaliando e ajustando os impactos negativos associados às suas atividades.

Para Balsan (2006), pensar sobre as tendências do “novo mundo rural” requer que se volte o olhar para esta realidade que, ao passo que tem colocado uma classe da sociedade com o que há de mais moderno na agricultura e pecuária, contraditoriamente, deixa outra, como os agricultores familiares, ou seja, a maioria dos produtores rurais, cada vez mais distantes de tais inovações.

E o uso exagerado de agrotóxicos na agricultura, por exemplo, como forma de otimizar os lucros dos grandes produtores, tem sido um importante agente de contaminação do solo, das águas e do ar devido à sua toxicidade, sua permanência no solo e o crescente aumento de seus teores encontrados no ambiente. Estima-se que apenas 30% do total de agrotóxico permanece na planta (Oliveira *et al.*, 2006; Silvério *et al.*, 2012).

Os fertilizantes químicos, se aplicados intensivamente, também causam impactos significativos no ambiente, podendo levar à eutrofização de cursos d’água, lagos e mananciais, acidificação dos solos, contaminação de aquíferos, geração de gases associados ao efeito estufa e destruição da camada de ozônio (Sambuichi *et al.*, 2012).

Discutir a história agrícola é também discutir o processo de colonização do nosso país, passando pelas exclusões sociais, políticas e econômicas. As capitânicas hereditárias, sesmarias, lei de terras, os ciclos econômicos da cana-de-açúcar, do café e a revolução verde da década de 60 do século passado, impuseram a grande propriedade como modelo socialmente reconhecido e recebeu estímulos expressos na política agrícola que procurou modernizar e assegurar sua

reprodução, podendo-se concluir que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira (Wanderley, 1995; Balsan, 2006).

Com relação à modernização, houve uma implementação parcial, afetando algumas culturas em determinadas regiões e beneficiando apenas alguns produtores e etapas específicas do ciclo produtivo. A agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair (Santos, 2000).

O aumento generalizado da pobreza no campo pode ser visto como resultado do chamado “processo de modernização”, pois a expansão da grande propriedade com a mecanização e utilização de agroquímicos diminui a necessidade de mão de obra permanente, ao mesmo tempo que os trabalhadores volantes (boias-frias) veem sua oferta de trabalho diminuir cada vez mais e acabam se sujeitando a duros turnos no campo por diárias cada vez mais irrisórias (Amstalden, 1991; Balsan, 2006).

A chamada “modernização do campo” encontrou um real e dóido atraso secular, originado do processo de formação territorial, que privilegiou pessoas pela classe, cor e gênero, ditou rumos e empossou nos poderes econômico e político uma pequena casta de famílias, sem uma política de reforma agrária, e enquanto muitos, mesmo com garantias constitucionais, não conseguem ter o acesso efetivo de uma mínima dignidade, como o acesso à terra pela lei da usucapião.

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade (Brasil, 1988, pág. 39).

A pobreza se intensificou pela distribuição desigual da terra e de outros bens, com a manutenção e reforço da estrutura agrária concentrada, ou seja, foi justamente isso e o favorecimento às propriedades patronais que deram origem à expressão “modernização conservadora” para referir-se a esse processo (Ehlers, 1999; Balsan, 2006).

## 2.5 O TERRITÓRIO COMO PALCO DAS DISPUTAS SOCIOECONÔMICAS

Como já foi ressaltado, território por ser um conceito rico de significados e sentidos, precisa de uma riqueza do sujeito que o pesquisa, uma compreensão empírica e conceitual do objeto pesquisado, pois, precisamos saber até onde as mudanças territoriais são resultantes de um contexto histórico e/ou são mudanças oriundas das especificidades locais.

De acordo com Haesbaert (2010), a globalização ainda não é um consenso, primeiro por não ser um fenômeno uniforme e, nesse sentido, não ser propriamente “global”. Alguns pesquisadores utilizam o neologismo no plural, “globalizações”, diferenciando aí suas múltiplas dimensões, a enorme desigualdade com o que é produzida/difundida e seus diferentes sujeitos — tanto no sentido daqueles que prioritariamente a promovem e a desencadeiam, quanto daqueles que a ela, basicamente, encontram-se subordinados (Haesbaert, 2010; Santos, 2000; Saquet, 2017).

Assim, partindo da premissa que na atualidade as estruturas de poder têm suas expansões ao mesmo tempo mais espacializadas e fluídas, definir o cerne das dinâmicas territoriais fica cada vez mais complexo. A globalização encurtou os lugares e acelerou as transformações. No entanto, essas aproximações não seguem uma lógica contígua e as transformações dependem tanto da fluidez das informações, mercadorias e firmas, quanto das rigidezes das localidades.

Conforme elucidam Santos (2000, p. 18), “vivemos num mundo confuso e confusamente percebido”, essa frase impõe a reflexão sobre como o território pode ser utilizado das mais diversas formas. Os grupos sociais convivem no mesmo espaço e tempo, mas suas práticas são as mais variadas possíveis, mesmo utilizando o mesmo macro território, a utilização dele acontece de acordo com as territorialidades que eles trazem consigo, de acordo com suas classes sociais, suas histórias e suas geografias.

Contudo, não devemos deixar de levar em consideração o papel dos poderes econômicos e políticos, que cerceiam em muitos casos as reivindicações dos grupos minoritários. Haesbaert (2010) explicita que:

As práticas de controle político, cultural e, sobretudo, econômico permanecem cada vez mais vivas e globalizadoras. Torna-se fundamental, portanto, recuperar o entendimento do papel das diferenças, enquanto alternativas possíveis para uma nova e quem sabe múltipla dinâmica da sociedade (Haesbaert, 2010, p.2).

Tal dinâmica vem afetar o território que se molda, complexando a tentativa de “olhar” de “auscultar” esse território. Castro e Sodré (2022, p. 50) afirmam que, quando “analisadas desde o território, as mudanças estruturais e sistêmicas empreendidas não podem ser tomadas apenas em sua dimensão econômica, senão em todo o conjunto da vida e das relações sociais que elas incorporam e que confluem em sua totalidade”.

Essa totalidade imbricasse no processo de territorialização, resultado de lutas políticas e de decisões políticas que também dependeram de condições históricas, tecnológicas e

político-econômicas. A chamada “uberização” do trabalho<sup>4</sup> dependeu do surgimento de tecnologias capazes de suprir as empresas e, ao mesmo tempo, também precisou da fragilidade das leis trabalhistas e da mecanização das forças de trabalho.

Diante disso, de acordo com Harvey (2006), a ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva de formas sociais (línguas, instituições políticas, valores e crenças religiosas) imiscuídas em lugares com qualidades todas suas, tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida.

O processo de colonização brasileiro, de forma geral, dependeu de várias verticalidades, como a imposição da religião cristã pela violência, a língua portuguesa, a migração forçada de africanos, que foi embrião de condicionantes históricas (surgimento dos estados-nação, navegação, racionalismo), mas também enfrentou resistência local dos nativos americanos.

Esse transcorrer histórico cria e recria territórios, reforça mazelas, aumenta diversidades e pauta implicações futuras. É necessário afirmar que a globalização não criou as desigualdades territoriais, pois o território possui variável mais vasto em que a combinação produz uma enorme gama de situações de difícil classificação. As densidades revelam e escondem, ao mesmo tempo, uma situação, uma história e uma geografia.

Santos e Silveira (2001) usam os conceitos de espaços da rapidez e espaços da lentidão, espaços do mandar e do fazer, e espaços do mandar e do obedecer, para estabelecer que os territórios implicados pelos fixos e pelos fluxos, são dinâmicos e possuem diferenciações entre si. Os espaços do mandar são ordenadores da produção, do movimento e do pensamento em relação ao território como um todo.

Nem todos os territórios são capazes de resistir às implicações trazidas de “fora” e as territorialidades que os indivíduos possuem e cativaram com seus territórios sofrem impactos quando não são extintas. Pois o espaço em que o indivíduo (principalmente os menos abastados) vive é antes de tudo o seu local de sobrevivência.

Santos e Silveira (2001) consideram o espaço como um conjunto indissociável de sistemas e há espaços que comandam e espaços que obedecem, mas o comando e a obediência resultam de um conjunto de condições. A história dos locais, as condições globalizantes e as resistências locais (as rigidezes) tudo isso impacta essas alterações.

---

<sup>4</sup> O conceito de uberização do trabalho pode ser definido como um novo modelo de trabalho, que, na teoria, se coloca como mais flexível, no qual o profissional presta serviços conforme a demanda. Ele próprio faz o seu horário e pode trabalhar até 12 horas por dia, sem nenhuma regalia. Esse modelo é defendido por algumas empresas, especialmente as de tecnologia. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/>. Acesso: 24 jul. 2024.

Nos espaços, há territórios e territorialidades, pessoas que conseguem se adaptar às mudanças territoriais e até progredirem socioeconomicamente, e pessoas que têm suas vidas, já paupérrimas, pioradas, o que em muitos casos resultam na impossibilidade de continuar a residirem nesses territórios.

Ao mesmo tempo, as alterações territoriais dependem de inúmeras variáveis, o grau de rigidez e fluidez desses territórios, as dinâmicas locais e interferências políticas. Compreender a natureza dessas alterações resulta em se debruçar sobre macro e microeconomias e as rugosidades presentes nesses territórios. Com base em pesquisa inicial, muitas reclamações são devido às poeiras geradas pelos mesmos veículos nas estradas carroçais, gerando incômodos aos moradores das residências situadas no perímetro de transporte da cana, incluídos também os mesmos problemas presentes na rodovia estadual.

No entanto, como já mencionado, o território atua como um organismo vivo. Os indivíduos, dotados de territorialidades, resistem por meio de cooperativas, manifestações e ONGs, preservando suas identidades e lutando de todas as maneiras possíveis para manter seus direitos de também usar o território.

### **3 MUDANÇAS TERRITORIAIS A PARTIR DO CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR**

O setor sucroalcooleiro possui grande importância social, econômica, histórica e cultural para o Brasil, tendo como principal subproduto o açúcar e o etanol. A região Nordeste possui uma ligação muito forte com essa atividade, pois foi nela que se iniciou seu cultivo, hoje ela encontra-se em terceiro lugar no ranking da produção de cana-de-açúcar no Brasil, sendo ultrapassada apenas pelas regiões Sudeste e Centro-Oeste (Souza; Tironi, 2013).

Este capítulo discutirá sobre os processos de cultivos da cana-de-açúcar no Nordeste, passando pelo seu início, expansão e declínio, e junto com essa discussão, vem a importância dessa cultura para a formação socioterritorial dessa região.

#### **3.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE**

O Nordeste é um mosaico cultural e natural, com suas quatro sub-regiões (zona da mata, agreste, sertão e meio-norte), uma riqueza cultural e histórica (também por ser a primeira região a ser colonizada), o que resulta em muitos conhecimentos a serem descobertos.

Contudo, a região é vítima constantemente de muitas informações deturpadas, ou muitas vezes incompletas, o que gera estereótipos pejorativos, de “região que só tem seca”,

“produtora de mão de obra para o Sudeste”, “povo que sobrevive do bolsa família”, dentre outras absurdidades que a região sofre. Um conhecimento pouco explorado é a sua grande importância no setor sucroalcooleiro, perdurando até meados do século XX como o mais importante do país no setor.

Não se deve negar a relevância da semiaridez na configuração econômica, social e espacial, são aspectos relacionais estabelecidos entre a sociedade e a natureza. Contudo, isso não pode resumir todo um emaranhado histórico-social que permeia a complexidade nordestina. “[...] se imprimem no imaginário social, através de uma dimensão simbólica, tornando-se um recurso discursivo para atribuir à natureza (seca) a causa principal dos problemas existentes no Nordeste.” (Castro, p. 01, *apud*, Filho, 2022).

Foi a partir da grande empresa colonial agrícola que o colonizador estabeleceu a dominação territorial e a exploração dos recursos, em que a conjuntura social necessária implicava em baixa divisão social do trabalho: empresa comercial açucareira, com produção realizada nos latifúndios e engenhos, explorando o trabalho dos escravos e com rigoroso controle produtivo e comercial exercido pela metrópole (Cano, *apud*, Filho, 2022).

De acordo com Andrade (2001), foi a partir da malograda tentativa de formação de império nas Índias, na quarta década do século XVI, que se iniciou o processo de colonização na América Portuguesa, e a *plantation* açucareira vinha a substituir a exploração do pau-brasil, entre outros produtos de menor valor, assim o modelo de produção predominante, desde os primórdios da colonização do Brasil. Era caracterizado pela concentração dos latifúndios de produção homogênea, e relação de trabalho genuinamente escravista.

Segundo Andrade (1979), foi no Nordeste que as caravelas europeias desembarcaram mais precisamente na região de Santa Cruz Cabralia-BA, porém como eles, *a priori*, não encontraram riquezas, não viram necessidades de colonizar as novas terras naquele momento. No entanto, franceses e holandeses, considerando injusta a divisão das terras apenas entre os portugueses e espanhóis, ameaçavam a posse das terras “descobertas” pelos portugueses, em especial a parte oriental do litoral nordestino (holandeses), e o Norte do Nordeste (franceses). Foi então que a coroa portuguesa, com o sistema de capitanias hereditárias, começou o processo de colonização do Brasil. No Nordeste duas áreas ganham destaque formando os primeiros núcleos de povoação, a zona da mata pernambucana e o recôncavo baiano (Andrade, 1979).

Dessas áreas, acompanhando as planícies aluviais férteis dos rios, surgem duas frentes de povoação, a de Salvador, então capital do governo geral da Bahia (já que as capitanias não progrediram, devido ao confronto com os índios), se expandindo pela margem do rio São Francisco em sentido Noroeste e Oeste, e a frente liderada por Olinda-Recife, margeando os

rios Beberibe, Capibaribe e Jaguaribe no sentido Sudoeste. Dessas frentes ganham destaque o surgimento das vilas que deram origem as atuais capitais nordestinas Natal, João Pessoa e Maceió (Andrade, 1979).

Percebe-se que a cultura da cana-de-açúcar foi de fundamental importância para a formação territorial do Nordeste, contribuindo para o surgimento das primeiras vilas e freguesias que posteriormente tornaram-se cidades.

Um acontecimento de bastante influência na formação do território nordestino foi a União Ibérica, já que, com a união entre as coroas portuguesa e espanhola, a Holanda, financiadora dos engenhos nordestinos e refinadora do açúcar bruto da colônia, era inimiga histórica da Espanha, assim foi “obrigada” a invadir o território nordestino para não perder os seus investimentos. Da invasão holandesa, então, vai ganhar destaque a cidade de Recife, que recebe importante investimento e foi construída sobre o mangue do rio Capibaribe devido à proximidade com o oceano, facilitando na exportação dos produtos e contribuindo para a sua proteção contra reterritorialização portuguesa (Azevedo, 1947).

O Piauí, por sua vez, tem na pecuária e na cotonicultura a contribuição para a formação do seu território, pois essas duas atividades se complementavam. O forro dos algodões era usado para alimentação dos gados e as áreas em que o gado era criado preso utilizavam as fezes dos animais para adubo dos algodoeiros. Ganham destaque a Vila Mocha, atual Oeiras, primeira capital piauiense, e Parnaguá, cidade histórica piauiense. A pecuária surgiu dos gados criados soltos para abastecer os engenhos. No entanto, essa atividade se expandiu, chegou até a ser exportado o charque e o couro (Andrade, 1979).

A formação socioeconômica do Nordeste está estritamente ligada à sociedade Portuguesa, com fortes características de domínio de uma casta guerreira, composta por um Rei e pela nobreza ibérica. Porém, já sofrendo forte influência da burguesia, de comerciantes judeus, italianos, holandeses e de outras regiões do velho continente. Por ocasião do povoamento das ilhas do Atlântico e do Brasil nos séculos XV e XVI, o Rei de Portugal estava profundamente comprometido com a atividade comercial que enriquecia a sua corte, em Lisboa (Azevedo, 1947).

Essas nuances da formação territorial do Nordeste são facilmente perceptíveis no seu espaço atual, com fortes conflitualidades no campo, oriundas da concentração ligada ao processo de ocupação, além das oligarquias rurais bem presentes no campo político da região. A exemplo da região de estudo, mesmo antes da chegada do Grupo Olho d'Água, que já se via forte presença de latifúndios, oriundos de famílias tradicionais, como os Medeiros, Lobão, os

Motas, os Costas, dentre outros, que viviam da exploração dos moradores agregados e da compra (dos moradores, por preços baixíssimos) e revenda do babaçu.

### 3.2 HISTÓRICO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL

Como já foi mencionado, Portugal utilizou o sistema *plantation* para a produção agrícola no Brasil, com início na zona da mata pernambucana e no recôncavo baiano em meados do século XVI, cultivando a cultura tropical cana-de-açúcar, iniciando o desmatamento e implantando os engenhos banguês<sup>5</sup> que fabricavam o açúcar bruto, a rapadura e a aguardente. De início os engenhos eram movidos através da força humana, depois através da força de animal — bois e éguas — ou a vapor.

A sociedade que emergiu dessa situação foi organizada em classes de maneira estrita, com a nobreza, conhecida como “da terra”, os grandes comerciantes e os altos funcionários da realeza no topo. Eles detinham o poder econômico e político (Andrade, 2001).

Ainda segundo Andrade (2001), essa classe era seguida por uma classe média composta por sitiantes, pequenos proprietários e prestadores de serviços, e de uma classe baixa formada por pessoas pobres que também prestavam serviços, mas sem muita frequência, muitas vezes sem remuneração, era a gente “sem eira nem beira”, como se dizia, então. E por último havia os escravos, em sua maioria, negros adquiridos no continente africano mediante escambo com fumo e aguardente, e trazidos pelos navios tumbeiros<sup>6</sup> para o país, onde eram comercializados.

O avanço na produção de açúcar, deslocado para as Antilhas devido à expulsão dos holandeses, acarretou melhorias nas técnicas de produção e conseqüentemente na qualidade do produto, o que provocou impactos na dinâmica da colônia. A partir do século XIX com o estágio já bem avançado da Primeira Revolução Industrial, ocorreram algumas evoluções nos engenhos em escala internacional, o que determinou a necessidade de modernização da indústria açucareira do Brasil, dando espaço ao programa imperial de implantação de engenhos mais modernos. Então, por volta de 1874, foram implantadas melhorias nos engenhos banguês, visando à produção de açúcar branco e demerara. Usava-se o termo usina para as produções de

---

<sup>5</sup> Engenhos Banguês foram o primeiro estágio de engenhos no Brasil, ainda rudimentares, eram movidos por energia hidráulica e/ou força animal (Barbosa, 2012).

<sup>6</sup> Navios vindos da África com pessoas escravizadas, devido a condição sub-humana desses transportes, muitos morriam no percurso, por isso ganhando a triste alcunha de “túmbeiro”, pois, eram verdadeiras tumbas (Santos, 2001).

propriedade particular, mas quando eram de empresas comerciais, denominavam-se engenhos centrais (Melo; Fonseca, 1981).

A cana que seria processada nos engenhos centrais era cultivada por donos de terras, que eram antigos proprietários de engenhos. Eles vendiam a cana para o engenho central e se comprometiam a entregar uma quantidade específica todos os anos (Andrade, 2001).

É importante ressaltar que muitos dos grupos que controlavam as usinas e os engenhos centrais, formados desde a colonização, “sobreviveram” aos diferentes momentos históricos, e continuam até hoje (seus descendentes) no controle da produção açucareira regional, avançando para outros estados e construindo uma forte oligarquia política e econômica que mantém por muito tempo o controle dos poderes econômicos e políticos dos estados; sistema conhecido como o coronelismo. De acordo com Andrade (2001):

Por volta do final do século XIX os engenhos banguês já havia quase que todos substituídos por usinas e engenhos centrais e em seguida ocorreu tal aceleração, que a partir de 1914 já havia colocado em funcionamento 56 usinas, transformaram também os engenhos centrais em usinas. A média de produção por usina foi de 42.910 sacas e as maiores safras foram as das usinas Catende (130 mil t), Cruanji e Tiúma (100 mil t cada uma) (Andrade, 2001, p. 274).

Mesmo com a crise dos anos 1920, esse número aumentou para 66 usinas, indicando uma maior dinâmica na produção. Foi nesse período que o governo criou o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) para disciplinar, regionalizar e organizar a agroindústria canavieira, porque os usineiros travavam várias disputas sobre o preço do açúcar, e não havia nenhuma lei que os regulassem. A partir de então, o número de usinas caiu para 53, mas ressalva para o incremento da produção de álcool, estruturando as usinas, instalando duas destilarias desvinculadas de usinas, sendo que uma é do Governo Federal e com produção bastante expressiva (Andrade, 2001).

Na safra de 1973–1974, havia apenas 38 usinas. Nenhuma delas chegou a alcançar um milhão de sacas, fato que também ocorreu ainda perante a década de 1971–1980. As que mostraram maiores produções, superiores a 700 mil sacas, foram Central Barreiros, Catende, Central Olho d’Água, Matari, Petribu e Santa Teresinha, destacando a Santa Teresinha pela maior produção, com 855.150 sacas (Andrade, 2001).

A indústria Central Olho D’Água hoje recebe a nomenclatura de Olho D’Água, tradicional na fabricação do açúcar Olho D’Água, já se expandiu para vários estados do Nordeste, é uma das maiores da região (Comvap, 2023).

A partir da década de 1980, foi criado o Proálcool, para impulsionar as usinas, assim elas dispuseram de recursos para ampliar as suas atividades industriais, expandindo a cultura da cana até por áreas ecologicamente pouco favoráveis. Surgiram destilarias independentes, desvinculadas de usinas. O Proálcool objetivava aumentar a produção de safras agrárias energéticas e a capacidade industrial de transformação, para obtenção de álcool em substituição ao petróleo e seus derivados, em especial a gasolina, e a incrementação de seu uso no setor químico (Melo; Fonseca, 1981).

O programa foi criado no período da crise do petróleo, se tornando além de uma importante estratégia econômica, pois assim o Brasil diminuía as exportações de barris de petróleo, ao mesmo tempo uma ótima estratégia política, por não ser dependente desse produto, assim não ficava vulnerável as diminuições de exportação feitas pelos produtores de petróleo.

O objetivo inicial do Proálcool foi o de dinamizar o setor sucroalcooleiro, visando pagar as dívidas dos usineiros, aproveitar o restante do melado, que não servia para produzir o açúcar, para fabricar álcool. Ele foi dividido em três etapas, a primeira entre 1975 e 1979, fundamentou-se no aproveitamento das infraestruturas já existentes, utilizando as potencialidades sem utilização do setor açucareiro, implantando novas destilarias anexadas ao setor açucareiro, para produção do álcool anidro usado para adicionar à gasolina (Ribas, 1987).

Tinha como meta inicial chegar à produção de 3 milhões de litros de álcool até 1980, superada essa meta já em 1979. Entre 1975–1976, se observou a implantação da produção alcooleira de cerca de 555 milhões de litros/ano, em 1979–1980 a produção alcooleira atingiu 3.400 milhões de litros (IAA, *apud* Borges *et al.*, 1988).

Já na segunda fase do Proálcool, houve uma ampliação do programa, destaque para utilização de álcool hidratado nos automóveis movidos a álcool, que começaram a ser fabricados a partir da década de 1980. Aumentou-se então a meta de produção de álcool para 14 bilhões de litros. A outra evolução perceptível foi o aumento das destilarias autônomas na produção de álcool. Essa fase ficou conhecida como a fase áurea do Proálcool (IAA, *apud* Borges *et al.* 1988).

A participação da gasolina, no consumo de combustível líquido, diminuiu de 98,9% para 42,8% entre 1975 e 1986 e a contribuição do álcool nesse período passou de 1,1 % para 55,5%. Em 1979, a porcentagem dos veículos a álcool subiu de 0,5% para 66,2% em 1986, ao tempo que a porcentagem de carros à gasolina caiu de 89% para 20,9%. O consumo do álcool entre 1984–1986, no setor automobilístico, era de 89,6% do total, sendo de 3,5% a participação da indústria química, 3,1% a parcela das exportações e 3,3% para outros fins (Ribas, 1987).

A terceira etapa do Proálcool sucedeu em meados da década de 1980, quando ocorreu um freio por diversos fatores, como o aumento da inflação, o aumento das dívidas, tanto a interna quanto a externa, a elevação das taxas de juros no mercado internacional, a redução do preço do barril de petróleo. Aliado a isso, os acordos assinados entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que previam uma revisão das políticas de subsídio do governo — entre outras, o estado brasileiro encerrou a política de sustentação e expansão do setor canavieiro. Nesse período percebeu-se uma queda na participação dos veículos a álcool, e é importante ressaltar a extinção do IAA, que era o instituto responsável pela regularização do comércio do setor. Isso levou à crise do abastecimento e da confiança dos consumidores (IAA, *apud* Borges *et al.*, 1988).

Contudo, no século atual, com mudanças de paradigmas na economia global, os países têm buscado cada vez mais a chamada economia verde, com isso, voltou-se a investir em aumento da produtividade nas áreas cultivadas da cultura, por causa do aumento da demanda pelos seus produtos derivados.

Nisso vê-se quão a cana-de-açúcar é importante para a história do Brasil. Apesar disso, muitas informações desse produto, em especial, quando se é usado para produzir etanol, são deturpadas, pois comumente essa fonte de energia é exaltada como limpa. Contudo é importante lembrar que sua produção traz consigo diversos problemas ambientais e sociais.

Na safra 2014/2015, por exemplo, o Brasil produziu aproximadamente 630 milhões de toneladas, das quais 36 milhões foram destinadas à produção de açúcar, que por sua vez teve cerca de 20 milhões de toneladas exportadas — quantidades equivalentes a 20% da produção global e 40% da exportação mundial, respectivamente (UNICA, *apud* Zambon; Nocelli *et al.*, 2017).

Atualmente, as usinas brasileiras podem ser divididas por três tipos de instalações: as usinas que produzem unicamente açúcar; as usinas de açúcar com destilarias anexas, que produzem tanto açúcar, quanto bioetanol; e as instalações que produzem apenas bioetanol. A maior parte das instalações é constituída por usinas de açúcar com destilarias anexas (aproximadamente 60% do total), seguidas pelas destilarias (35%) e algumas unidades de produção exclusiva de açúcar (UNICA, *apud* Zambon; Nocelli, *et al.*, 2017).

O Brasil, nos dias de hoje, encontra-se em primeiro lugar no ranking de produção de exportação de etanol e açúcar do mundo (UDOP, *apud* Oliveira; Pasqualetto, 2022). Com isso, o açúcar representou a primeira riqueza agrícola e industrial do Brasil, e ainda tem um papel relevante para o PIB brasileiro, isso por causa da versatilidade e da adaptabilidade da cana em nosso clima e solo, que por muito tempo, foi a base da economia colonial (UDOP, 2021).

De acordo com CONAB *apud* Oliveira e Pasqualetto (2022), o país deve produzir 572,9 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na sua próxima safra 2022/2023, cujo resultado representa aumento de 1,6% referente a média nacional no rendimento das lavouras do país, que é um contraponto para a redução de 2,6% na área do cultivo. Porém, também representa leve queda de 1% comparada ao ciclo anterior.

Segundo, Oliveira *et al.* (2022), esse avanço é beneficiado pelas atuais políticas nacionais de estímulo à produção de biocombustíveis, a exemplo do *renovaBIO*, que se apresenta como Política Nacional de Biocombustíveis, constituída pela Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017. Essa legislação objetiva ampliar a produção de biocombustíveis no Brasil e deve aumentar ainda mais a utilização de renováveis como o etanol, com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Também passa por um novo ciclo de expansão à medida que os mercados externos se abrem e aceitam o açúcar e o álcool brasileiros.

Estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) (2016) apontam que o mercado brasileiro de etanol continuará em forte expansão em decorrência do acordo de Paris, e poderá atingir 53 bilhões de litros em 2030, o que significa acréscimo de 25 bilhões de litros de etanol. Essa expansão acelerada da produção de cana-de-açúcar no país poderá causar sérias consequências ao meio ambiente, com efeitos na esfera social (Moraes *et al.*, 2016).

O crescimento do setor vem acompanhado das preocupações em decorrência dos impactos socioambientais ocasionados pela agricultura e pecuária, sobretudo ao consumo de água, utilização de agrotóxicos e fertilizantes, emissão de gás metano, queimadas e desmatamentos de vegetação nativa derivados da expansão do agronegócio (Assad *et al.*, 2012).

No próximo tópico será discutido com mais detalhe os canaviais nordestinos, porém algo que já é importante mencionar é que essas mudanças de paradigmas na economia, modificaram a dinâmica de produção dessa atividade.

### **3.2.1 Canaviais nordestinos**

Na atualidade os canaviais nordestinos, com destaque para Pernambuco, maior produtor até o início do século anterior, perderam o destaque nacional que tinham no passado. A troca de bastão do Nordeste para o Sudeste começou entre as décadas de 1920 e 1930, quando uma doença denominada mosaico devastou os canaviais do Brasil inteiro. Os usineiros do Rio de Janeiro e de São Paulo substituíram mais rápido as suas variedades tradicionais por outra variedade, a japonesa *PlantOmic Java* (POJ), resistente a doença, enquanto os nordestinos demoraram a substituição. Isso acarretou um grave problema aos usineiros nordestinos, porque

os usineiros do Sudeste, aproveitando o momento propício, aumentaram sua produção e passaram a abastecer a região Sudeste, que passava pelo seu processo de industrialização. Enquanto isso, os usineiros da região Nordeste ficaram praticamente sem mercado, pois o Sudeste era o responsável por grande parte das importações do açúcar nordestino (Andrade, 2001.).

Segundo Andrade (2001), Pernambuco, que além de ser ultrapassado na década de 1930 por São Paulo e foi recentemente também ultrapassado por Alagoas, passa, no momento atual, por uma das maiores crises de sua história, devido a dois aspectos: econômico e natural. Como aspecto econômico, há o fechamento sucessivo de usinas e destilarias que encerraram as suas atividades, ou porque o grupo econômico que controla algumas delas não dispõe de capital e de crédito suficientes, ou porque, prevendo a crise, algumas usinas transferiram os seus investimentos para outros setores econômicos ou mesmo ainda na própria indústria açucareira, porém em outros estados. Como aspecto natural, aparece o problema climático que a região enfrenta nas últimas décadas.

É acirrada também a concorrência de outros estados produtores, principalmente de São Paulo, frente às velhas agroindústrias açucareiras nordestinas e fluminenses. Quanto ao aspecto natural, o estado se enfrenta uma grande seca, que já se prolonga por vários anos (Andrade, 2001, p. 277).

Apesar de prevista pelos institutos de pesquisa, a crise na agroindústria nordestina ocorre sem que sejam tomadas precauções ou medidas preventivas por parte do Governo Federal e dos estados assolados, que se manifestam surpreendidos pela seca, e desenvolvem a velha política assistencialista e tradicional.

Segundo Souza e Tironi (2013), por causa do aumento da demanda pelos produtos derivados da cana-de-açúcar, há necessidade de aumento da produção da cultura. Com a tendência de redução das áreas com queima da cultura para colheita, haverá redução da área cultivada, pela dificuldade da colheita mecanizada em áreas de topografia acidentada.

Ainda segundo Souza e Tironi (2013), desse modo, deve-se investir em aumento da produtividade nas áreas cultivadas com a cultura, que, apesar da tradição no cultivo da cana-de-açúcar, a região Nordeste apresenta produtividade média baixa de, aproximadamente, 48,9 t ha<sup>-1</sup>, quando comparada com a produtividade média nacional, de aproximadamente 69,4 t ha<sup>-1</sup> na última safra. Produtividades que ficam aquém do potencial produtivo da cultura, considerando os resultados de pesquisa.

Conforme Lima (2015), a redução dos subsídios estatais à agroindústria canavieira resultou em uma situação desfavorável para o Nordeste. A região, que dependia desses subsídios para manter-se competitiva, perdeu mercados para o Sudeste e, principalmente, para o estado de São Paulo. De antemão, não se pode perder de vista que existe uma enorme desigualdade econômica entre as duas regiões — a região Sudeste possui mais infraestrutura, fruto do processo de formação do Brasil, que concentrou renda nessa parte do país.

Assim, sem um grande capital para investir na melhoria de seu processo produtivo e diante da produção superior do Sudeste, a desregulamentação do setor canavieiro criou um cenário adverso para o Nordeste. Em relação ao Sudeste, além de ter capital proveniente de sua economia para melhorar sua produção de cana-de-açúcar, podemos destacar também, por exemplo, o financiamento de pesquisas, as condições favoráveis para o cultivo de cana-de-açúcar, como solos férteis e planos, clima adequado, maior produtividade industrial e agrícola e proximidade com o mercado consumidor nacional (Lima, 2015).

Carvalho (2009) ressalta que o setor sucroalcooleiro do Nordeste começou a enfrentar uma situação sem precedentes com o novo ambiente institucional caracterizado pela desregulamentação estatal. Esse cenário, marcado por sérios problemas de endividamento e competitividade, apresenta uma média de rendimento industrial inferior à de São Paulo e uma média de produtividade agrícola significativamente mais baixa que a do Centro-Sul.

Ainda conforme Lima (2015), essa situação não deixou outra opção para o setor açucareiro além da reestruturação. Com a extinção do IAA, Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar), e a desativação do Proálcool, algumas usinas foram fechadas. As que continuaram ativas tiveram que se adaptar a um ambiente de intensa concorrência, sem a extensão das medidas governamentais que concediam privilégios em anos anteriores. Nesse contexto, as empresas açucareiras economicamente mais robustas conseguiram incorporar inovações tecnológicas e organizacionais em diferentes níveis e ritmos, resultando em disparidades entre as empresas.

Em relação à região Nordeste, Alagoas se destaca como o principal estado produtor. É crucial destacar que Alagoas só conseguiu atingir o ritmo de produção, conforme indicado nos dados, devido à adaptação da produção às normas do mercado. Quando mencionamos produção, estamos nos referindo às usinas que aprimoraram seu processo produtivo com inovações tecnológicas que possibilitaram a racionalização da produção. As usinas e destilarias que conseguiram integrar em seu processo produtivo as medidas de ajuste ao cenário de ampla

concorrência tendem a concentrar a produção, o que se reflete na formação de grupos agroindustriais (Lima, 2015).

Carvalho (2009) destaca que o setor está sinalizando a superação da fase mais crítica, que envolveu o fechamento ou desativação de unidades menos competitivas — um terço do parque industrial. O setor está adquirindo uma nova aparência, com um conjunto estável de 20 usinas e 5 destilarias autônomas, lideradas por um grupo das empresas mais dinâmicas.

Carvalho (2009) chama atenção para o fato de que esse conjunto de usinas — Olho d'Água, Petribu, Cucaú, Pumaty, Cruangi, São José e Trapiche — com instalações maiores e mais atualizadas, é responsável por metade da produção em Pernambuco e lidera a modernização do setor. Isso é evidente tanto na parte agrícola, principalmente com a implementação de irrigação e novas variedades de cana-de-açúcar, quanto na área industrial. A irrigação, por exemplo, já abrange 30% do canavial, com a expectativa de alcançar a média de Alagoas, que é de 60%. Na indústria, a adoção de novos equipamentos e tecnologias — como vários sistemas ligados à Tecnologia da Informação (TI), incluindo a implementação da logística para o fornecimento físico de cana — tem impactado significativamente na redução de custos nas atividades de carregamento e transporte, aumentando a produtividade de carregadoras, tratores e caminhões, ao mesmo tempo que preserva a socaria. Com essa nova configuração, Pernambuco conseguiu deter a queda, estabilizar-se e, a cada colheita, aumentar a produção de açúcar e álcool de maneira sustentável.

Portanto, podemos resumir que a economia canavieira do Nordeste, assim como qualquer economia capitalista, passa por ciclos de expansão e contração. Ela foi o principal motor da economia colonial e responsável pelo surgimento de assentamentos na nova colônia. No entanto, a partir da década de 1920, enfrentou uma crise severa, sendo superada em importância pela produção canavieira do Sudeste. Tentou uma recuperação entre as décadas de 1960 e 1980, apoiada por programas federais, mas voltou a entrar em crise com o fim desses programas. Desde o início deste século, vem se reestruturando e se expandindo para outros estados por meio de indústrias modernas e competitivas (Andrade, 2001, Lima 2015, Carvalho, 2009).

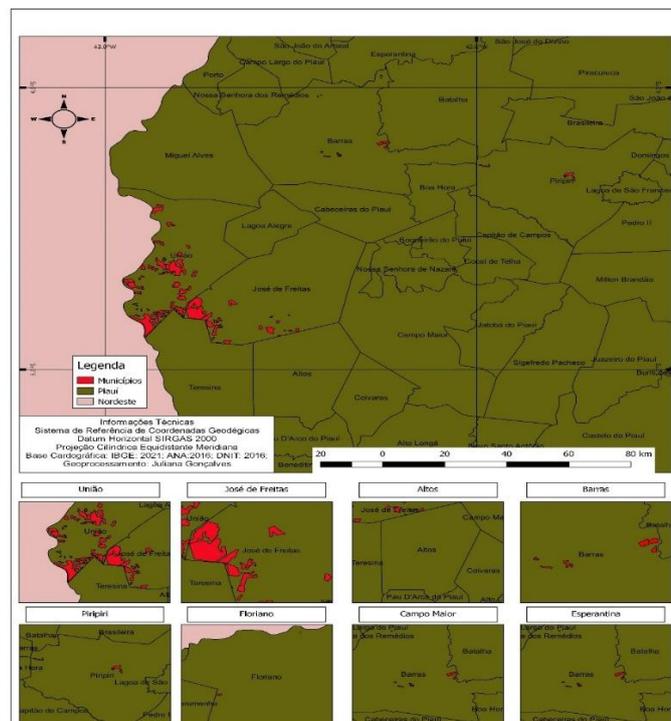
### 3.2.2 Cultura da cana-de-açúcar no Piauí

O processo de formação territorial do Piauí se deu através da pecuária e da cotonicultura. Contudo, outras culturas também eram praticadas, só que em menor número, além dos produtos da agricultura de subsistências. A própria cultura da cana-de-açúcar que se desenvolveu na zona da mata pernambucana e no recôncavo baiano e teve papel significativo para a colônia, também foi cultivada em outros estados, como é caso do Piauí, porém de forma quase que inexpressível, sempre para uso doméstico.

De acordo com Lima e Cavalcante (2001), no Piauí a história identifica que a lavoura da cana foi iniciada por volta do ano de 1678. No começo do século passado o cultivo da cana-de-açúcar aumentou em alguns municípios, como Picos e Castelo do Piauí. Contudo, apenas para produção de cachaça, rapadura ou mesmo para produzir o caldo de cana, nas “engenhocas” locais, sem uma produção voltada para o mercado externo (Lima; Cavalcante, 2001).

Constata-se que a produção canavieira de grande porte no Piauí, tem seu início na década de 1980, através da criação da COMVAP, com subsídios do Governo Estadual e da SUDENE. Criada no período do Proálcool, em que o governo pretendia intensificar a produção alcooleira, a usina produzia apenas álcool.

**Figura 01:** Lavouras de cana-de-açúcar em municípios piauienses



Fonte: *Google Earth Pro*, 2024; Geoprocessamento: Tecnl. Juliana Gonçalves Sousa, 2024

Na Figura 01, vê-se o destaque que a produção de cana da COMVAP tem em nível estadual, pois a maioria das lavouras estão localizadas em José de Freitas e principalmente em União e que a produção em outros municípios, de maiores portes, ainda é incipiente.

Contudo, a destilaria COMVAP (Figura 02), administrada por um grupo local desde 1981, passou por um período de dificuldades e acabou sendo colocada à venda, em 2002. O grupo pernambucano Olho d'Água, tradicional em produção de açúcar, resolveu, depois de visita e avaliação das possibilidades de operação e expansão, adquirir a empresa. A negociação foi iniciada em outubro de 2002 e foi fechada no final de dezembro daquele mesmo ano. A usina tem normas próprias para enquadramento de empresas, entre elas a proibição do trabalho infantil e de transações com empresas e pessoas que utilizam tal prática, assim o grupo alavancou a produção desde a sua aquisição (Barros, 2014).

**Figura 02:** Mosaico com fotos da empresa





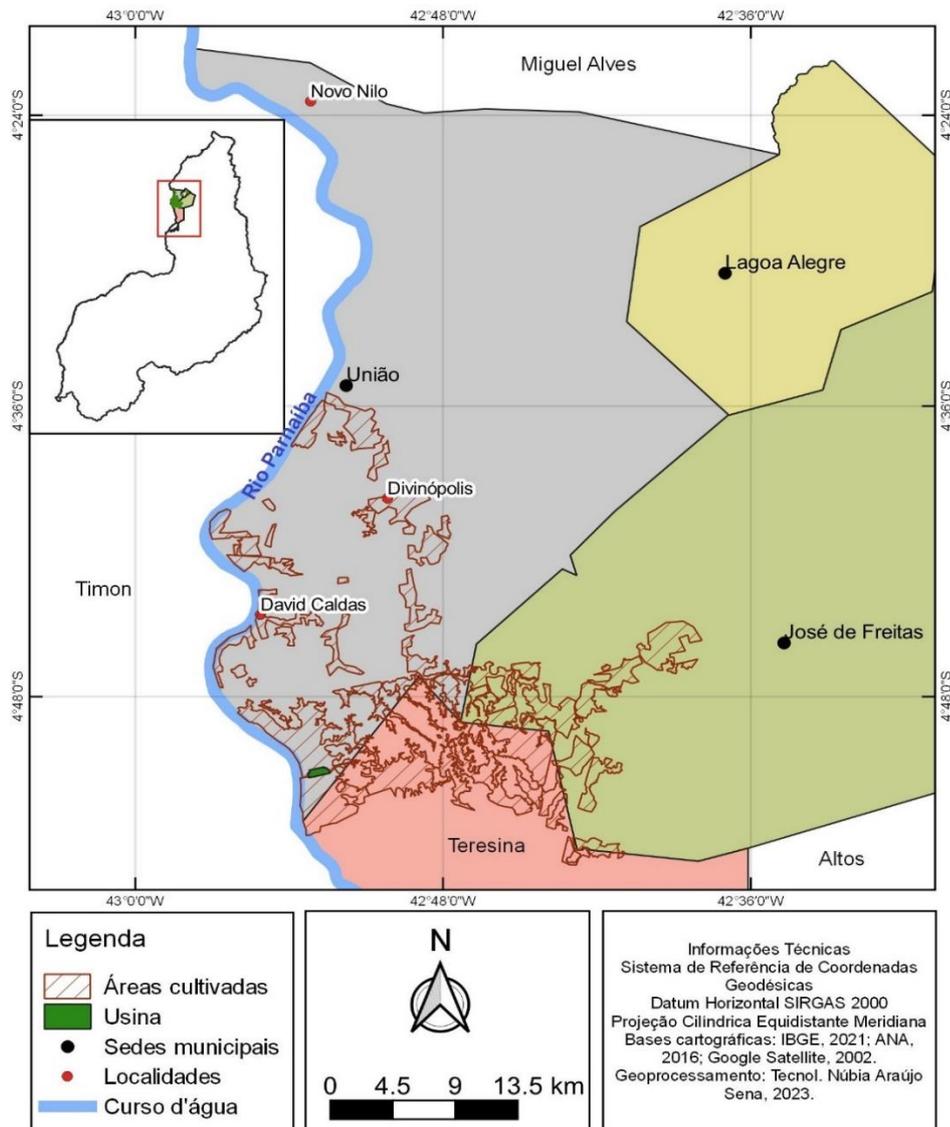
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Na Figura 02, pode-se observar quatro imagens relacionadas com a COMVAP. Na imagem A, vê-se o local do escritório da empresa no distrito David Caldas; a imagem B mostra a entrada da empresa na PI-112; a imagem C retrata a placa da SUDENE em que comprova que a empresa foi criada por subsídios governamentais; enquanto a Figura D mostra a usina de fabricação de álcool.

O grupo foi formado em 1920, por Artur Tavares de Melo, quando ele adquiriu um velho engenho banguê em Pernambuco. Chegou ao município de União-PI em 2002, com o objetivo de aumentar a produção da empresa para um milhão em cinco anos, além de aliar o pequeno produtor nesse processo, computando a carga de produção da empresa a 20% aos produtores locais. Com início das atividades em 2003, a meta foi atingida na sexta safra em 2008, o atraso de um ano se deu devido a uma enchente ocorrida em 2004, inundando mais de 400 ha de plantação de cana-de-açúcar (Grupo Empresarial Olho d'Água, 2020).

Um projeto de ampliação foi apresentado ao Governo Estadual em 2003 pela COMVAP e passado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento, através de dois decretos: um de ampliação da destilaria e outro de implantação de uma fábrica do açúcar cristal. As figuras 02 e 03 representam a expansão dos focos de cultivos de cana-de-açúcar com a chegada do grupo Olho d'Água.

**Figura 03:** Mapa do território dos cultivos de cana-de-açúcar na região em 2002



Fonte: *Google Earth Pro*, 2002/2022; Geoprocessamento: Tecnol. Núbia Araújo Sena, 2022.

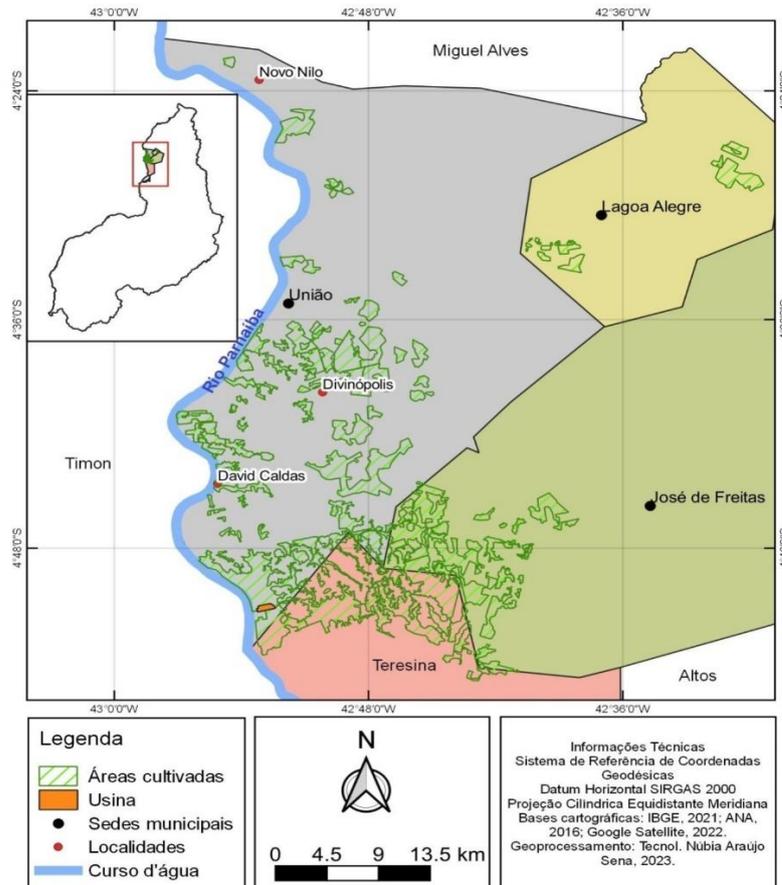
**Quadro 01:** Descrição das áreas de cultivo de cana-de-açúcar

Município	Área cultivada de cana-de-açúcar (ha)	Percentual (%)
União	9.333,484	49
Teresina	5.035,152	26
José de Freitas	4.920,824	25

Conforme é destacado na figura 03, o cultivo da cana-de-açúcar já abrangia outros municípios. Contudo, quase 50% do total de lavouras da COMVAP se encontrava em União (é nesse referido município que é registrada a empresa), a outra metade era dividida entre José de Freitas e a capital Teresina.

De acordo com relatos da população local o cultivo de cana já era praticado no município, por alguns pequenos engenhos independentes que produziam cachaça, como as pequenas usinas de fabricação das cachaças Cacique e Bernarda, essa última ainda em atividade, e localizada no distrito Divinópolis.

**Figura 04:** Mapa do território dos cultivos de cana-de-açúcar na região em 2022



Fonte: Google Earth Pro, 2002/2022; Geoprocessamento: Tecnol.

Núbia Araújo Sena, 2022.

**Quadro 02:** Descrição das áreas de cultivo de cana-de-açúcar

Município	Área cultivada de cana-de-açúcar(ha)	Percentual (%)
União	15.577,049	59
Teresina	5.419,331	19
José de Freitas	5.165,643	18
Lagoa Alegre	1.327,351	4

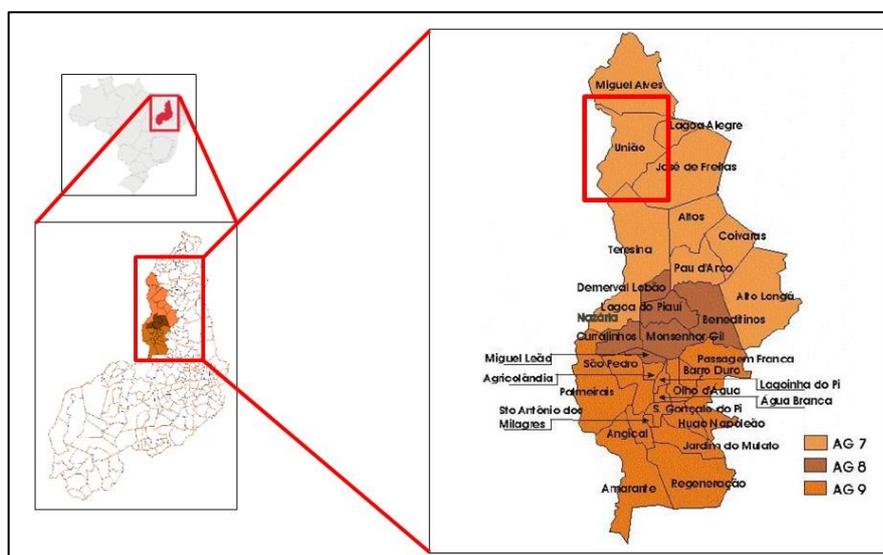
20 anos depois da chegada do Grupo Olho d'Água, percebe-se um substancial avanço das lavouras de forma geral, mas foi em União que esse crescimento se deu de forma mais notável. Em 2002, o município tinha 9.333,484 ha de plantações de cana (representando 49% do total de absoluto de cultivos da empresa), hoje esse número subiu para 15.577,049 ha (59% do total geral).

Teresina, que tinha um total de 5.035,152 ha (25% do total), aumentou para 5.419,331 (contudo, caiu percentualmente para 19% das áreas cultivadas). José de Freitas tinha 4.920,824 (24%) e cresceu para 5.165,643 (e uma queda para 18% das lavouras). A diminuição percentual da quantidade de lavouras de cana-de-açúcar nas cidades de Teresina e José de Freitas é resultado do aumento considerável do cultivo em União e do incremento do cultivo, por parte do grupo Olho d'Água, no município de Lagoa Alegre. Hoje já se encontram 1.327,351 ha no município (4% do total absoluto).

#### 4 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI

O município de União-PI localiza-se há 61 km da capital, possui como via de acesso a PI-112, na microrregião Teresina, território de desenvolvimento Entre Rios, conforme mostra a figura 04. Limita-se com os municípios de Miguel Alves e Lagoa Alegre a Norte, Teresina, José de Freitas e o estado do Maranhão a Sul, José de Freitas e Lagoa Alegre a Leste e o estado do Maranhão a Oeste (CEPRO, 2022). Foi criado por decreto nº 01, de 28/12/1889 e possui uma área de 1.173,4 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

**Figura 05:** Mapa do território de desenvolvimento de Entre Rios



Fonte: Adaptado de CEPRO, 2010

O município possui PIB *per capita* de 9.413,79 segundo censo do IBGE de 2021, receitas realizadas de R\$ 88.044,59 ( $\times 1000$ ) e FPM (Fundo de Participação por Município) de 18673.70097. Na produção agrícola, ganha destaque a cana-de-açúcar com a quantidade produzida de 868.783t, enquanto algumas culturas da cesta básica, como o arroz, só chegaram a 471t, o feijão 253t e a mandioca 480t (IBGE 2017).

No que diz respeito à população, possui 46.119 de habitantes com uma densidade demográfica de 39,39 hab./km<sup>2</sup> (IBGE 2022), o que representa um aumento de 8,12% em comparação com o censo de 2010. União ocupa a 8ª colocação no estado, 193ª colocação na região Nordeste e 701ª colocação no Brasil.

Já a população residente por domicílio ainda não consta no censo atual, mas no censo anterior estava tecnicamente equiparado, onde predominava a população rural com 21.689 habitantes, enquanto a urbana chega a 20.965 habitantes, totalizando 42.654 habitantes, sendo 21.404 do sexo masculino e 21.250 do sexo feminino. Além disso, contém 10.846 domicílios distribuídos para 11.181 famílias (IBGE, 2010). Com o avanço significativo das lavouras de cana no ambiente rural e o avanço do perímetro urbano, espera-se que a população urbana já seja superior à rural.

Os dados do IBGE nos mostram que a população de União-PI passa por melhorias em seu quadro socioeconômico. Isso reflete também nos serviços básicos da população como saúde, educação, infraestrutura básica e serviços sanitários. Segundo censo do IBGE de 2000, 60% da população tinha menos 03 anos de estudos. De acordo com os dados do censo escolar, o município já possui 1.954 matrículas no ensino infantil, 7.219 no fundamental e 2.093 no médio, com 49 escolas de ensino infantil, 54 fundamental e 9 de ensino médio.

O município de União-PI possui 1 hospital e 20 redes ambulatoriais (DATASUS, 2013), ainda contém uma elevada taxa de mortalidade infantil, sendo uma média na cidade de 3,45 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 7,2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 157 de 224 e 42 de 224, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3924 de 5570 e 434 de 5570, respectivamente (DATASUS, 2020).

A tabela 01 a seguir, elaborada através de dados disponibilizados pelo IBGE, mostra a quantidade de óbitos no ano de 2020. O que chama atenção é a quantidade de pessoas que vão a óbitos por causa de tumores (neoplasmas). Percentualmente, não se modifica muito em relação a outras cidades piauienses. Picos teve 621 óbitos nesse ano e 76 por tumores e Água Branca teve 149 mortes com 7 por tumores. No entanto, no município de União, não se percebe

uma relação entre os dados de cânceres e a atuação do Grupo Olho d'Água. Embora a aplicação de inseticidas e herbicidas possa aumentar a probabilidade de câncer, especialmente quando as doses são elevadas e não se utilizam equipamentos de proteção apropriados, não é um fator determinante para o surgimento de câncer. Portanto, é importante ressaltar que os dados de União não refletem um aumento nos casos de câncer devido à atuação do Grupo Olho d'Água.

**Tabela 01: Mortes em União em 2020**

<b>Morte da população no ano de 2020</b>			
<b>Causas</b>	<b>Total</b>	<b>Idade</b>	<b>Total</b>
<b>Algumas doenças infecciosas e parasitárias</b>	41	≤ 1 ano	2
<b>Neoplasmas (Tumores)</b>	26	1 a 4 anos	2
<b>Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários</b>	01	5 a 9 anos	0
<b>Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas</b>	16	10 a 14 anos	0
<b>Transtornos mentais e comportamentais</b>	03	15 a 19 anos	3
<b>Doenças do sistema nervoso</b>	05	20 a 29 anos	19
<b>Doenças do aparelho circulatório</b>	66	30 a 39 anos	16

<b>Doenças do aparelho respiratório</b>	32	40 a 49 anos	23
<b>Doenças do aparelho digestivo</b>	09	50 a 59 anos	23
<b>Doenças do aparelho geniturinário</b>	05	60 a 69 anos	41
<b>Algumas afecções originadas no período perinatal</b>	02	70 a 79 anos	61
<b>Sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte</b>	68	80 anos ou mais	114
<b>Causas externas de morbidade e mortalidade</b>	31	Idade ignorada	1

Fonte: IBGE (2020)

O município vem passando por uma mudança na distribuição fundiária e nas formas de organização e produção nas últimas décadas. Analisando os dados da Fundação CEPRO, sobre a distribuição da terra por grupo de área e estabelecimento, constata-se que entre os anos de 1995 e 1996 os grupos de área com menos de 10 ha era de 2500 ha, já em 2006 esse número aumentou para 2.981 ha. Os dados do censo agropecuário de 2017 já trazem que a área dos estabelecimentos agropecuários chegou há 81.484 ha, com 3.781 número de estabelecimentos agropecuários.

Os pequenos estabelecimentos vêm crescendo, ao passo que a quantidade de hectares usados para a agropecuária também aumentou, isso reflete o fato que, os antigos proprietários ao venderem as suas terras ao grupo Olho d'Água, ou a terceiros que cultivem cana-de-açúcar para o grupo, teriam que cumprir o direito constitucional aos trabalhadores agregados, assegurados pela lei da Usucapião.

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade (Brasil, 1988, pág. 39).

O problema é que muitas vezes a desinformação dos moradores agregados os impedem de exigir judicialmente esse direito, então acabam por aceitar as propostas dos grandes proprietários que destinam uma ínfima porção de terras, muitas vezes um ou três hectares.

Sobre as condições da agropecuária unionense, podemos destacar que entre 1995 e 1996 existiam 639 estabelecimentos com proprietários. Em 2006, esse número sofreu uma exorbitante elevação para 1.218, os arrendatários caíram de 447 em 1995/1996 para 254 em 2006, os parceiros também caíram de 351 em 1995/1996 para 247 em 2006, os ocupantes sofreram uma brusca redução de 1.172 em 1995/1996 para apenas 829 em 2006 (IBGE, censo agropecuário —1995/1996/2006).

Na produção agrícola em si, segundo o IBGE (2017), a cana-de-açúcar é a impulsora, com produção de 305.905 t, área colhida de 5.216 ha e rendimento médio de 58.647 kg/ha, enquanto as outras culturas da cesta básica possuem produção bem inferior, como mostra a tabela 02 abaixo. Na produção pecuária, ganham destaque as aves, com 139.303 cabeças, os suínos, com 29.671 cabeças e 2.401 estabelecimentos agropecuários, os caprinos com 13.051 cabeças e 748 estabelecimentos, os bovinos com 10.153 cabeças e 819 estabelecimentos (IBGE, Produção da Pecuária Municipal (PPM), 2017).

**Tabela 02:** Produção de lavouras temporárias em União

<b>PRODUÇÃO DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS DE UNIÃO-PI</b>				
<b>Cultura</b>	<b>Número de estabelecimentos agropecuários</b>	<b>Quantidade produzida</b>	<b>Área colhida</b>	<b>Valor da produção</b>
<b>Arroz</b>	739	471 t	304 ha	679,474 (x 1000) R\$
<b>Cana-de-açúcar</b>	31	868.783 t	15.398 ha	100.148,082 (x 1000) R\$
<b>Fava</b>	285	17 t	39 ha	24,560

				(x 1000) R\$
<b>Feijão fradinho</b>	2.543	253 t	874 ha	608,905
				(x 1000) R\$
<b>Feijão verde</b>	22	1 t	6 ha	4,829
				(x 1000) R\$
<b>Mandioca</b>	342	480 t	122 ha	788,854
				(x 1000) R\$
<b>Milho</b>	2.149	1.096 t	881 ha	1.495,554
				(x 1000) R\$

Fonte: IBGE (2017)

Em comparação aos dados de 2012, nota-se uma queda na pecuária unionense, pois nesse ano a produção de aves foi de 198.671 cabeças, de suínos foi de 31.811 cabeças, de caprinos foi de 17.692 cabeças, e de bovinos foi de 10.889 cabeças (IBGE, Produção da Pecuária Municipal (PPM), 2012). O que explica essa diminuição é a incompatibilidade entre a monocultura da cana-de-açúcar e a pecuária extensiva, tradicional no município, assim como em todo o estado. É válido lembrar que esse entrave entre as duas atividades econômicas, já mencionadas anteriormente no texto, em Andrade (1979), foi o que formou os dois eixos de povoamento do Nordeste, o da cana, no litoral, e o da pecuária, no sertão, a exemplo da formação territorial de União. Em entrevista com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de União (STTRU), foi possível ter noção do motivo dessa conflitualidade, pois foi relatado um desentendimento entre um pecuarista do município e um fiscal de uma empresa que fornece cana para o grupo Olho d'Água, o que gerou a morte do fiscal e de um dos filhos do pecuarista.

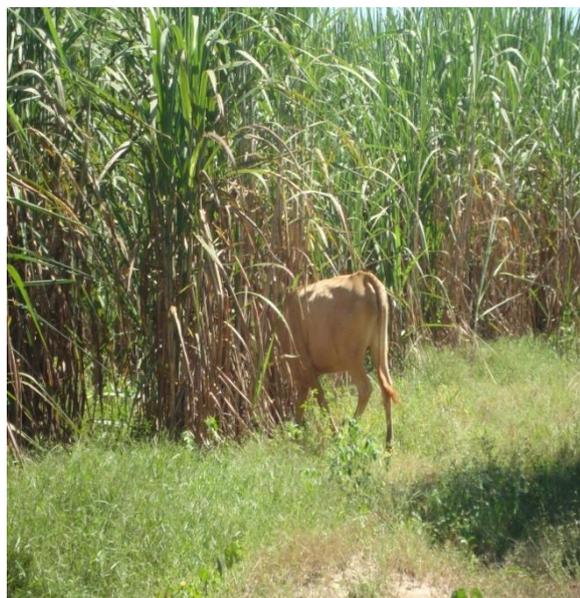
Outra problemática oriunda dessa conflitualidade, também já explicitada no texto em Fernandes (2004), é o descaso com os cavalos, burros, jumentos, bois entre outros rebanhos (figuras 06 e 07). Como a pecuária extensiva está comprometida, os antigos donos os soltam e acabam por entrarem nos campos de cana, em que são retirados e, muitas vezes, segundo os moradores, maltratados.

**Figura 06:** Animais soltos



Fonte: Autor, 2023.

**Figura 07:** Animais nos canaviais



Fonte: Autor, 2023

Enquanto a renda salarial mensal dos unionense, segundo o IBGE no ano de 2021, era equivalente a 1,8 salários-mínimos, a população empregada representava 12,37% do total de habitantes. Em comparação com outros municípios do mesmo estado, ocupava as posições 89º e 18º de (224 municípios), respectivamente. Quando comparado a todas as cidades do país, estava nas posições 3288º e 3062º (de 5570 municípios), respectivamente. Levando em conta os domicílios com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa, 52,8% da população

se encontrava nessa situação, colocando a cidade na posição 152° de 224° no estado e 838° de 5570° no Brasil.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,577, considerado baixo (IBGE, 2010) e o PIB R\$ 407 319,53 mil (IBGE, 2020). O PIB *per capita* era de R\$ 9.413,79. Em relação a outros municípios do estado, estava na posição 159° de 224° e, em comparação com todos os municípios do país, na posição 5092° de 5570°. Em 2015, a porcentagem de receitas externas era de 89, 2%, colocando a cidade na posição 164° de 224° no estado e 2374° de 5570° no país (IBGE,2020).

A cidade conta com 25,9% das residências com saneamento básico adequado, 38,6% das moradias urbanas em ruas arborizadas e apenas 0,1% das habitações urbanas em ruas com infraestrutura adequada (incluindo bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio). Em comparação com outras cidades do mesmo estado, ocupa as posições 51°, 197° e 79° (de 224 municípios), respectivamente. No entanto, quando comparada a todas as cidades brasileiras, as posições são 3300°, 4570° e 4788° (de 5570 municípios), respectivamente (IBGE,2020).

Sobre as características morfoclimáticas, o município de União-PI possui um clima tropical alternadamente úmido e seco, com duração do período seco de seis meses. As temperaturas médias variam entre 21° C a 36° C. A vegetação predominante é a floresta decidual secundária mista e, em menor proporção, a vegetação de parque, possui precipitação pluviométrica de 1.440,7 mm. Os seus principais recursos hídricos são, o Rio Parnaíba e os riachos dos Cavalos, do Tatu, Malhada da Areia e do Exu e a Lagoa das Melancias. Nos solos, predominam os latossolos vermelho-amarelos, associados a areias quartzosas, solos hidromórficos e podzólicos vermelho-amarelo abrupto (Fundação CEPRO, Atlas do Piauí-1990; Ministério das Minas e Energia/CPRM, Mapa Geográfico do Estado do Piauí,1995).

#### 4.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL DE UNIÃO

Localizar União em sua geografia explica o motivo pelo qual, entre essas matas fechadas de babaçuais e carnaubais, os piauienses do século XVIII adentraram com seus comboios — cavalos que transportavam cargas da vila de Santo Antônio do Surubim, atual cidade de Campo Maior (PI), para as margens do rio Parnaíba, que nesse período se fazia um bom lugar para o transporte de mercadorias por conta de sua localização próxima a entrepostos comerciais, como Caxias-MA (Medeiros, 2012).

A história do surgimento da cidade de União se confunde com a da atual capital do Piauí, União possui 169 anos, enquanto Teresina 170, ou seja, apenas um ano separa a fundação das

duas cidades. No ano de 1852, José Antônio Saraiva, então presidente da província do Piauí, transferiu a capital de Oeiras-PI para a Nova Vila do Poty, situada às margens do Parnaíba, elevando à categoria de cidade com o nome de Therezina. (Medeiros, 2012).

Medeiros (2012) destaca que os principais fatores que contribuíram para a mudança da capital piauiense foi a importância da proximidade com o rio Parnaíba e uma tentativa de frear a influência da cidade de Caxias-MA sobre território oeste do Piauí. Tanto União, quanto Teresina, como já foi explicitado no capítulo 3.3 sobre o cultivo da cana-de-açúcar no Piauí, eram grandes fazendas de gados. União, a Fazenda Estanhados, e Teresina, a Fazenda Poti.

Antes uma fazenda, distante da vila, com dificuldade de comunicação. No entanto, possuidora de um rio... Mais tarde, uma cidade, próxima dos entrepostos comerciais, um porto... É assim que se constituiu a cidade de União, às margens do rio Parnaíba e que desde seu início leva seus segredos para o mar, os segredos que envolvem as culturas, as vivências e que estão intimamente ligados à sua localização (Medeiros, 2012, p. 01).

Segundo Medeiros (2012), o movimento comercial no Vale do Parnaíba fez com que, no início do século XIX, o português José Alves de Holanda construísse uma capela em homenagem a Nossa Senhora dos Remédios (hoje igreja Matriz da Cidade, figura 08) e ao seu redor um núcleo de povoamento denominado Fazenda Estanhado que pertencia à vila de Santo Antônio do Surubim. Devido à distância entre o porto e a vila de Campo Maior, o povoamento de Estanhado ganhou uma relevante importância para o comércio e fez com que aumentasse, gradativamente, o seu contingente populacional.

**Figura 08:** Igreja Matriz de União-PI



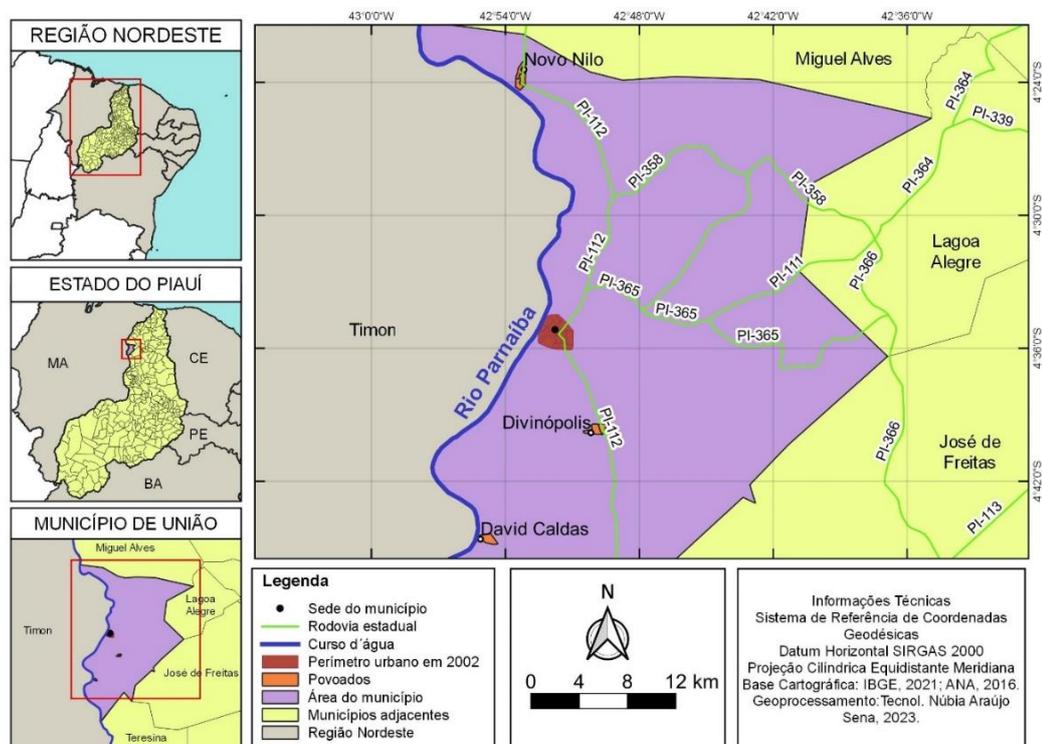
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Esta povoação dista 20 léguas de Campo Maior, banhada pelo rio Parnaíba, circundada de matas suficientes para toda e qualquer lavoura, contém muitas feitorias, é muito fértil e promete para o futuro; ser uma das melhores províncias pelo seu comércio, população numerosa e mesmo riqueza (Costa, 1974, p. 470).

De acordo com Gandara (2008), a transferência da capital do centro do estado (Oeiras) para as margens do rio (Teresina) trouxe à região um rápido desenvolvimento. Após a transferência da capital e da elevação de algumas freguesias à vilas, como no caso da Vila de União, a navegação a vapor foi instituída no Piauí, fazendo com que o transporte pelo Rio Parnaíba contribuísse para a estruturação dos caminhos fluviais das cidades piauienses. Esses percursos pelo rio escoavam não só seus produtos pelas cidades portuárias, mas também, representações de civilidade e desenvolvimento que adentravam as cidades brasileiras através de exportações e importações com o exterior (países como Inglaterra, França) (Medeiros, 2012).

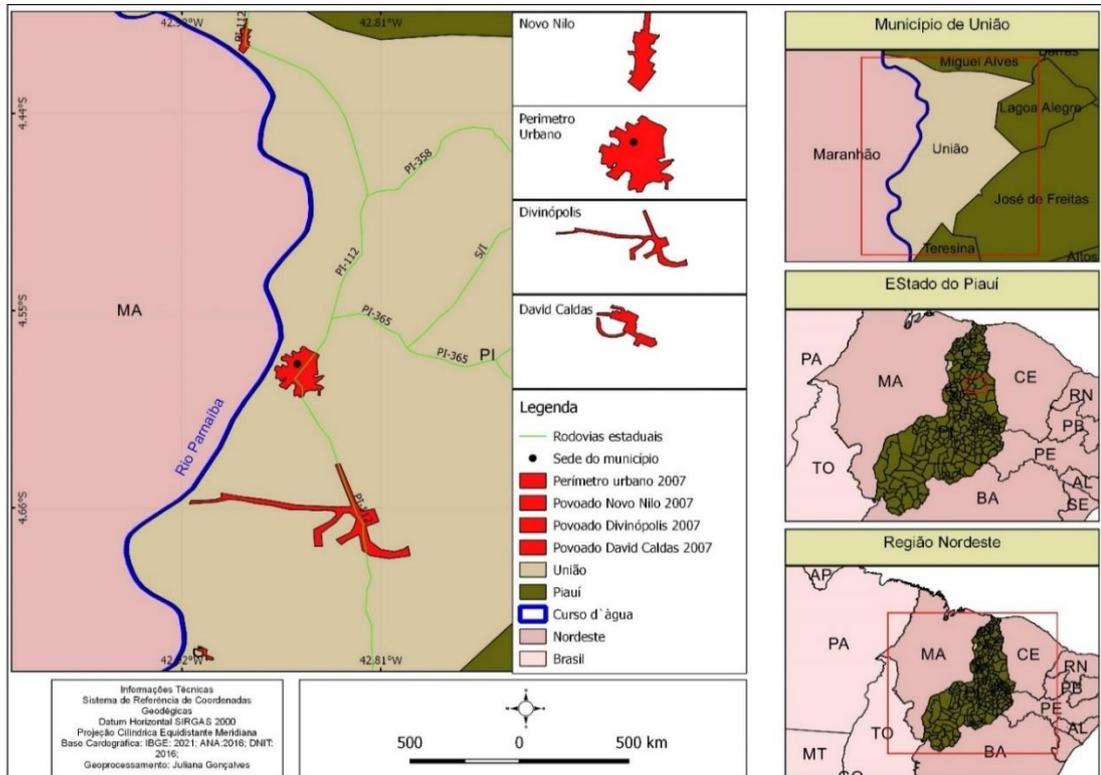
Além da Fazenda Estanhado, outras três fazendas foram importantes para o processo de formação territorial do município, as fazendas de David Caldas, Novo Nilo e Divinópolis. É perceptível um avanço populacional na cidade, e com esse avanço, o aumento do perímetro urbano, representado nas figuras 06, 07, 08, 09, 10 e 11.

**Figura 09:** Mapa da zona urbana e dos povoados em 2002



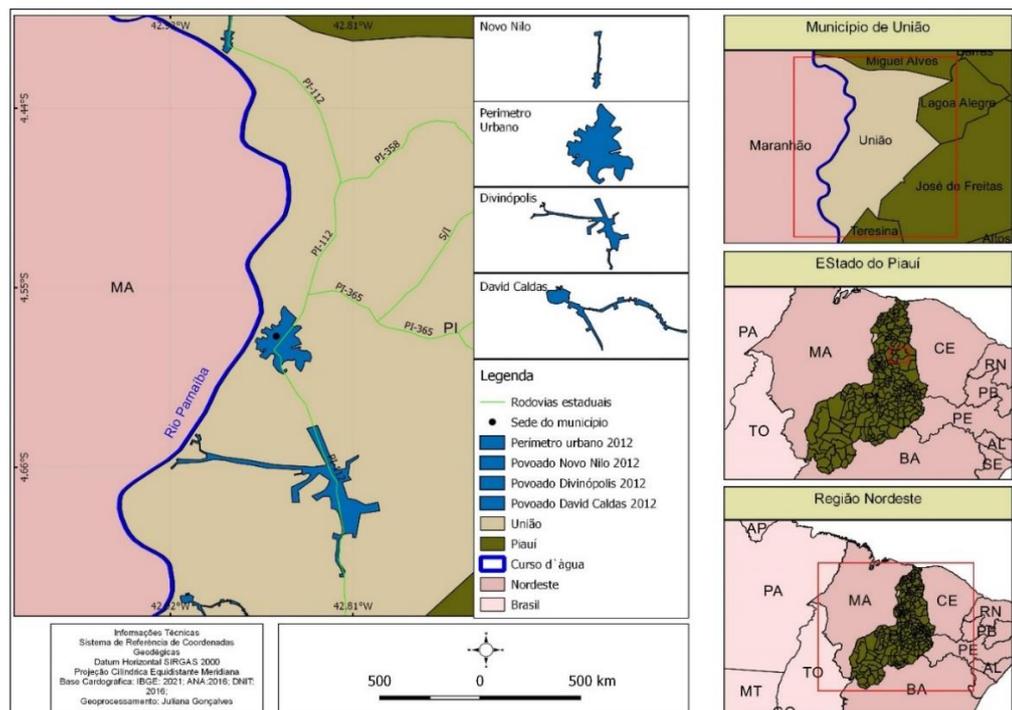
Fonte: *Google Earth Pro*, 2002/2022; Geoprocessamento: Tecnol. Núbia Araújo Sena, 2022.

**Figura 10:** Mapa da zona urbana e dos povoados em 2007



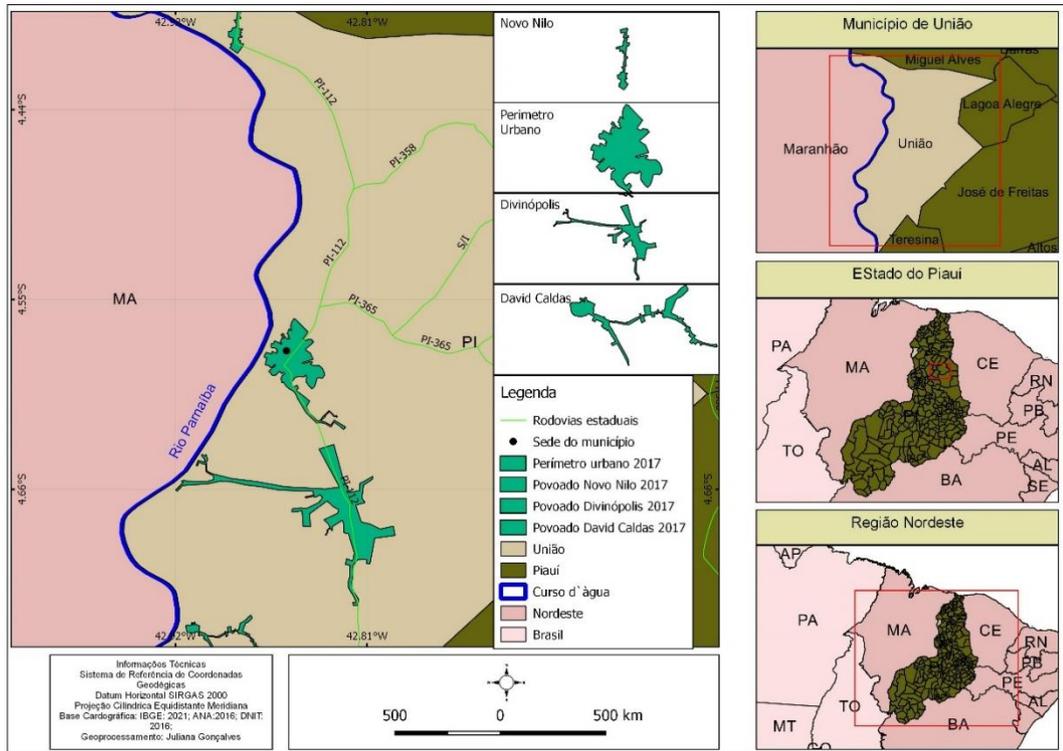
Fonte: Google Earth Pro, 2007; Geoprocessamento: Tecn. Juliana Gonçalves Sousa, 2024

**Figura 11:** Mapa da zona urbana e dos povoados em 2012



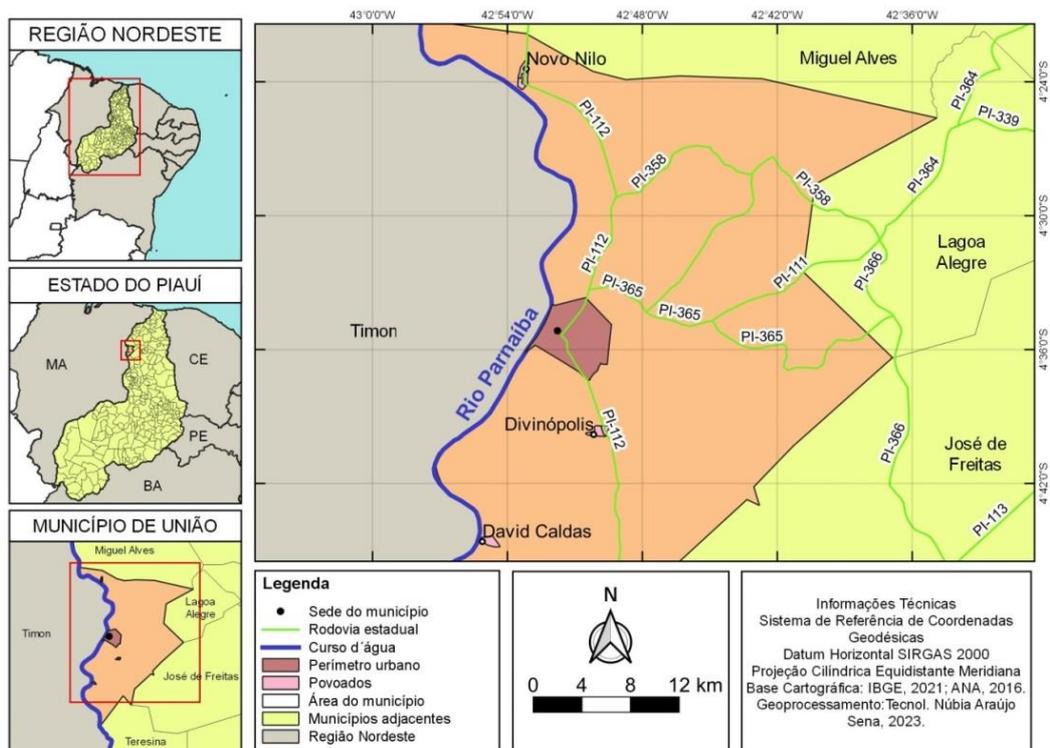
Fonte: Google Earth Pro, 2012; Geoprocessamento: Tecn. Juliana Gonçalves Sousa, 2024

**Figura 12: Mapa da zona urbana e dos povoados em 2017**



Fonte: Google Earth Pro, 2017; Geoprocessamento: Tecnl. Juliana Gonçalves Sousa, 2024

**Figura 13: Mapa da zona urbana e dos povoados**



Fonte: Google Earth Pro, 2002/2022; Geoprocessamento: Tecnl. Núbia Araújo Sena, 2022

Nas figuras 09, 10, 11, 12 e 13 vemos cartografada a evolução urbana do município de União ao longo das duas últimas décadas. A Figura 09 representa o panorama do município de União antes da chegada do grupo Olho d'Água. Nota-se um tímido perímetro urbano, acompanhado pelos, também tímidos, núcleos de povoamento de Divinópolis, David Caldas e Novo Nilo.

É possível atrelar a expansão urbana que o município passou ao avanço territorial do Grupo Olho d'Água, comprando ou arrendando terras que antes eram usadas para agricultura de subsistência. Assim, o grupo tem provocado o êxodo da população camponesa, e de certa forma centralizando a população nos três principais povoados e na sede administrativa do município.

No ano de 2007, cinco anos após a chegada do grupo, é possível notar esse processo de centralização populacional. No mapa de 2012, essa expansão vai ganhando corpo, e o aumento urbano já demanda infraestrutura, novas habitações e serviços públicos.

No mapa de 2017, surgem os conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida na cidade, sendo o conjunto Santa Helena o maior. Nessa fase acontece também a consolidação do grupo, juntamente com o aumento populacional na cidade e nos três municípios. O mapa de 2022 já apresenta um esboço de encontro entre a expansão populacional da cidade com o povoamento de Divinópolis. No entanto, esse encontro é impedido pela existência de duas fazendas de cultivo de cana-de-açúcar, às margens da PI-112. Essas fazendas são fornecedoras de cana para o grupo Olho d'Água.

Ao analisar os mapas geográficos do município e fazer um resgate histórico da formação do território unionense, percebe-se que o município que tem suas origens atreladas à pecuária extensiva e à agricultura de subsistência passa por mudanças estruturantes no seu território, e essas mudanças, ao passo que alteram essas territorialidades locais, também enfrentam resistências do lugar, criando conflitualidades.

## **5 DIMENSÃO SUCROALCOOLEIRA NA CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE UNIONENSE**

Neste capítulo procurou-se analisar a dimensão sucroalcooleira na construção da territorialidade unionense, ocorrida através da compra da Companhia Vale do Parnaíba pelo Grupo Olho d'Água. Para isso, realizou-se uma entrevista com o STTRU para discutir a alteração nas práticas laborais do município, bem como as articulações dos seus agentes para se adaptar e preservar suas territorialidades. Também foi ouvido o poder público municipal, e

sua atuação como agente mediador de conflito de interesses, além dos empresários locais, para compreender o impacto econômico no território e, por último, os trabalhadores do grupo Olho d'Água, pois acreditamos que é devido à essa força de trabalho que as alterações são possíveis. Através das impressões deles, pode-se analisar o desenvolvimento econômico, as alterações na territorialidade e a imposição do capital através do discurso de progresso das agroindústrias.

## 5.1 ALTERAÇÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

Foi entrevistado o presidente do STTRU, que tomou posse no ano de 2022, mas já fazia parte da diretoria desde o ano de 2013. Para auxiliar nas respostas, também participou da entrevista o diretor de assalariados rurais, que trabalhou por oito anos como assalariado rural.

Em resposta à pergunta sobre a diferença de atuação do Grupo Olho d'Água e o Grupo Ari Magalhães, que administrava a empresa anteriormente, informou que o grupo pernambucano é mais receptivo ao diálogo, tem maiores planos de expansão. Contudo, o grupo anterior já tinha a intenção de avançar suas lavouras.

Sobre as relações de trabalho, como o STTRU atua para garantir direitos dos trabalhadores, foi posto que os sindicatos dos municípios de União-PI, José Freitas e Miguel Alves assinam anualmente em conjunto com o grupo Olho d'Água um acordo coletivo de trabalho (Figura 14), estipulando as condições de trabalho dentro da empresa, previstas em cláusulas. Além disso, o diretor dos assalariados rurais semanalmente supervisiona as lavouras (Figura 15), tal supervisão também acontece, caso haja alguma denúncia por parte dos trabalhadores. Entretanto, de acordo com o sindicato, é comum os trabalhadores não realizarem denúncias na presença dos fiscais de turma, uma vez que existe, por parte desses fiscais, ameaças de demissão aos trabalhadores.

**Figura 14:** Assinatura do acordo coletivo



Fonte: STTRU (2023)

**Figura 15:** Visita do STTRU ao campo



Fonte: STTRU (2023)

Segundo o STTRU, existem muitas denúncias de corrupção em relação à produção dos trabalhadores, que funciona por metragem cortada. O diretor comunicou que muitos trabalhadores dizem que para trabalhar nas lavouras a documentação é entregue à alguns fiscais de turma, esses conseqüentemente escolhem os cortadores de cana, ficam responsáveis pela administração da turma e verificam a produção. Contudo, existem acusações acerca da existência de um auxílio financeiro a alguns cortadores, em detrimento de outros, e quando algum trabalhador questiona a produção, possivelmente não será contratado em safras futuras.

É nesse sentido que Elias (2021) afirma que o agronegócio é permeado de mitos que fabricam um imaginário social favorável a ele. Entre os muitos mitos criados e mais difundidos associados ao agronegócio, há o de que ele é a redenção do Brasil, o propulsor do desenvolvimento social do país, promove distribuição de renda e desenvolvimento regional. Contudo, na prática, o agronegócio se preocupa apenas com o seu lucro, e os trabalhadores são meramente peões em seu tabuleiro, facilmente substituídos (Fernandes, 2004).

**Figura 16:** Homem cortando cana na COMVAP.



Fonte: STTRU (2023)

Segundo o STTRU, além da acusação de práticas corruptivas, outro fato que incomoda o órgão é o salário por produção, que segundo eles, pode levar o trabalhador a exaustão física. Na entrevista, foi relatado que é comum o fiscal não estipular uma meta a ser cortada pelo trabalhador, e, assim, o anseio para obter um melhor salário acarreta danos a sua saúde, já que haverá um trabalho demasiado, na busca por um quantitativo maior no corte da cana. Esses riscos nos quais os trabalhadores estão submetidos podem ser exemplificados através da exposição ao sol, uma vez que as vestimentas inadequadas condicionam aos trabalhadores o suor excessivo e, conseqüentemente, a perda de água e sais minerais, ocasionando desidratação e a ocorrência de câimbras (Alves, 2006).

Com base nessas informações e na ciência dos riscos que esse trabalho provoca por um tempo prolongado, algumas resoluções vêm sendo debatidas, e como soluções surgem com mais frequência a estipulação de um limite máximo de cana que deve ser cortada por dia, por trabalhador e a mecanização do corte.

Entretanto, há ressalvas em torno dessas soluções, a primeira é que se torna inviável estabelecer uma média que seja o limite máximo a ser cortado por dia, já que cada trabalhador tem suas peculiaridades. Assim, esse limite pode ser muito para uns e pouco para outros. A segunda é que a mecanização possui algumas barreiras, já que o corte de cana por uso de máquinas não é possível em alguns relevos mais acidentados, e também existe ainda a legislação no Brasil sobre o uso privado da terra. Além disso, outro agravante é o impacto social dessa alternativa, diminuindo drasticamente o ritmo dos postos de trabalho.

Toda decisão que tenha uma implicação tão latente na vida das pessoas precisa ser tomada depois de serem estudados os seus micros contextos territoriais, para que se tenham noção das suas consequências (Fernandes, 2022; Saquet, 2022; Castro; Sodré, 2022).

Balsan (2006) afirma que as chamadas políticas de modernização da agricultura têm duas faces, elas servem como instrumento de transformação do espaço que trazem ora prosperidade, ora decadência.

Contudo, mesmo com as problemáticas mencionadas no tocante a mecanização do corte da cana, já existe uma política nacional de substituição da mão de obra manual pela mecanizada<sup>7</sup>, o que já gerou uma mobilização nacional dos assalariados rurais, com o objetivo de estabelecer uma série de exigências por parte do agronegócio e do Governo Federal. Uma delas é a criação de uma política nacional para os assalariados(as) rurais tendo por base a escolarização, qualificação e a geração de novos empregos para a recolocação daqueles que ficarem desempregados por causa da mecanização, das inovações tecnológicas e das mudanças de matrizes produtivas.

Fica evidente que, por mais que o território tenha se tornado um conceito da moda, os seus estudos ainda não servem de base para tratar medidas protetivas aos seus agentes mais vulneráveis. Em outros casos, muitas pesquisas só retratam dados que enaltecem os agentes mais influentes economicamente e politicamente, enquanto os grupos sociais excluídos ficam fora, como se dentro de um município só houvesse um território, aquele dos que mandam (Santos; Silveira, 2001; Saquet, 2022; Elias, 2021; Fernandes, 2008; Castro; Sodré, 2022).

---

<sup>7</sup> Essa política está relacionada à subsídios para compra de maquinários e decretos que limitam a queima da palha da cana-de-açúcar.

O Grupo Olho d'Água assume o compromisso de qualificar profissionalmente seus trabalhadores e estabelecer convênios de capacitação nos acordos coletivos de trabalho. Na cláusula 30 (trinta) é possível constar a capacitação para a operação de máquinas, aprimoramento de técnicas agrícolas, sem prejuízo de descanso e da remuneração justa. Através de convênios, o grupo acorda promover a alfabetização e elevação da escolaridade dos trabalhadores, criando turmas pelo programa federal Brasil Alfabetizado.

No que diz respeito aos salários dos trabalhadores, o STTRU afirmou que é pago mediante produtividade, que por sua vez é estabelecida por meio de metas de produção. A diária é estipulada através de projeções por parte do grupo, eles determinam um valor estimulado de dinheiro gasto na área, estabelecendo um preço aproximado por toneladas. O corte é feito em cinco fileiras de cana (ruas). A distância cortada pelo trabalhador é medida por um compasso de 2,2 m (peso por compasso), multiplica-se assim a metragem por 0,21 centavos, por exemplo, (um valor estipulado pelo gasto na área, esse valor pode variar). Tem-se, desse modo, o valor da diária, que também pode ser estabelecido através do total de toneladas da área pelo mesmo valor estipulado 0,21 (peso por quilograma).

Em termos salariais, identificou-se que para o STTRU o salário é injusto, uma vez que durante a realização da entrevista ficou nítida a insatisfação com a qualidade do trabalho gerado pelo Grupo Olho d'Água. O sindicato entende que é difícil lutar contra um grupo com muita influência econômica e política e, segundo os entrevistados, a falta de consciência de classe dos cortadores e a intimidação por parte dos fiscais dificulta as negociações de melhorias.

Segundo Elias (2021), as corporações e entidades de classe do agronegócio constroem esses mitos, já que elas contam com um amplo amparo das empresas da indústria cultural, com propagandas televisivas, assim como com a anuência do Estado, quando, por exemplo, não cumpre seu papel de regular e fiscalizar em prol do bem comum.

Todavia, eles admitem que se comparada com a antiga administração da COMVAP, pode-se apontar um grande avanço nos direitos trabalhistas, pois anteriormente, as condições de trabalho eram deploráveis e sub-humanas, e agora as denúncias de trabalho escravo reduziram consideravelmente a partir da administração da COMVAP pelo Grupo Olho d'Água.

Deve-se ressaltar que o grupo, mesmo aperfeiçoando as relações trabalhistas com seus funcionários, e sendo mais flexível na negociação de salários e suas obrigações, como no acordo coletivo, ele também vem provocando mais impactos ao meio ambiente e à população local, tendo em vista que aumentou de forma significativa as áreas de plantio. O STTRU afirmou que o grupo não compra terras com extensão menor que 100 hectares, mas também afirmou que existem 11 empresas que plantam cana e vendem para o grupo, essa prática está dentro do

acordo firmado entre o grupo e o governo do Piauí de que 20% de toda a produção seja ofertada por pequenos produtores.

Essas empresas são chamadas de Comvapinhas e, segundo o sindicato, já totalizam 11. Elas são heterogêneas, sendo muitas de proprietários locais, alguns pequenos produtores que conseguem crédito junto ao banco, outros são de produtores locais que trabalhavam antes com granja, pecuária ou demais atividades. Já outros são pernambucanos que compraram terras em União com o intuito de fornecer cana para o Grupo Olho d'Água.

O STTRU afirma que as práticas dessas empresas, principalmente dos que têm maior porte, são bem similares às práticas do Grupo Olho d'Água, não oferecem comida, água para os trabalhadores, pagam por produção e fazem premiação para os cortadores que mais se destacam. O sindicato esclarece que as premiações não são conquistas do acordo coletivo, mas diz que é delicado ser contra, porque muitos cortadores são favoráveis a essa prática.

Segundo os entrevistados, a principal consequência do avanço das lavouras de cana dentro do ambiente rural de União é a diminuição das terras agricultáveis para os pequenos produtores, o que gera diminuição da agricultura de subsistência, aumento dos produtos de cesta básica nos comércios dos povoados, conflitualidades com pequenos pecuaristas, problemas socioambientais, tais como poeira, fuligem das queimadas, estragos nas vias de transporte e poluição dos lençóis freáticos e por último, o próprio êxodo da sua população. O sindicato apontou, como possíveis medidas para amenizar essa problemática, a criação de mais assentamentos rurais e a criação de áreas de preservação. De acordo com o sindicato, já existem um total de 14 assentamentos e 428 famílias, 7 resultantes de políticas de créditos fundiários da Política Nacional de Terras com 104 famílias e 7 originadas de Políticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com 324 famílias (Tabela 03).

**Tabela 03:** Relação de Assentamentos de União - PI

<b>Relação de Assentamentos de União – PI</b>		
<b>Nome</b>	<b>Famílias</b>	<b>Origem</b>
<b>Joaquim Lino</b>	9	Programa Nacional de Terras
<b>Nova Esperança</b>	9	Programa Nacional de Terras
<b>Vale verde</b>	16	Programa Nacional de Terras
<b>Alagadiço</b>	13	Programa Nacional de Terras
<b>Santiago I</b>	22	Programa Nacional de Terras

<b>Bela Fonte</b>	22	Programa Nacional de Terras
<b>Folha larga</b>	13	Programa Nacional de Terras
<b>Espadaste</b>	30	INCRA
<b>Santa Maria</b>	30	INCRA
<b>Marajá</b>	50	INCRA
<b>Santa Clara</b>	50	INCRA
<b>São Joaquim</b>	22	INCRA
<b>Barra dos cágados</b>	120	INCRA
<b>Santa Rita</b>	22	INCRA
<b>Total</b>	<b>14 assentamentos e 428 famílias</b>	

Fonte: STRRU (2024)

O sindicato cita com muito orgulho, as feiras da agricultura familiar como uma prática de suporte aos pequenos produtores e ao, mesmo tempo, uma resistência política à dominação ideológica da agroindústria canavieira na cidade, já que é comum, para justificar a expansão das lavouras dessa cultura, o discurso que a agricultura familiar não movimentava a economia da cidade.

No total, são dez feiras anuais, duas organizadas pelo sindicato, sendo uma no dia 24 de julho (essa foi a primeira feira criada, que já vai para a sua 14ª edição) e a outra, a Feira da Mulher Agricultora, que acontece no dia 15 de outubro. As demais feiras são organizadas pelas comunidades e assentamentos rurais e com o apoio do STTRU, são elas as feiras das comunidades Mundo Novo, Zundão dos Camilos, Bela Fonte, Lagoa do Governo, Vereda Cumprida e dos assentamentos Bela Fonte, Marajá e Santa Clara (Figura 17). Destaque para as feiras das comunidades Mundo Novo e Zundão dos Camilos, onde têm os produtos originados do babaçu como impulsionadores das feiras.

**Figura 17:** Mosaico com fotos referentes das feiras da agricultura familiar de União



Fonte: STTRU 2023

De acordo com o STTRU, os produtos perecíveis que não são comercializados na feira são comprados por emendas parlamentares aliadas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e são doados para famílias carentes. Para atrair mais compradores são contratadas atrações e com isso é feito concurso de danças, e a fim de custear essas atrações, são vendidas cotas de patrocínios com empresários da cidade.

Essas feiras são exemplos de resistências do lugar. As estruturas de poder do modo de produção capitalista estimulam e exigem das suas forças produtivas, e das relações de produção, uma crescente e contínua acumulação de capital. Contudo, as territorialidades do lugar ainda estão presentes, se manifestam e se reinventam (Castro; Sodré, 2022).

## 5.2 O ESTADO COMO AGENTE REGULADOR DO TERRITÓRIO

Para ouvir a categoria prefeitura foi entrevistado o secretário de agricultura da cidade, que contribuiu com as informações e impressões por parte do poder público. O secretário já ocupou o cargo no poder legislativo por três mandatos, assim como também já foi sindicalista rural e é residente no povoado Centro dos Limas, na região da cidade conhecida pela atuação das empresas fornecedoras de cana para o Grupo Olho d'Água.

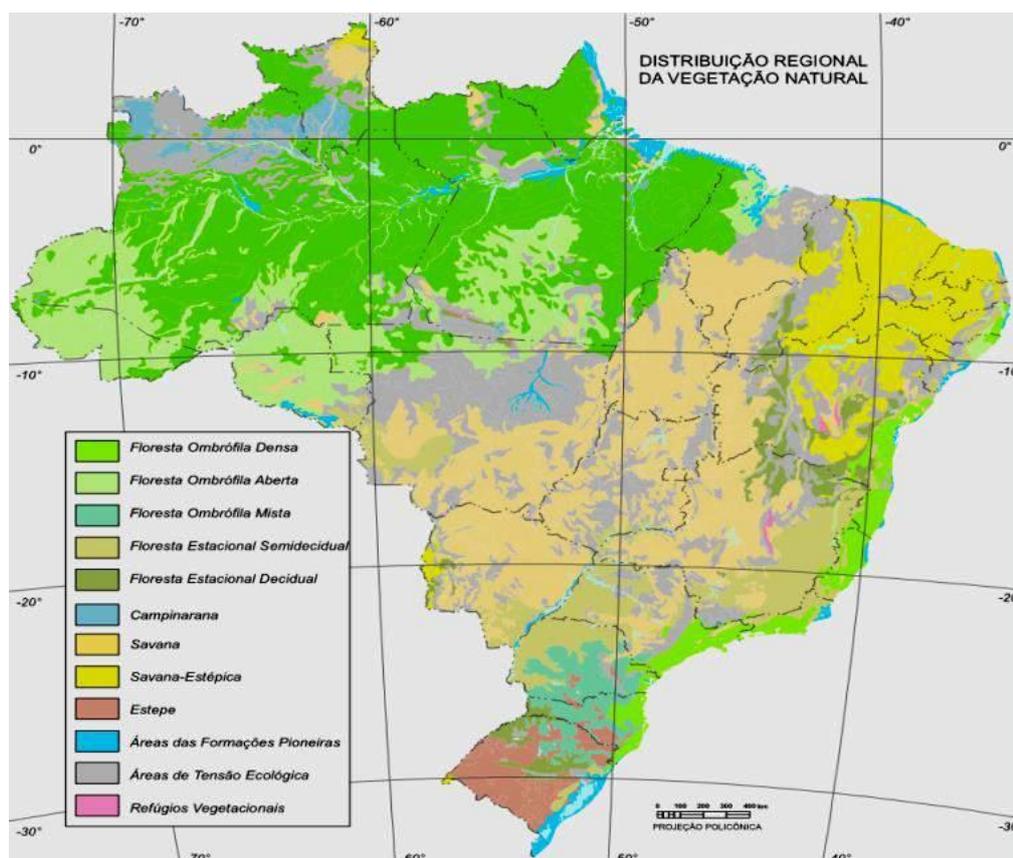
Ao indagar sobre a relevância do grupo para o município, o secretário destacou a importância econômica, como a geração de emprego e renda para os trabalhadores, bem como o aumento do comércio municipal. Mas também ressaltou que o grupo traz consigo uma vertente prejudicial, que está relacionada a pressão política sobre os poderes públicos e a quebra no modo de vida dos camponeses — pessoas que deixaram de trabalhar na agricultura familiar ou que tiveram essa prática reduzida por causa do avanço territorial do grupo.

Ao se deparar com situações adversas, os camponeses se reinventam e surgem movimentos de reivindicações. Os movimentos socioterritoriais constroem suas identidades na produção do território. Na busca por seus direitos, as identidades dos movimentos são, por sua vez, transformadas pelas lutas, pelas mudanças sociais e se destacam como a política de identidade ao fazer o território (Fernandes, 2022).

O secretário destaca que muitos avanços econômicos da cidade possuem contribuição do grupo, que desde a sua chegada ao município, tem avançado significativamente no território unionense. Entretanto, ele mencionou que já existe uma mudança na política de expansão do grupo, com maior inclinação para o Maranhão, em áreas do município de Caxias que faz fronteiras com Teresina e União, citando os povoados de Nazaré do Bruno, Água Boa e Caiçara.

Ele atrela essa mudança de estratégia para a dificuldade de obter novas licenças de desmatamento ao fato de o município de União estar numa área considerada de Mata Atlântica e de ter intensificado as fiscalizações ambientais, já que toda licença ambiental precisa levar em consideração o mapa da área de aplicação da Lei nº 11.428 (Figura 18).

**Figura 18:** Mapa da área de aplicação da Lei nº 11.428, de 2006



Fonte: Brasil (2006)

De acordo com o Ministério Público do Piauí em União (2019), a área de mata nativa devastada é considerável: em União, a área devastada é de 129 hectares, o que corresponde a mais de 1 milhão de metros quadrados.

De acordo com a entrevista, o município não participou das negociações para a instalação do grupo em suas terras, e sobre a regulação das relações de trabalho, foi afirmado que se dá mediante o acordo coletivo entre o grupo, as organizações sindicais e o ministério do trabalho.

O secretário mencionou o projeto de iniciativa popular que ficou conhecido como lei da monocultura, como uma tentativa, no âmbito municipal, de regulamentar a atuação do grupo no território unionense. Era uma das propostas do projeto limitar a 15% (quinze por cento) de

toda área rural agricultável desse município a exploração do solo em sistema de monocultura para abastecimento de agroindústrias.

Art. 3º - Fica condicionado, ainda, o desenvolvimento das atividades para produção em sistema de monocultura aos seguintes preceitos:

I- O atendimento na íntegra as orientações determinadas pelo novo código florestal;  
II- O emprego do fogo especificamente para as áreas de cana-de-açúcar como método despalhador e facilitador como uma prática agrícola em áreas passíveis de mecanização da colheita será eliminado de forma gradativa obedecendo as seguintes orientações:

- a) 5 km (cinco quilômetros) de locais onde haja confinamento de bovinos, aves e suínos;
- b) 50 m (cinquenta metros) ao redor do limite das áreas de estações de telecomunicação;
- c) 50 m (cinquenta metros) das linhas de transmissão de energia elétrica;
- d) 200 m (duzentos metros) da subestação de distribuição de energia elétrica;
- e) 15 m (quinze metros) do domínio das rodovias federais, estaduais e municipais;
- f) Ao redor de todas as áreas preservadas, no caso do uso do fogo fica p produtor abrigado a manter acervo de, no mínimo, 5 m (cinco metros), limpo e não cultivado;
- g) A queima só poderá ser realizada no período noturno, compreendido entre o pôr e o nascer do sol, evitando-se os períodos, de temperatura mais elevada e respeitando-se as condições dos ventos predominantes no momento da operação, de forma a facilitar a dispersão da fumaça e minimizar eventuais incômodos à população (Lei da monocultura. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Rurais de União-PI (STTRU). Projeto de iniciativa popular, 2015, p. 01 e 02).

A lei não teve aceitação na câmara municipal, e o secretário, que afirma que na época era um dos defensores do projeto, atribui à pressão política por parte da agroindústria. O artigo 3º da lei aborda sobre a regulamentação das ações conflituosas no município, pois é comum incidente com viação elétrica, tanto devido ao transporte, quanto por causa da queima da cana para facilitar o corte. Outro caso, infelizmente muito comum, são os acidentes envolvendo veículos que transportam a cana cortada para a usina, bem como acidentes envolvendo animais que se alimentam das sobras de cana que caem no transporte, nas margens da PI-112.

Ao ser questionado sobre como está o funcionamento da agricultura familiar no município, o secretário relatou que a prefeitura não tem um dado específico, mas mensura que há uma diminuição, porque, anteriormente, havia mais roças coletivas, meeiros que usavam os latifúndios dos grandes proprietários de terras, ou mesmo pelos moradores dessas terras. Contudo, ele salientou que a agricultura familiar se mantém em muitos assentamentos e comunidades, e destacou o assentamento Santa Maria com produção importante, e disse que programas de financiamento da agricultura familiar, como o AGROAMIGO e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, têm contribuído para evidenciar a agricultura familiar.

Quando indagado sobre como a prefeitura presta auxílio aos pequenos produtores, o secretário admitiu não ter uma proposta específica, mas destaca a contribuição com a

Associação dos Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais (ASSAFER) na realização de suas feiras, garantindo a compra dos produtos excedentes.

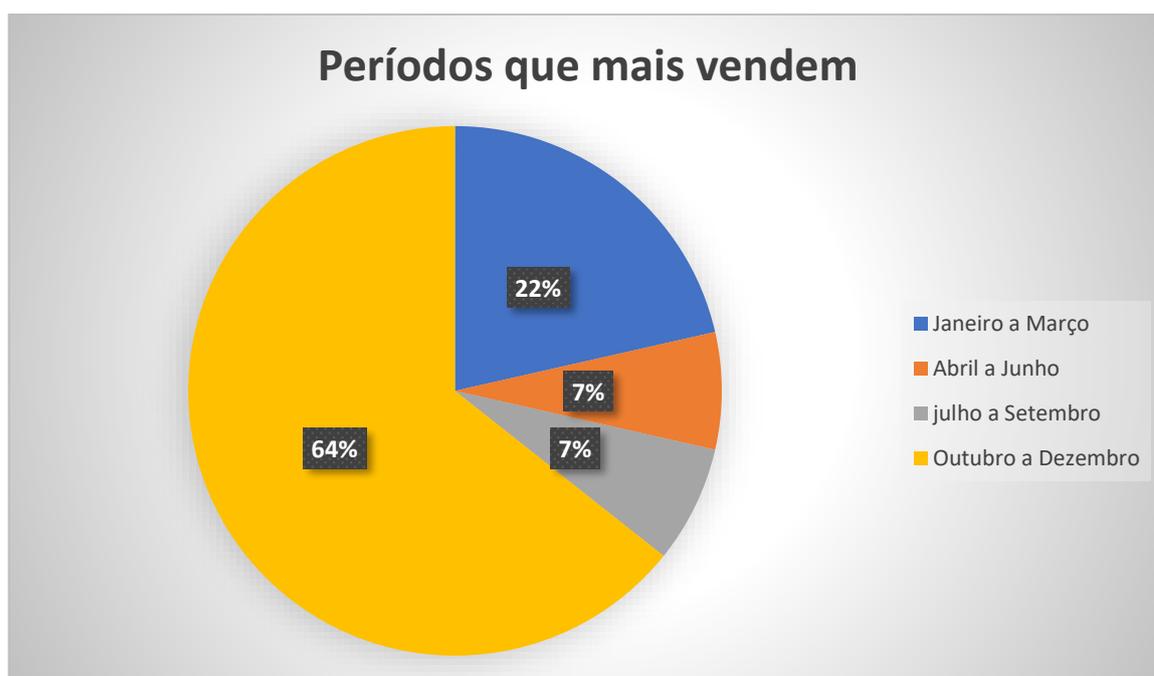
### 5.3 CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS TRAZIDAS PELO GRUPO

Para entender a posição do empresariado municipal, foram entrevistados quatorze empresários, quatro no ramo da confecção, um de papelaria, dois de construção, um de joalheria e seis de comércios alimentícios. A maioria dos empreendimentos está localizado na cidade, apenas três no povoado Divinópolis, há 10 km da cidade sentido sul da PI-112. Todos os empreendimentos iniciaram depois da chegada do Grupo Olho d'Água.

Na entrevista, percebe-se que mesmo na visão dos empresários, o Grupo Olho d'Água carrega um misto de impressões, eles reconhecem a importância econômica que o grupo tem, mas destacam as implicações negativas.

Sobre como eles imaginam o impacto para seus empreendimentos, caso o Grupo Olho d'Água saia do município, um destacou que talvez incentivasse a migração e diminuiriam as vendas, outros falaram que seriam mais dependentes de políticas de assistências e da previdência social.

**Gráfico 01:** Período de mais vendas



Fonte: Autor (2024)

O Gráfico 01 possui muitas variáveis que podem influenciar nas respostas dos entrevistados, mas é importante destacar que de janeiro a junho, período de entressafra, foi o que apresentou o menor número de respostas. O período de outubro a dezembro obteve mais respostas, muito determinado pelas compras de Natal, dia das crianças e pagamentos do 13º salário. É válido destacar que, nesse período, acaba a safra (em dezembro) e muitos trabalhadores têm suas rescisões contratuais.

#### 5.4 MUDANÇAS SOCIAIS NA VIDA DOS UNIONENSES

Para analisar essa categoria, foram entrevistados 20 cortadores de cana da agroindústria. A entrevista aconteceu no mês de março, período de entressafra. Nesse período, por não haver corte de cana, os trabalhadores são remanejados para outras atividades, mas ainda relacionadas à cana, como plantio, limpeza dos talhões e aplicação de herbicidas, inseticidas ou adubos químicos. E nesse período, há a diminuição dos postos de trabalhos.

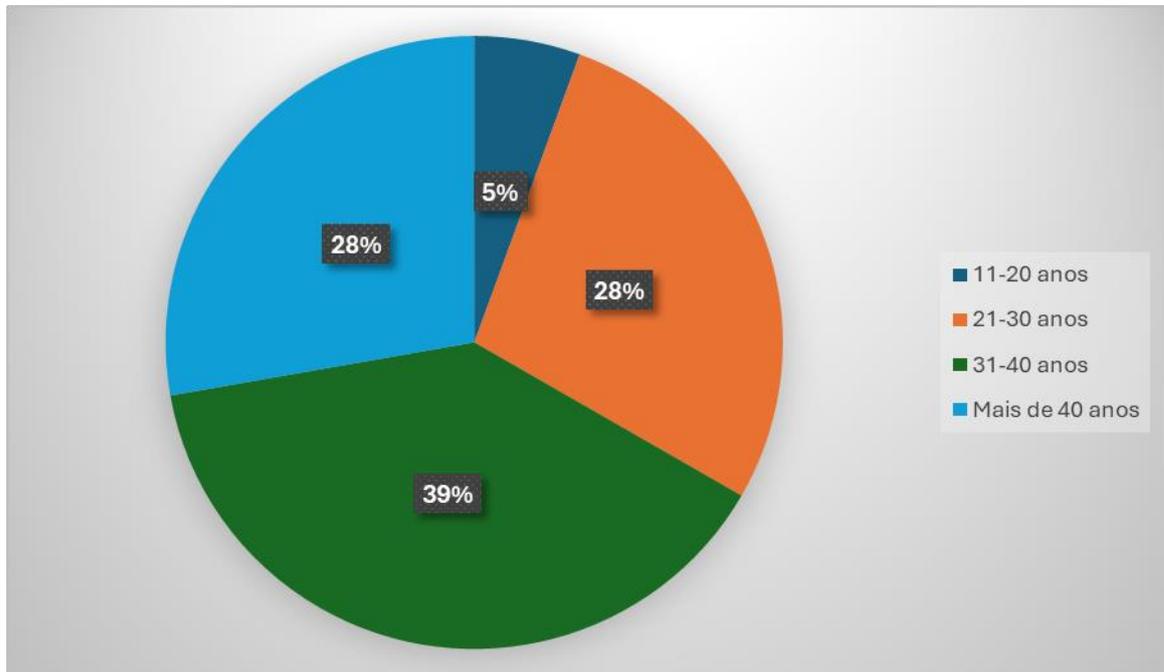
A Tabela 04 traz a porcentagem de trabalhadores do corte de cana divididos em sexo, dados retirados da turma 344 do Grupo Olho d'Água.

**Tabela 04:** Sexo dos trabalhadores

<b>Respostas</b>	<b>Nº de pessoas</b>
Masculino	20
Feminino	0
<b>Total</b>	<b>20</b>

Fonte: Autor, 2024.

Foi constatado, nos dados dos questionários com os trabalhadores do corte da cana-de-açúcar (com a turma 344), que 100% eram do sexo masculino. Portanto, o emprego feminino está respeitando o acordo da empresa com STTRs e com a FETAG. Outra constatação revelada pelos questionários com os trabalhadores é que quase a metade deles estão na faixa etária de 31–40 anos (Gráfico 02).

**Gráfico 02:** Faixa etária

Fonte: Autor, 2024.

O Gráfico 02 retrata que apenas 5% dos trabalhadores estão na faixa de 11–20 anos, 28% entre 21–30 anos, enquanto, a maioria, 67% na faixa etária de 31–40 e 28% com mais de 40 anos.

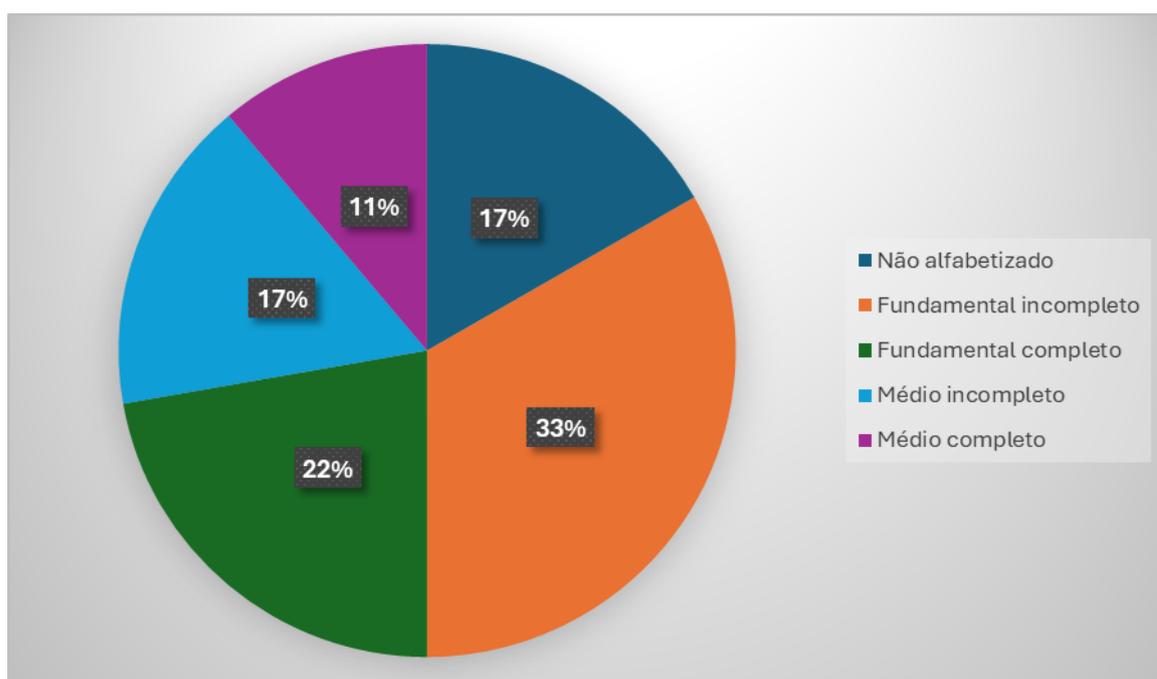
A principal indagação gerada pelos dados é o tempo em que os trabalhadores vão continuar nesse trabalho, já que são notórios o desgaste físico e a pressão por parte dos fiscais de trabalho. Como já foi mencionado, os trabalhadores recebem pagamento por produtividade, e para assegurar seus empregos eles necessitam cortar determinada quantidade em toneladas por dia. Outro fator que vem pressionando os trabalhadores a aumentarem cada vez mais sua produção é a ameaça da mecanização do corte da cana. Temendo a concorrência com as máquinas, eles assumem cada vez mais riscos à saúde, devido ao esforço físico anormal.

Além do desgaste de energia caminhando, golpeando, agachando-se e carregando peso, os trabalhadores ainda têm o fardo de utilizar vestimentas pouco confortáveis, compostas de botas com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, (o que incomoda na locomoção) calças jeans, camisa de manga comprida com mangote, luvas de couro, uma espécie de boné com uma proteção no pescoço e óculos. Aliado a tudo isso, estão as altas temperaturas a que eles são submetidos a trabalhar. Por conta disso, muitos trabalhadores acabam por não usar as vestimentas de segurança quando não estão sendo observados pelos fiscais, ocasionando os frequentes acidentes de trabalhadores (Alves, 2006).

De base dessas informações fica explícito o perigo desse tipo de trabalho por um tempo prolongado. Por isso, é necessário que seja colocado em prática as ações estipuladas no acordo coletivo de trabalho em que o Grupo Olho d'Água assumiu o compromisso de qualificação profissional de seus trabalhadores e de estabelecimento de convênios de capacitação no acordo coletivo de trabalho, conforme a cláusula 30 (trinta), para a operação de máquinas, aprimoramentos de técnicas agrícolas, sem prejuízo de descanso e da remuneração devida. Como já foi mencionado, através de convênios, o grupo se compromete a promover a alfabetização e a elevação da escolaridade dos trabalhadores, criando turmas pelo programa federal Brasil Alfabetizado.

Como mostra o Gráfico 03, e de acordo com entrevista com STTR de União-PI, o grupo não está cumprindo esse acordo com a turma 344.

**Gráfico 03:** Escolaridade



Fonte: Autor, 2024.

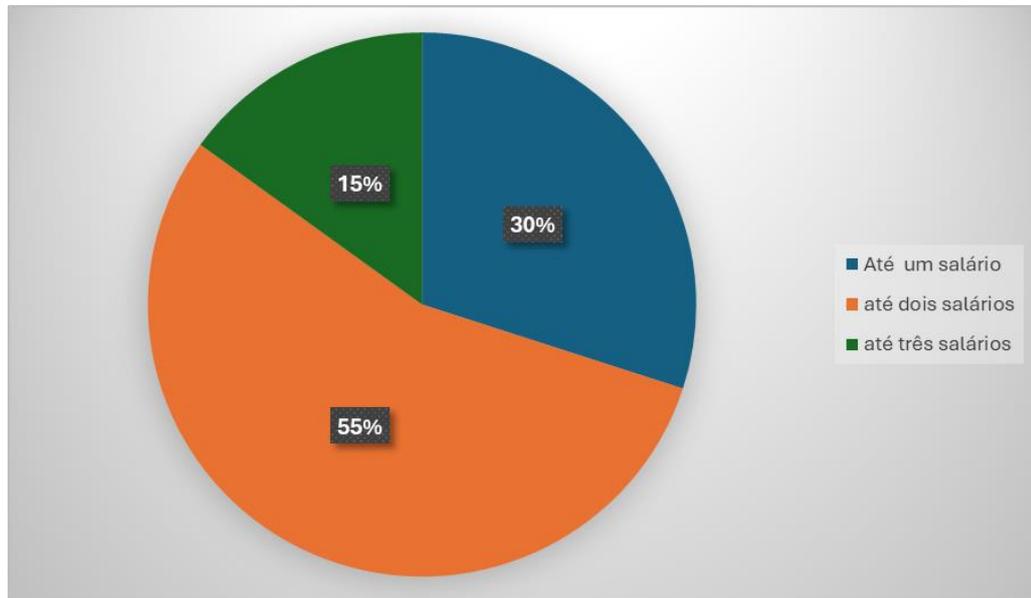
No gráfico acima, vê-se que a metade dos trabalhadores possuem apenas o ensino fundamental incompleto (33%) ou não são nem alfabetizados (17%), 22% têm o fundamental completo, 17% chegaram ao ensino médio, porém, sem concluir e 11% terminaram a fase final da educação básica.

Com base nas informações do gráfico acima, conclui-se que esses trabalhadores não possuem uma qualificação técnica adequada para se adaptarem à mecanização, pois mesmo sendo especialistas no corte da cana, muitos deles possuem experiência de corte de cana em outros estados (são qualificados no que fazem). Se for confirmada a substituição do corte manual pelo mecanizado e se prosseguir o descumprimento do acordo coletivo, eles ficarão desempregados e sem condições de assumir o manuseio das máquinas por falta de qualificação técnica. Isso incentivará a migração deles para outras regiões, se perpetuando o quadro de atraso e descaso que os camponeses nordestinos enfrentam.

Analisando as informações do gráfico, pode-se explicar a baixa escolaridade dos trabalhadores pela dívida histórica que o Brasil tem com os grupos sociais excluídos. Muitos trabalhadores mais velhos não tiveram sequer a oferta de ensino médio, pois a educação nas pequenas cidades era exclusiva para as pessoas mais abastadas. Somou-se a isso a evasão escolar devido à necessidade que muitos alunos tinham de ajudar seus pais nas roças familiares.

Então, pode-se apontar como contribuição para a educação, mesmo que de forma indireta, o fato dos filhos dos trabalhadores não necessitarem trabalhar nas roças, já que, através do emprego gerado pelo grupo, aumentou-se a renda das famílias e os filhos podem concluir sua educação básica com mais facilidade, algo que antes era mais difícil devido às carências financeiras que atraíam os jovens muito cedo para o trabalho nas agriculturas de subsistências da família ou mesmo como diaristas.

De acordo com entrevista com o STTR de União-PI e com os questionários feitos aos trabalhadores em campo (Gráfico 04), todos os trabalhadores atingem mais de um salário-mínimo. Contudo, considerando quão o trabalho é cansativo, pode-se afirmar que a renda dos trabalhadores entrevistados é bem baixa, pois, de acordo com o gráfico, 30% deles atingem apenas um salário-mínimo, e o teto dos entrevistados, outros 70%, chegam a atingir apenas três salários-mínimos, sendo 55% apenas dois salários.

**Gráfico 04: Renda mensal**

Fonte: Autor, 2024.

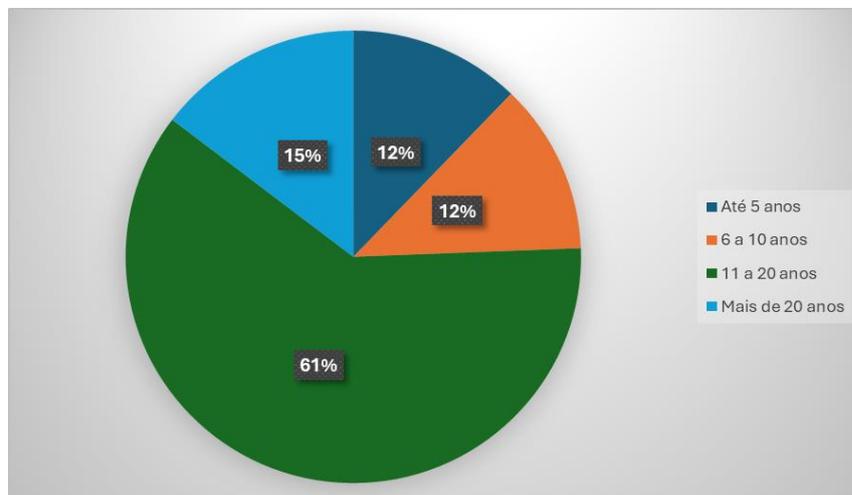
Conforme mencionado anteriormente, para o STRRU o salário é injusto. Pois, ainda que o grupo melhore as relações trabalhistas com seus funcionários e flexibilize a negociação de salários e de suas obrigações, como no acordo coletivo, os trabalhadores ainda enfrentam muitas dificuldades em suas práticas laborais. Além das já mencionadas vicissitudes com a comida e água consumidas, o calor desgastante, ainda têm os riscos biológicos com animais peçonhentos e risco de queimaduras, pois a cana é queimada na noite anterior ao corte e é comum ainda existirem focos de queimadas no local.

Outra problemática referente ao tema é o fato de a empresa contratar trabalhadores residentes em outras cidades e estados. Na Figura 19, vê-se um trabalhador da indústria da COMVAP, localizada no distrito David Caldas.

**Figura 19:** Usina da COMVAP

Fonte: Fotos: Lívio Galeno/Cidadeverde.com. 2010.

Visando a proteção da empregabilidade local, os STTRs dos municípios de União, José de Freitas e Teresina, estabeleceram, no acordo coletivo, que o Grupo Olho d'Água deve priorizar os trabalhadores residentes dos municípios de União, Miguel Alves, Barras, José de Freitas e Teresina, respeitando os critérios de assiduidade e de produtividade. Assim como retrata o Gráfico 05, pode-se perceber que a grande maioria dos trabalhadores do corte da cana entrevistados é natural do município, favorecendo, desse modo, a diminuição do êxodo rural.

**Gráfico 05:** Tempo de moradia no município

Fonte: Autor, 2014.

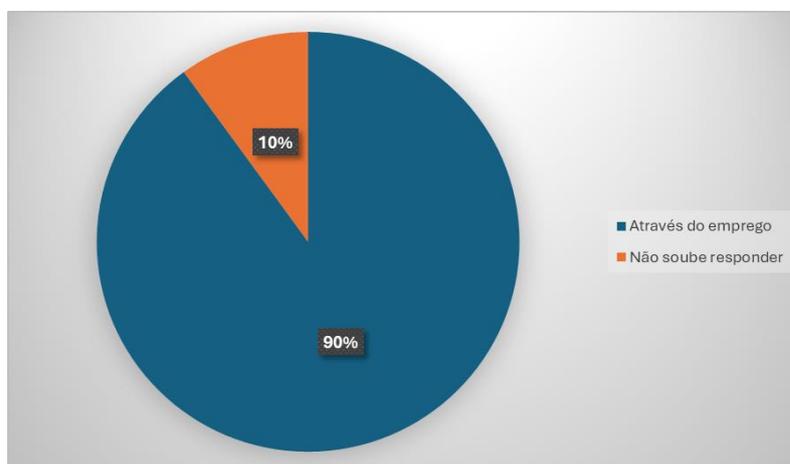
O gráfico acima deixa claro que a maioria, 61%, dos trabalhadores entrevistados é natural do distrito, enquanto 39% vieram de outros municípios. O gráfico retrata um fenômeno que já é recorrente: a emigração. Em suma, esses trabalhadores vêm de cidades maranhenses ou mesmo de Teresina. Há também o regresso da população, que por não encontrarem trabalho na região no passado, acabaram por imigrar para outras regiões, em especial para a região Sudeste. Mas com a abertura dos empregos do grupo na região, eles voltaram para sua terra natal.

No atual contexto do capitalismo, podemos destacar as dependências das pequenas cidades perante as empresas, já que são elas as principais responsáveis pelo ICMS dos municípios, além de gerarem empregos para os habitantes. Uma vez implantadas elas modificam a dinâmica das cidades.

Pode-se afirmar que o Grupo Olho d'Água contribui significativamente para o aumento da renda local, através dos empregos gerados, que conseqüentemente reflete nos comerciantes locais, que usufruem do aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores. É notório o aumento do comércio nas datas de pagamentos dos programas do governo e nas datas de pagamentos da empresa. Além dessa contribuição, o grupo também colabora com a venda dos comerciantes ambulantes (que vendem objetos domésticos, panelas, cadeiras, vassouras de palhas de carnaúba, dentre outras). Mesmo que boa parte desses comerciantes venha de outras regiões, também existem alguns do próprio distrito.

Contudo, como ilustra o Gráfico 06, os principais a serem influenciados financeiramente pelo grupo são os trabalhadores e suas famílias. Eles assumem o papel de principal responsável pela renda da família, contribuindo nas compras, na melhoria de suas moradias.

**Gráfico 06:** Influência do Grupo Olho d'Água em suas vidas

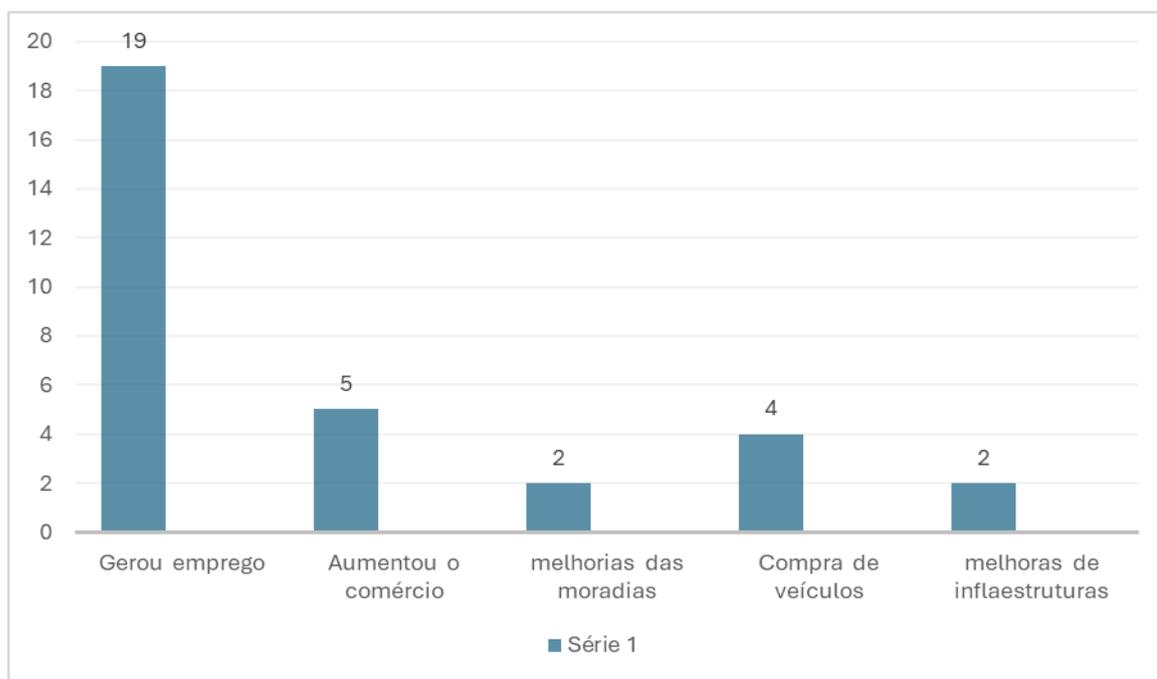


Fonte: Autor, 2024.

No gráfico acima fica nítida a contribuição financeira do grupo para a vida dos trabalhadores, pois 90% dos entrevistados confirmaram a existência da influência financeira do grupo para suas vidas, enquanto apenas 10% não viram nenhum impacto. Através do trabalho assalariado, eles não ficam reféns de problemas convencionais a agricultura de subsistência (climáticos, terras pobres etc.), que era a principal atividade exercida por eles. Assim, a garantia de um pagamento fixo resulta na impressão de maior estabilidade nos períodos de safra. Mesmo que boa parte das compras mensais das famílias seja feita na sede da cidade, alguns comércios locais tiveram seu tamanho notavelmente elevado, e muitos moradores já fazem suas compras essenciais nos dois principais comércios do distrito.

Como retrata o Gráfico 07, os entrevistados percebem que o seu poder aquisitivo aumentou. Perguntados sobre as mudanças socioeconômicas ocorridas na cidade após a chegada do grupo, eles citaram a geração de emprego como a principal.

**Gráfico 07:** Mudanças na cidade



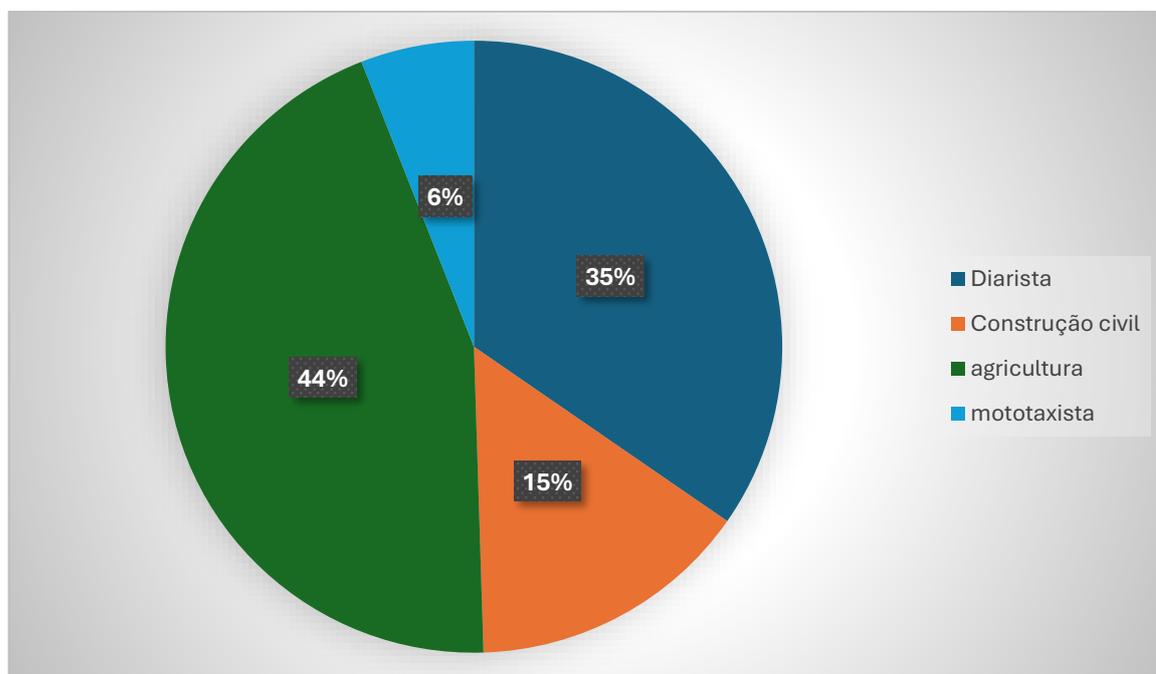
Fonte: Autor, 2024.

Dentro do município são notáveis as melhorias na infraestrutura, porém uma das principais problemáticas impostas pelas agroindústrias é a mudança no campesinato. Atividades costumeiras do campo estão perdendo espaço para o trabalho assalariado.

O impacto na agricultura de subsistência é gerado pela nova tendência imposta no campo brasileiro. O problema é que esse processo está acontecendo de forma desorganizada, e os trabalhadores, acostumados com as relações não capitalistas da agricultura de subsistência, se deparam de repente com uma nova realidade, sem ter um tempo para que eles se adequem a esse novo modelo (Fernandes, 2004).

Nos questionários aplicados com os trabalhadores constata-se que a maioria dos funcionários do Grupo Olho d'Água trabalhava, antes de ingressar no grupo, na agricultura de subsistência (Gráfico 08), e estão pouco habituados a esse novo modelo de produção.

**Gráfico 08:** Ocupação anterior



Fonte: Autor, 2024.

O gráfico acima retrata que quase a metade, 60%, dos entrevistados, trabalhava (muitos ainda trabalham), antes do incremento do Grupo Olho d'Água, na agricultura de subsistência, 15% afirmaram que trabalhavam na construção civil, 35% disseram que eram diaristas e 6% exerciam a função de mototaxistas.

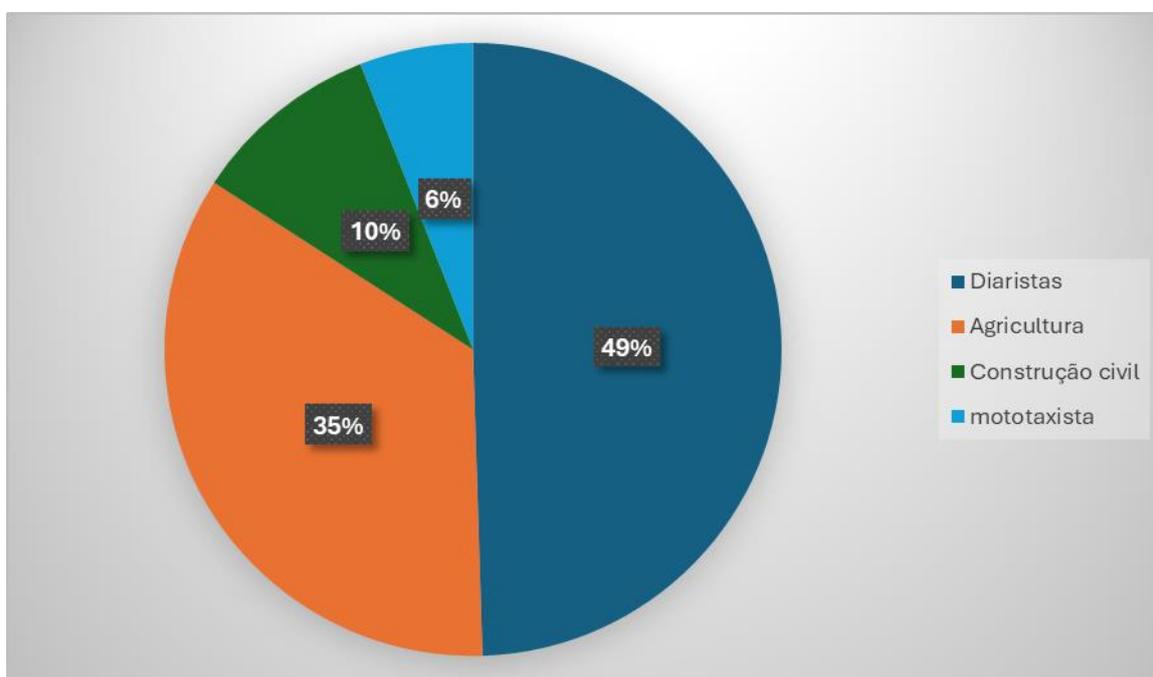
A agricultura de subsistência no município foi a mais agredida com essa nova dinâmica imposta pelo grupo. Os pequenos produtores ficaram impossibilitados de produzir suas roças, já que muitos deles, mesmo vivendo como agregados, podiam produzir sua agricultura no sistema parceiragem, pagando renda aos proprietários. Essas terras hoje estão sendo arrendadas

ao Grupo Olho d' Água, produzindo a monocultura da cana-de-açúcar, então mesmo que os moradores residam em suas pequenas propriedades entre menos de uma a duas hectares, não fazem mais suas roças no sistema de parceria como antigamente, reduzindo-as a áreas minúsculas.

A outra alteração foi a do modo de vida dos camponeses, acostumados as suas práticas de agricultor, não acostumados ao modo de vida capitalista, agora se veem diante de um novo modelo empregatício. São obrigados a cumprir metas de trabalho, são apresentados a leis trabalhistas que muitos desconheciam, devem praticar uma única atividade (no caso o corte de cana), e com o passar do tempo podem perder ou diminuir sua especialidade (agricultura).

Como os empregos gerados pelo grupo são, em sua maioria, por safra, muitos trabalhadores voltam para suas atividades antigas, como a agricultura de subsistências, a construção civil e as diárias (bicos), conforme ilustra o Gráfico 09.

**Gráfico 09:** Em que trabalham quando termina a safra



Fonte: Costa, 2014.

Comparando o gráfico acima com o Gráfico 08, vê-se que muitos trabalhadores, no período da entressafra, não regressam para suas atividades anteriores, visto que, apenas 35% vão trabalhar na agricultura de subsistência, o número de diaristas passa para 49%. Seria salutar a construção de um projeto que amparasse esses trabalhadores, auxiliando a agricultura de

subsistência, porque esse tipo de atividade vem diminuindo drasticamente, e, conseqüentemente, os preços dos produtos da cesta básica aumentam na região, já que passam a ser trazidos de outras regiões.

Os empregos gerados pelo grupo duram entre cinco e sete meses, dependendo da safra. Muitos desses trabalhadores não voltam a praticar mais sua antiga atividade (agricultura de subsistência), primeiro por conta da redução das terras disponíveis para a agricultura de subsistência, e segundo devido à perda de identidade desse trabalhador com sua antiga atividade. Assim as relações do camponês no espaço são abrangidas, seja pela esfera empregatícia (chefes, gerentes, metas, prazos, horários, atribuições, cronogramas) trazida pela agroindústria, pelo Grupo Olho d'Água, seja na esfera do consumo através do aumento da renda no período de safra, possibilitando o acesso a novos produtos industrializados.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para compreender o território é fundamental uma análise além do que os sentidos e as propagandas nos mostram, é preciso não se deixar levar pelas opiniões corriqueiras e as afirmações preguiçosas e muitas vezes intencionais, que beneficiam partes, minoritárias em quantidades, mas maioritárias em poder. O território é fluído e permeado por camadas, que para compreendê-las, processos históricos precisam ser entendidos, agentes precisam ser estudados e a partir disso relacionar ações e fazer algumas ilações.

O processo histórico do qual o município de União resultou construiu uma cidade provinciana, com uma população acostumada com o modo de vida pacato, vivendo da agricultura de subsistência, da pecuária extensiva, das migrações sazonais para as demais regiões do Brasil e de empregos gerados do crescimento da capital Teresina.

Contudo, ao passo que ocorrem macroprocessos históricos que impactam a cidade, como a globalização e com ela as conseqüências do choque do petróleo que fez surgir a COMVAP, também aparecem os micros processos, como a venda dessa mesma empresa para o tradicional Grupo Olho d'Água. A intersecção de acontecimentos históricos e a ação de identidades locais proporcionou o acontecimento único que a territorialidade de União vem passando.

Dentro do mesmo território coexistem o agronegócio e o pequeno produtor, que pratica sua agricultura para o próprio consumo e se mantém através das articulações políticas e em cooperativas. Além disso, criam feiras para comercializar os seus excedentes de produção e sustentam suas culturas mediante essas feiras, tanto suas culturas materiais (como os produtos

feitos do babaçu — o azeite, a paçoca, o artesanato) quanto a imaterial (a música, os mitos e ritos).

O grupo, como ficou perceptível na pesquisa, tem contribuído significativamente para o crescimento econômico da cidade, também tem alterado o modo de viver da população. Os 22 anos de instalação da empresa no município foram suficientes para construir uma relação de dependência econômica, bem como uma força política capaz de barrar projetos e pautar ações na câmara municipal. Também já existe uma geração de jovens que nasceram sobre a égide da atuação da empresa na cidade, e essa população, que não viveu os processos anteriores, não é capaz de perceber essas mudanças, pensando que a dinâmica da cidade sempre foi aquela e tendo mais dificuldade de projetar melhorias para essa relação.

Essa espécie de amnésia da paisagem é resultante de toda a engrenagem possuída pela agricultura comercial, eles dominam todas as cadeias de produção e comercialização, criando o mito de que o agronegócio é responsável por todas as melhorias do território e que as consequências negativas seriam piores se não houvesse o agronegócio ali.

As agroindústrias, ao se territorializarem, propagam essa ideologia, associada ao progresso das regiões onde se estabelecem. Seu discurso é moldado em torno do desenvolvimento socioeconômico. No entanto, por trás dessa retórica, existem diversos problemas sociais e econômicos que frequentemente não são relatados.

Com base em pesquisas, podemos concluir que o município de União está passando por um processo de reterritorialização de suas relações sociais. Esse fenômeno é resultado do novo modelo de produção do espaço impulsionado pelo Grupo Olho d'Água. Os trabalhadores da empresa e os moradores do distrito estão se adaptando a essa nova realidade.

Essa ideologia é propagada pelo Grupo Olho d'Água, pelos governantes e até mesmo por alguns moradores. Os números realmente indicam conquistas econômicas, mas não devemos nos ater apenas aos dados quantitativos. É crucial analisar como esse processo está ocorrendo e como os sujeitos sociais envolvidos estão sendo afetados. Não podemos ignorar os baixos salários, as más condições de trabalho e o descaso enfrentado pelos agentes sociais, pois esses aspectos fazem parte da contribuição socioeconômica trazida pelo grupo. Se o intuito é fazer uma análise territorial, todos os aspectos são importantes e precisam constar nos resultados.

Portanto, não se pode perder de vista a qualidade do trabalho gerado pelo grupo, deve-se avaliar se as contribuições socioeconômicas trazidas por ele são benéficas ou prejudiciais. Muitas vezes, a imagem da agroindústria é construída destacando apenas seu caráter produtivista, o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. No entanto, a questão

estrutural persiste: os pobres continuam sendo explorados e privados de oportunidades de desenvolvimento. A contribuição do grupo não garante acesso à cultura, tecnologia avançada ou à terra para produção e progresso. Além disso, há pioras nas condições ambientais e sociais, como os impactos nas vias causados pelo transporte da cana, o aumento do ruído dos bares e o aumento de casos de violência.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, F. **Por que morrem os cortadores de cana?** Saúde e Sociedade, v. 15, n. 3, p. 90-98, set./dez. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412902006000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902006000300008). Acesso em: 15/07/ 2023.
- AMSTALDEN, L. F. F. **Os custos da modernização**. Campinas: UNICAMP/IFCH, ano 1, n.1, 1991. 56 p. (Monografia).
- ANDRADE, M, C. de. **Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco**. Estudos Avançados, 2001 - SciELO Brasil.
- \_\_\_\_\_. **O Processo de Ocupação do Espaço do Nordeste**. SUDENE 1976, 2ª ed. Recife, 1979.
- ASSAD, E. D.; MARTINS, S. C.; PINTO, H. P. (2012). **Sustentabilidade no agronegócio brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável.
- AZEVEDO, J. L. **Épocas de Portugal econômico**, 2ª ed. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947.
- BALSAN, R. **impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. campo-território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- BARBOSA, R. F.; ALLEN, S. J.; **Para o povo ver: A materialidade dos engenhos banguês no norte de Alagoas no século XIX**. Clio arqueológica. v. 27. n. 2012.
- BARROS, I.F. **Nas Trilhas do Crédito Fundiário: A luta pela sobrevivência entre a terra e o assalariado na agroindústria canavieira de Pernambuco**.(tese de doutorado). Centro de ciências sociais e aplicadas. UFPE. Recife-Pe,2014.
- BRANDÃO, C. **Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: Levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar**. Scielo Books, 2009, Salvador. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/37t/06>. Acesso em: 03/11/2022
- BRASIL, República Federativa. **Resolução CONAMA n° 417, de 23 de novembro de 2009**. Dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de Restinga na Mata Atlântica e dá outras providências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. 23p.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BORGES, U., FREITAG, H., HURTIENNE, T., NITSCH, M. **PROALCOOL : Economia Política e Avaliação Sócioeconômica do Programa Brasileiro de Biocombustível**. Aracajú:UFS, 1988.
- CARVALHO, Cícero Péricles. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3 ed. Maceió: Edufal, 2009.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2002.

CASTRO, Claudio Eduardo de; SODRÉ, Ronaldo Barros. Do território múltiplo ao lugar comunitário. In: **Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais**. Organização Claudio Eduardo de CASTRO; José SOBREIRO FILHO; Marcos Aurélio SAQUET; Janaina Francisca de Souza Campos VINHA. Londrina, PR: Editora Liberdade/EDUEMA, 2022. p. 51-76.

CASTRO, I. E. de. Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste. 2001. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografia delapoblacion/08.pdf>. Acesso em: 02/07/2023.

CEPRO- Fundação Centro de Pesquisas Econômicas, anuário estatístico do Piauí: Diagnóstico socioeconômico de União-PI: 2022.

CEPRO. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. 2022. **Característica física e geográfica de União**. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/201102/CEPRO16\\_f434617512.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201102/CEPRO16_f434617512.pdf). Acesso em: 05. nov. 2022.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. 2016a. **Levantamentos de safra**.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. Ática, Rio de Janeiro: 2005.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí: desde os tempos primitivos**. Rio de Janeiro. Arte Nova, 1974.

DATASUS. Departamento de Informática do SUS. 2020. Ministério da Saúde. **Cadernos de Informações de Saúde Piauí**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/pi.htm>. Acesso em: 12. Jan. 2023.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Texto consolidado até a Emenda, **Constitucional nº 83 de 05 de agosto de 2014**, Capítulo III - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, Brasília – 2014.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed., Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.

ELIAS, D. **Mitos e nós do agronegócio no Brasil**. Geosp. v. 25 (2), 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/geo/a/RbJHXNzykF8jP9Tn8BbQqBv/>. Acesso em: 15/07/2023.

FERNANDES, B. M. **Sobre a tipologia de territórios**. Unesp, campus de Presidente Prudente 2008. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/sobre-a-tipologia-de-territorios.pdf>. Acesso em: 02.11.2022.

FERNANDES, B. M., **Geografias fora do eixo: por outras geografias feitas com práxis territoriais**. Organização Claudio Eduardo de CASTRO; José SOBREIRO FILHO; Marcos

Aurélio SAQUET; Janaina Francisca de Souza Campos VINHA. 1ª Edição Editora Liberdade – Londrina/PR Editora UEMA – São Luis/MA. 2022.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária em dados. 2004. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-conflitualidade-e-desenvolvimento-territorial>. Acesso em: 20. Nov. 2022.

FILHO, B. F. B. **Considerações sobre a formação econômica do nordeste: uma discussão histórica.** Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XXIV – V. 2 - N. 52 – Maio/Ago. 2022 – Salvador-BA – p. 90 – 112.

FUINI, Lucas. **Teorias sobre o território na geografia brasileira.** In: SPOSITO, E. e CLAUDINO, G. (Org.). Teorias na geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020. p. 199-243.

GANDARA, G. S. **Rio Parnaíba...Cidades-beira (1850-1950).** Teresina: EDUFPI. 2008.

GOMES, C. S. **Impactos da expansão do agronegócio brasileiro na conservação dos recursos naturais.** Cadernos do Leste. BeloHorizonte, J a n -Dez. Vol.19, n°19, 2019.

GRAZIANO, S. J. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 1999. 239 p.

Grupo empresarial Olho d'Água. Quem somos: Uma história com a marca do espírito empreendedor. 2020. Disponível em: <https://www.grupoolhodagua.com.br/quem-somos>. Acesso em: 22/04/2023.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAER, R. **Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas.** ANTARES, n° 3 – Jan/jun 2010.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2006a (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pi>. Acesso em: 20. Set. 2022.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20. Nov. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/uniao/panorama>. Acesso em: 10. Jan. 2024.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2021.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/uniao.html>. Acesso em: 20. nov. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, Diário Oficial da União N° 198, de 11.10.2002 – CEPRO, Atlas do Piauí – 1990. Ministério das Minas e Energia / CPRM,

**Mapa Geográfico do Estado do Piauí – 1995.**

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal (PPM) 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20. Nov. 2023.

LACOSTE, Yves. **A Geografia, Isto Serve, Antes de Mais Nada, Para Fazer a Guerra**. São Paulo: Editora Papirus, (1988). Lisboa: Editora Iniciativas Editoriais.

Lima, Layana Silva. **O advento da industrialização no Brasil e o processo de modernização da agroindústria canavieira** / Layana Silva Lima. – Maceió, 2015.

LIMA, J.P & CAVALCANTE, C.M.L. Do engenho para o mundo? A produção de rapadura no nordeste: características, perspectivas e indicação de políticas. **Revista econômica do Nordeste**. Fortaleza-CE, v, 32, n.4, p.950-974, out.-dez, 2001. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/ETENE>. Acesso em: 12 .dez. 2022.

MELO, F. H. de & FONSECA, E. G. da. **Proálcool, energia e transportes** . São Paulo: Pioneira: FIPE, 1981.

MELO J.P.B. A problemática e as políticas de desenvolvimento local. In: COSTA, J.S. (cood) **Compêndio Economia Regional**. Coleção: Associação Portuguesa para Desenvolvimento Regional (APDR), 2002.

MELO, Waisenhowerk Vieira de; BIANCHI, Cristina dos Santos. Discutindo estratégias para a construção de questionários como ferramenta de pesquisa. **R. B. E. C. T.**, vol 8, núm. 3, mai-ago.2015.p. 43-59

MEDEIROS J. B. O RIO PARNAÍBA E A CONSTITUIÇÃO DA CIDADE DE UNIÃO (PI) NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX. Anais do **III Seminário Internacional História e Historiografia**. X Seminário de Pesquisa do Departamento de História - UFC Fortaleza. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/42948>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MORAES, M.A.F.D.; BACCHI, M.R.P.; CALDARELLI, C.E. **Accelerated growth of the sugarcane, sugar, and ethanol sectors in Brazil (2000 e 2008): Effects on municipal gross domestic product per capita in the south-central region**. Biomass and Bioenergy, Aberdeen, v. 91, p. 116-125, ago. 2016.

NOCELLI, R. C. F.; ZAMBON, V.; SILVA, O. G. M.; MORINI, M. S. C. **Cana-de-açúcar e seus impactos: uma visão acadêmica. Histórico da cana-de-açúcar no brasil: contribuições e importância econômica**. Canal 6 editora. 1ª edição. Bauru, SP. 2017.

UDOP – União dos Produtores de Bioenergia. **Energia da cana-de-açúcar no Brasil**. 2016.

OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. M. **Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino**. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 4, n.19. Fundação Seade, 2005. s/n. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000400009>. Acesso em 16/01/2023

OLIVEIRA, M. R.; PASQUALETTO, A.; VIEIRA, J. C. CASTRO, S. D. **Os impactos ambientais do setor sucroenergético e o uso de indicadores de sustentabilidade**. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XXIV – V. 2 - N. 52 – Maio/Ago. 2022 –

Salvador-BA – p. 315 – 341.

QUARESMA, Valdete Boni e Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

RIBAS, A. O álcool como combustível na indústria automotiva. In: **Anais de Seminário de avaliação do Proálcool**. Rio de Janeiro: CNI/COASE, 1987.

SAMBUICHI, R.H.R; OLIVEIRA, M.A.C; SILVA, A.P.M; LUEDEMANN, G. **A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafio**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA. 2012.

SANTOS, H. **Discriminação racial no Brasil**. Anais de seminários regionais preparatórios para a o combate ao racismo. tje.jus.br.2001.

SANTOS, M. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS, M.; BECKER, B.; S., Carlos A. F. da; et alii. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, M.L. **o Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Ed. Record, Edição 19. 2001.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único À Consciência universal**. Ed. Record, Edição. usado. 2000.

SAQUET, M. A, entre a “modernidade” e a “pós-modernidade”: a continuidade da colonialidade. **Geografias fora do eixo: por outras geografias feitas com práxis territoriais**. Organização Claudio Eduardo de CASTRO; José SOBREIRO FILHO; Marcos Aurélio SAQUET; Janaina Francisca de Souza Campos VINHA. 1ª Edição Editora Liberdade – Londrina/PR Editora UEMA – São Luis/MA. 2022

SAQUET, M. A. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. 1. Ed – Rio de Janeiro. Consequência editora. 2017.

SOUZA, M.L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento econômico**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 415p.

TIRONI, S. P.; SOUZA, R. C, **Desafios, avanços e desafios no manejo de plantas daninhas. Manejo de plantas daninhas na cultura da cana-de-açúcar no Nordeste**. Embrapa, Brasília, DF Sociedade Brasileira da Ciência das Plantas Daninhas, Londrina, PR 2013

UMA HISTÓRIA COM A MARCA DO ESPÍRITO EMPREENDEDOR. Grupo Olho d'Água. 2023. Disponível em: <https://www.grupoolhodagua.com.br/quem-somos>. Acesso em: 16/07/2023.

UNICA - União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo. **Setor**

**Sucroenergético.** 2015.

VALE, Ana Lia Farias; LIMA, Luís Cruz; BONFIM, Maria Geovaní. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. In: **Textos e Debates**, n.07, UFRR, 2004. p. 22-43.

VIAN, C. E. F; GONÇALVES, D. B. Modernização empresarial e tecnológica e seus impactos na organização do trabalho e nas questões ambientais na agroindústria canavieira. In: **Economia Ensaio**. Vol. 22. n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2007.

WALSH, Catherine. (Des)humanidad(es). In: PALERMO, Z. (Org.). **Des/decolonizar la universidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2015. p. 103-119.

WANDERLEY, M. de N. B. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília: Embrapa, v.2, n.1. p.13 -78, jan./abr.1985.

## APÊNDICES E ANEXOS

### APÊNDICE I

#### Questionário com trabalhadores da agroindústria canavieira Olho d'Água

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO — UEMA

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA DO ESPAÇO

Aluno: RAIMUNDO NONATO RODRIGUES COSTA

Trabalho: AS IMPLICAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS PROVOCADAS PELAS ATIVIDADES DO GRUPO OLHO D'ÁGUA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI

Orientador: CLÁUDIO EDUARDO XAVIER

Prezado (a) \_\_\_\_\_, sou aluno (a) do programa de pós-graduação em Geografia, Natureza e dinâmica do espaço da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, e espero contar com seu apoio quanto a participar de minha pesquisa, que tem como objetivo a realização de dissertação para conclusão do curso de mestrado. Antecipadamente, agradeço sua valiosa colaboração.

NOME: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ (OPTATIVO).

PERFIL:

01) Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino

02) Faixa etária: ( ) 11 – 20 anos ( ) 21 – 30 anos ( ) 31 – 40 anos ( ) mais de 40 anos

03) Escolaridade: ( ) Não Alfabetizado ( ) Ensino fundamental completo ( ) Ensino fundamental incompleto ( ) Ensino médio completo ( ) Ensino médio incompleto ( ) Ensino superior completo ( ) Ensino superior incompleto.

04) Renda mensal: ( ) Menos de um salário mínimo ( ) Até um salário mínimo ( ) Até dois salários mínimos ( ) Três salários mínimos ou mais

05) Tempo de moradia no município: ( ) Até 5 anos ( ) 6 a 10 anos ( ) 11 a 20 anos ( ) Mais de 20 anos

06) Por qual motivo resolveu residir ou ainda reside nesse município?

---

---

---

07) Como o Grupo Olho d'Água influencia na sua vida?

---

---

---

08) Que mudanças você percebeu na área após a instalação do Grupo Olho d'Água no município de União-PI?

---

---

---

09) Em que você trabalhava antes de ingressar no Grupo Olho d'Água?

---

---

---

10) Sabemos que a geração de emprego se consiste por safra. Quando acaba a safra, qual a atividade que você desenvolve para manter uma renda?

---

---

---

## APÊNDICE II

### Entrevista com representantes da Prefeitura de União-PI

Prezado (a) \_\_\_\_\_, sou aluno do programa de pós-graduação em Geografia, Natureza e dinâmica do espaço da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, e espero contar com seu apoio quanto a participar de minha pesquisa, que tem como objetivo a realização de objetivo a realização de dissertação para conclusão do curso de mestrado. Antecipadamente agradeço sua valiosa colaboração.

PARTE I: PERFIL (IDENTIFICAÇÃO) ENTREVISTADO (A) Nº \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

FORMAÇÃO/PROFISSÃO/OCUPAÇÃO: \_\_\_\_\_

TEMPO DE ATUAÇÃO: \_\_\_\_\_ FAIXA ETÁRIA \_\_\_\_\_

PARTE II: ESPECÍFICA

01) O Sr. (a) consegue definir a importância do Grupo Olho d'Água desde sua instalação em 2002 até 2023 para o Município de União-PI?

---

---

---

---

02) O município de União vem passando por visível processo de desenvolvimento, como aumento de bairros residenciais, reforma de unidades de saúde, construção de escola, aumento de estabelecimentos comerciais. O Sr. (a) relaciona alguma mudança socioeconômica do município com a instalação do Grupo Olho d'Água em 2023?

---

---

---

---

03) Sabemos que a instalação do Grupo Olho d'Água foi intermediada pelo governador Wellington Dias no seu Primeiro mandato. O Sr (a) sabe qual foi a contribuição da prefeitura de União-PI nesse processo?

---

---

---

---

04) Qual a contribuição do Grupo Olho d'Água para a renda de União-PI?

---

---

---

---

05) Como estar o comportamento da agricultura subsistência no Município?

---

---

---

---

06) Como a prefeitura de União-PI contribui para o aperfeiçoamento das relações de trabalho no Grupo Olho d'Água (ferramentas de trabalho, transporte, abastecimento de água, energia entre outros), existe alguma regulamentação no que diz respeito à quantidade de geração de emprego exigida?

---

---

---

---

07) Sobre o transporte da cana-de-açúcar, feito em um veículo de grande porte (Romeu e Julieta), existe alguma regulamentação elaborada pela prefeitura, no que diz respeito ao horário permitido?

---

---

---

---

08) A prefeitura tem algum projeto que auxilie os pequenos criadores de rebanhos, que têm suas atividades dificultadas devido aos plantios abertos do Grupo Olho d'Água, bem como aos meeiros que com a venda das terras ao grupo vêm enfrentando dificuldade para exercer a agricultura de subsistência?

---

---

---

---

09) A prefeitura tem algum dado que constata a diminuição ou aumento das migrações, típicas de pequenas cidades do Nordeste devido à falta de emprego e acesso à educação, saúde mais qualificada?

---

---

---

---

10) Como a prefeitura de União-PI atua no aperfeiçoamento desse processo de instalação e permanência do Grupo Olho d'Água no município de União-PI?

## ANEXOS

### Anexo A – Lei da monocultura

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Rurais de União-PI

#### PROJETO DE INICIATIVA POPULAR

Estabelece limites para a exploração do solo em sistema de monocultura e das outras providências.

Art. 1º - Fica limitada a 15% (quinze por cento) de toda área rural agricultável deste Município, a exploração do solo em sistema de monocultura para abastecimento de Agroindústrias.

I. Entende-se como sistema de monocultura as áreas de plantio contínuas em que o cultivo define-se por apenas uma cultura para produção em grande escala e com uso de tecnologias modernizadas.

II. Para efeito deste artigo a área agricultável do município de União-PI será definida considerando-se a capacidade de uso de solo associado ao relevo, ao mapa da cobertura vegetal e zoneamento agrícola.

Art. 2º - Fica proibido a implantação de projetos em sistema de monocultura dentro do perímetro urbano definido pelo plano diretor da do Município de União-PI.

Art. 3º - Fica condicionado, ainda, o desenvolvimento das atividades para produção em sistema de monocultura aos seguintes preceitos:

- I. O atendimento na íntegra as orientações determinada pelo novo código florestal;
- II. O emprego do fogo especificamente para as áreas de cana-de-açúcar como método despalhador e facilitador como uma prática agrícola em áreas passíveis de mecanização da colheita será eliminado de forma gradativa obedecendo as seguintes orientações:
  - a) 5 km (cinco quilômetros) de locais onde haja confinamento de bovinos, aves e suínos;

- b) 50 m (cinquenta metros) ao redor do limite das áreas de estações de telecomunicação;
- c) 50 m (cinquenta metros) das linhas de transmissão de energia elétrica;
- d) 200 m (duzentos metros) da subestação de distribuição de energia elétrica;
- e) 15 m (quinze metros) do domínio das rodovias federais, estaduais e municipais;
- f) Ao redor de todas as áreas preservadas, no caso do uso do fogo fica p produtor abrigado a manter acero de, no mínimo, 5 m (cinco metros), limpo e não cultivado;
- g) A queima só poderá ser realizada no período noturno, compreendido entre o pôr e o nasce r do solo, evitando-se os períodos, de temperatura mais elevada e respeitando-se as condições dos ventos predominantes no momento da operação, de forma a facilitar a dispersão da fumaça e minimizar eventuais incômodos à população.

Art. 4º - Pela inobservância do disposto no artigo anterior, será imputada multa no valor correspondente de R\$ 5.000 (cinco mil Reais) a R\$ 10.000 (dez mil Reais) UFIRs por hectare, e, na reincidência, o dobro.

Art. 5º - A utilização dos transportes de cana atenderá as seguintes exigências:

- a) Somente será permitida nos horários da noite e até às 8:00hs da manhã e que comprove laudo de vistoria atualizado pelo DETRAN-PI ou SETRAN-PI;
- b) O produto transportado tem que estar acomodado sem riscos ao tráfego de outros transportes e pedestres nas vias;
- c) Para cada carreta só será permitido no máximo dois reboques.

Art. 6º - pela inobservância do disposto do artigo anterior, será imputada multa no valor correspondente de R\$ 5.000 (cinco mil Reais) a R\$ 10.000(dez mil reais) UFIRs por carregamento incidente, e, na reincidência, o dobro.

Art. 7º - o uso do agrotóxico no plantio da monocultura obedecerá às exigências legais definidas pela lei 7.802 de 11 de junho de 1989 e ainda conforme a realidade do município.

Parágrafo único: Nas margens das rodovias, dos recursos hídricos e povoados à aplicação de agrotóxicos no plantio de monocultura fica extremamente proibido.

Art. 8º - Fica cometida a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de assegurar o cumprimento desta lei.

Art. 9º - Os projetos para cultivo em sistema de monocultura a serem desenvolvidos no município de União-PI, deverão ser apresentados a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, acompanhado do plano de impacto no ambiente e licenciamento ambiental da área que se pretende cultivar, expedido pelos órgãos competentes a nível municipal pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Parágrafo único: O município para atendimento deste artigo terá que criar a Lei Municipal Ambiental ou firmar convênio com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para auxiliar na fiscalização para cumprimento da legislação vigente.

Art. 10º - O poder Executivo regulamentará esta lei, se necessário.

Art. 11º - Revogadas as disposições em contrário, desta lei entrará em vigor na data e sua publicação.

União-PI, 05 de Junho de 2014.